



UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS
FACULDADE DE CIÊNCIAS SOCIAIS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIA POLÍTICA

LUANA DE MELO BARCELOS

Brasil, Arábia Saudita e a “Correção de Rumo”:
A construção da relação bilateral entre brasileiros e sauditas durante
Governo Geisel (1974-1979)

GOIÂNIA
2021



UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS
FACULDADE DE CIÊNCIAS SOCIAIS

TERMO DE CIÊNCIA E DE AUTORIZAÇÃO (TECA) PARA DISPONIBILIZAR VERSÕES ELETRÔNICAS DE TESES

E DISSERTAÇÕES NA BIBLIOTECA DIGITAL DA UFG

Na qualidade de titular dos direitos de autor, autorizo a Universidade Federal de Goiás (UFG) a disponibilizar, gratuitamente, por meio da Biblioteca Digital de Teses e Dissertações (BDTD/UFG), regulamentada pela Resolução CEPEC nº 832/2007, sem ressarcimento dos direitos autorais, de acordo com a [Lei 9.610/98](#), o documento conforme permissões assinaladas abaixo, para fins de leitura, impressão e/ou download, a título de divulgação da produção científica brasileira, a partir desta data.

O conteúdo das Teses e Dissertações disponibilizado na BDTD/UFG é de responsabilidade exclusiva do autor. Ao encaminhar o produto final, o autor(a) e o(a) orientador(a) firmam o compromisso de que o trabalho não contém nenhuma violação de quaisquer direitos autorais ou outro direito de terceiros.

1. Identificação do material bibliográfico

Dissertação Tese

2. Nome completo do autor

Luana de Melo Barcelos

3. Título do trabalho

BRASIL, ARÁBIA SAUDITA E A CORREÇÃO DE RUMO: A CONSTRUÇÃO DA RELAÇÃO BILATERAL ENTRE BRASILEIROS E SAUDITAS DURANTE O GOVERNO GEISEL (1974-1979)

4. Informações de acesso ao documento (este campo deve ser preenchido pelo orientador)

Concorda com a liberação total do documento SIM NÃO¹

[1] Neste caso o documento será embargado por até um ano a partir da data de defesa. Após esse período, a possível disponibilização ocorrerá apenas mediante:

- a)** consulta ao(à) autor(a) e ao(à) orientador(a);
 - b)** novo Termo de Ciência e de Autorização (TECA) assinado e inserido no arquivo da tese ou dissertação.
- O documento não será disponibilizado durante o período de embargo.

Casos de embargo:

- Solicitação de registro de patente;
- Submissão de artigo em revista científica;
- Publicação como capítulo de livro;
- Publicação da dissertação/tese em livro.

Obs. Este termo deverá ser assinado no SEI pelo orientador e pelo autor.



Documento assinado eletronicamente por **Carlo Patti, Coordenador de Pós-graduação**, em 14/02/2022, às 11:30, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.

Documento assinado eletronicamente por **LUANA DE MELO BARCELOS, Discente**, em 14/02/2022, às 16:21, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543](#),

LUANA DE MELO BARCELOS

Brasil, Arábia Saudita e a “Correção de Rumo”:
A construção da relação bilateral entre brasileiros e sauditas durante
Governo Geisel (1974-1979)

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciência Política da Universidade Federal de Goiás, Área de concentração em Relações Internacionais, como requisito parcial para a obtenção do título de mestre em Ciência Política

Área de concentração: Relações Internacionais
Linha de pesquisa: Política Internacional
Orientador: Prof. Dr. Carlo Patti

GOIÂNIA
2021

Ficha de identificação da obra elaborada pelo autor, através do Programa de Geração Automática do Sistema de Bibliotecas da UFG.

Barcelos, Luana de Melo
BRASIL, ARÁBIA SAUDITA E A "CORREÇÃO DE RUMO"
[manuscrito] : A construção da relação bilateral entre brasileiros e sauditas durante Governo Geisel (1974-1979) / Luana de Melo Barcelos. - 2021.
CXI, 111 f.: il.

Orientador: Prof. Dr. Carlo Patti.
Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal de Goiás,
Faculdade de Ciências Sociais (FCS), Programa de Pós-Graduação em
Ciência Política, Goiânia, 2021.
Bibliografia. Anexos.
Inclui lista de figuras, lista de tabelas.

1. Política externa brasileira. 2. Governo Geisel. 3. Arábia Saudita.
I. Patti, Carlo, orient. II. Título.

CDU 327



UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS

FACULDADE DE CIÊNCIAS SOCIAIS

ATA DE DEFESA DE DISSERTAÇÃO

Ata nº 1 da sessão de Defesa de Dissertação de **Luana de Melo Barcelos**, que confere o título de Mestra em **Ciência Política**, na área de concentração em **Relações Internacionais**.

Aos **vinte-cinco de novembro de 2021**, a partir das **14 horas**, em modalidade remota via Google Meet, realizou-se a sessão pública de Defesa de Dissertação intitulada “BRASIL, ARÁBIA SAUDITA E A “CORREÇÃO DE RUMO”: A CONSTRUÇÃO DA RELAÇÃO BILATERAL ENTRE BRASILEIROS E SAUDITAS DURANTE O GOVERNO GEISEL (1974-1979)”. Os trabalhos foram instalados pelo Orientador, Professor Doutor **Carlo Patti (FCS/UFG)** com a participação dos demais membros da Banca Examinadora: Professor Doutor **Danillo Alarcon (PUC-Goiás)**, membro titular externo; Professor Doutor **João Henrique Ribeiro Roriz (FCS/UFG)**, membro titular interno. Durante a arguição os membros da banca **não fizeram** sugestão de alteração do título do trabalho. A Banca Examinadora reuniu-se em sessão secreta a fim de concluir o julgamento da Dissertação, tendo sido a candidata **aprovada** pelos seus membros. Proclamados os resultados pelo Professor(a) Doutor(a) **[nome completo]**, Presidente da Banca Examinadora, foram encerrados os trabalhos e, para constar, lavrou-se a presente ata que é assinada pelos Membros da Banca Examinadora, aos **vinte-cinco de novembro de 2021**.

TÍTULO SUGERIDO PELA BANCA



Documento assinado eletronicamente por **Carlo Patti, Professor do Magistério Superior**, em 26/11/2021, às 16:33, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.



Documento assinado eletronicamente por **João Henrique Ribeiro Roriz, Professor do Magistério Superior**, em 01/12/2021, às 15:17, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.



Documento assinado eletronicamente por **DANILLO ALARCON, Usuário Externo**, em 16/02/2022, às 20:21, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://sei.ufg.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **2522093** e o código CRC **7619F20C**.

Referência: Processo nº 23070.063652/2021-60

SEI nº 2522093

Dedico a meu avô Cosme (*in memoriam*),
grande inspiração de homem e de intelectual.

AGRADECIMENTOS

Agradeço, primeiramente, a Deus pelas oportunidades e pelas graças, os quais eu recebi durante a minha vida. Toda obra em minha vida eu devo a Ele. Finalizar esta etapa não seria uma exceção.

Agradeço aos meus pais, que receberam a incumbência de ensinar, de amar e de educar. Durante todo o caminho trilhado eu tive o apoio e a compreensão de vocês. Com relação à minha mãe, quero reforçar toda a minha gratidão por ouvir minhas lamúrias, por abraçar-me e por encorajar-me em momentos de desânimo e medo. Espero ser o orgulho de vocês!

Agradeço ao meu orientador, Prof. Dr. Carlo Patti, pela orientação e pela paciência nesta etapa acadêmica.

Agradeço aos professores do Programa de Pós-graduação em Ciência Política, Prof. Diego Trindade, Prof.^a Andrea Lucena, Prof. João Roriz e a Prof.^a Laís Thomaz, por terem sido meus professores no mestrado, pois, sem sombra de dúvida, vocês incrementaram meu conhecimento em RI.

Agradeço ao Prof. Nidi Bueno por ter sido o impulso que eu precisava para iniciar a minha pesquisa, pois sua explicação foi fundamental para começar o desenvolvimento do projeto de pesquisa.

Agradeço aos servidores do Acervo do Ministério das Relações Exteriores, em Brasília, pelo empenho em encontrar documentos primordiais para a pesquisa.

Agradeço, além disso, aos meus colegas de mestrado pelo apoio, pelo suporte e pelas inúmeras vezes que me ajudaram.

“All men dream, but not equally. Those who dream by night in the dusty recesses of their minds, wake in the day to find that it was vanity: but the dreamers of the day are dangerous men, for they may act on their dreams with open eye, to make the possible.”

T. E. Lawrence - Lawrence of Arabia

RESUMO

Antes de as consequências provocadas pelos países-membros da OPEP resultarem no primeiro choque do petróleo, em 1973, o Brasil iniciara uma aproximação diplomática com o Oriente Médio. Dentro da história das relações internacionais do Brasil, o ano de 1973 é atribuído, portanto, como marco inicial da fase política pró-árabe. Representações diplomáticas e consulares foram criadas a partir de então, e vínculos diplomáticos se fortaleceram. A política externa brasileira sofreu alterações, principalmente, em razão da mudança de gestão. O presente trabalho buscou minuciar especificamente a construção do relacionamento diplomático e comercial entre o Brasil e a Arábia Saudita durante o governo Geisel (1974-1979). Por isso, o objetivo da pesquisa é identificar os motivos que levaram o Brasil aproximar diplomaticamente e comercialmente da Arábia Saudita nos anos de 1973 a 1979. Com o intuito de entender essa relação bilateral, surge a seguinte pergunta: Como o Brasil se aproximou diplomaticamente e comercialmente da Arábia Saudita no Governo Geisel (1974-1979)? Para analisar essa relação bilateral, a pesquisa teve como base metodológica o desenvolvimento do método histórico, de maneira que houvesse o análise de fontes primárias - por meio de textos jornalísticos, documentos oficiais e telegramas - e de fontes secundárias, principalmente, por meio de artigos, livros e dissertações que tiveram a temática histórica do governo Geisel.

Palavras-chave: Política externa brasileira - Governo Geisel - Arábia Saudita

ABSTRACT

Before the consequences caused by OPEC member countries resulted in the first oil shock, in 1973, Brazil had began a diplomatic rapprochement with the Middle East. Within the history of Brazil's international relations, the year 1973 is assigned, therefore, as the starting point for the pro-Arab political phase. Diplomatic and consular representations were formed thereafter, and diplomatic ties were strengthened. Brazilian foreign policy has undergone changes, mainly due to the change in management. This paper sought to detail, specifically, the construction of the diplomatic and commercial relationship between Brazil and Saudi Arabia during the Geisel government (1974-1979). Therefore, the objective of the research is to identify the reasons that led Brazil to approach diplomatically and commercially Saudi Arabia in the years 1973 to 1979. In order to make sense of this bilateral relationship, the following question arises: How did Brazil approach diplomatically and commercially Saudi Arabia in the Geisel Government (1974-1979)? To analyze this bilateral relationship, the research was methodologically based on the development of the historical method, so that there was an analysis of primary sources - through journalistic texts, official documents and telegrams - and secondary sources, mainly through articles , books and dissertations that had the historical theme of the Geisel government.

Keywords: Brazilian foreign policy - Geisel Government - Saudi Arabia

LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS

AGNU – *Assembleia Geral das Nações Unidas*

AI-5 – *Ato Institucional nº 5*

ARAMCO – *Arabian-American Oil Company*

CT – *Cooperação Técnica*

CPDOC/FGV – *Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil da Fundação Getúlio Vargas*

EAU – *Estados Árabes Unidos*

ESG – *Escola Superior de Guerra*

EUA – *Estados Unidos da América*

MDB – *Movimento Democrático Brasileiro*

MDIC – *Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior*

MRE – *Ministério das Relações Exteriores*

OEA – *Organização dos Estados Americanos*

OIC – *Organização Internacional do Café*

OLP – *Organização para a Libertação da Palestina*

ONU – *Organização das Nações Unidas*

OPEP – *Organização dos Países Exportadores de Petróleo*

PEB – *Política Externa brasileira*

PIB – *Produto Interno Bruto*

PETROBRAS – *Petróleo Brasileiro S.A.*

PND – *Plano Nacional de Desenvolvimento*

RI – *Relações Internacionais*

SAMA – *Saudi Arabian Monetary Agency*

SNI – *Serviço Nacional de Informações*

SOCAL – *Standard Oil of Company*

STM – *Superior Tribunal Militar*

URSS – *União das Repúblicas Socialistas Soviéticas*

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Volume de petróleo saudita exportado entre 1965 a 1975.....	54
Tabela 2 - Indicadores de Importação de petróleo do Brasil durante o governo Geisel.....	64
Tabela 3 - Dados dos projetos pelo Brasil com o fito de receber financiamentos, oriundos do Fundo Saudita para desenvolver projetos de infraestrutura.....	82

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Capa da revista estadunidense Time Magazine, edição de janeiro de 1975..... 53

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	14
CAPÍTULO I - A ADMINISTRAÇÃO DO GOVERNO BRASILEIRO NA DÉCADA DE 1970: BRASIL DO GENERAL GEISEL (1974-1979).....	19
1.1. – A POLÍTICA INTERNA BRASILEIRA DA DÉCADA DE 1970.....	21
1.1.1. – A gestão no Governo Médici (1969-1974).....	22
1.1.2. – A gestão no Governo Geisel (1974-1979).....	25
1.1.3. – A breve história econômica brasileira da década de 1970.....	29
1.1.3.1. – II Plano Nacional de Desenvolvimento.....	30
1.2. – O PRAGMATISMO RESPONSÁVEL E ECUMÊNICO.....	33
1.2.1. - A política externa antecedente ao pragmatismo ecumênico e responsável.....	34
1.2.2. - O pragmatismo do General Geisel e de Silveira.....	36
1.2.3. - As “correções de rumo” na política externa brasileira.....	38
CAPÍTULO II - O RELACIONAMENTO DIPLOMÁTICO ENTRE BRASIL E ORIENTE MÉDIO: A ARÁBIA SAUDITA.....	42
2.1. – O HISTÓRICO DAS RELAÇÕES INTERNACIONAIS DO BRASIL COM O ORIENTE MÉDIO.....	43
2.1.1. – A política de equidistância.....	45
2.1.2. – A política brasileira pró-islâmica.....	46
2.2. – ARÁBIA SAUDITA E O REI FAISAL.....	51
2.2.1. – O relacionamento diplomático da Arábia Saudita.....	54
2.2.1.1 – O vínculo histórico e diplomático com os EUA.....	57
2.2.2. – A crise do petróleo de 1973 e suas conseqüências para o mundo.....	59
2.3. – O INTERESSE BRASILEIRO PELA CONSTRUÇÃO DO RELACIONAMENTO DIPLOMÁTICO COM A ARÁBIA SAUDITA.....	62

CAPÍTULO III - ARÁBIA SAUDITA, UM PARCEIRO ÁRABE DO GOVERNO GEISEL (1974-1979).....	69
3.1. – A BUSCA POR FINANCIAMENTOS ESTRANGEIROS.....	70
3.1.1. – A primeira visita de Al-Sakkaf ao Brasil.....	72
3.1.1.1 – O relacionamento entre Al-Sakkaf e Paulo Nogueira Batista.....	73
3.1.2. – A segunda visita de Al-Sakkaf ao Brasil.....	75
3.1.3. – A visita ministerial brasileira ao Oriente Médio.....	77
3.1.4. – A possibilidade de financiamento de projetos no Brasil.....	78
3.2. – A EXPORTAÇÃO DE PRODUTOS E BENS E SERVIÇOS PARA A ARÁBIA SAUDITA.....	82
3.2.1. – O interesse do ramo da construção civil do Brasil.....	85
3.2.1.1 – A Construtora Rabello.....	86
3.2.1.2 – A Construtora Odebrecht.....	88
3.2.2. – O Projeto Yanbu.....	89
3.2.3. – A busca do setor madeireiro por mercado saudita.....	91
3.2.4. – A exportação de veículos montados no Brasil.....	91
3.2.5. – Os produtos hospitalares do Brasil.....	92
3.3. – COOPERAÇÃO TÉCNICA, ECONÔMICA E MILITAR.....	93
3.3.1. – Os obstáculos do relacionamento diplomático.....	95
CONCLUSÃO.....	98
REFERÊNCIAS.....	100
ANEXO.....	108

INTRODUÇÃO

A política externa¹ representa as decisões governamentais de um ator internacional, as quais resultam em consequências, que repercutirão no cenário internacional. Ideologias, eventos, interações e integrações refletem a maneira de um país projetar-se no plano internacional. Dessa forma, autoridades responsáveis pela política externa empenham-se para definir suas ações e abordagens, com base em concepções teóricas. Essas concepções sustentam a explanação da política externa.

Os pontos abordados e as diretrizes da política externa estão intimamente vinculados à percepção do Poder Executivo sobre fenômenos internos e externos. “A presidência, que é o vértice do processo decisório da elite que ela representa, jamais exprimirá apenas as suas vontades e interesses” (GÓES, 1978, p. 19). Com efeito, as decisões tomadas pelo Presidente não escaparam de um conjunto de fatores, tais como uma noção inevitável do que é evitável, os recursos dispostos, as limitações do tempo, os compromissos preexistentes e as informações acessíveis (GÓES, 1978, p. 19).

Em outubro de 1973, eclodiu uma crise a nível internacional em virtude da decisão dos membros da OPEP em embargar as exportações de petróleo e em elevar o preço do barril desse insumo energético, sequestrando. Essa crise ficou conhecida por Primeiro Choque do Petróleo. O General Ernesto Geisel, apesar de não ser o presidente do Brasil no momento em que se eclode a crise petrolífera, teve de enfrentar as consequências dessa crise ao assumir a presidência em março de 1974. Em razão dos efeitos da crise internacional, o governo Geisel buscou estratégias para evitar uma recessão que impedisse de propiciar os resultados positivos da economia brasileira.

No quesito da política externa, o General Geisel indicou o nome do embaixador Antônio Azeredo da Silveira ao MRE, e a este Geisel concedeu um maior espaço em relação aos outros ministérios em sua agenda presidencial (SPEKTOR, 2004, p. 191). A política externa do Governo Geisel ficou conhecida pela alcunha de “Pragmatismo Responsável e Ecumênico”.

¹ Segundo Valerie M. Hudson (p. 12, 2006), a política externa define em estratégia e abordagem escolhida por governo para alcançar os próprios objetivos em relação a entidades externas. Aliás, também inclui a decisão de não fazer.

A visão pragmática, segundo o Chanceler Azeredo da Silveira (apud SANTANA, 2006, p. 164), remetia à concepção realista dos fatos e da avaliação ponderada dos acontecimentos, visando à conquista do “interesse nacional”. Entende-se que a concepção de “interesse nacional” adotada pelo governo seja a de engrandecer a economia do país e a viabilidade internacional. Com isso, o governo brasileiro afastou-se dessa concepção outros aspectos relevantes de interesse nacional, como a democracia, visto que o período histórico da pesquisa se destina aos momentos mais repressivos da história do Brasil. Além disso, utilizou-se o termo “responsável” para desassociar a imagem de o pragmatismo ser oportunista, e, também, fizeram o uso do termo “ecumênico” para descrever “o caráter universal da política externa, a qual deveria olhar para todas as direções no sentido de expandir as relações internacionais do país” (SANTANA, 2006, p. 164).

Por conta da adoção pragmática, o Presidente Geisel resolveu que a política externa brasileira precisaria fazer alterações nas ações políticas. Com efeito, atribuíram-se três “correções de rumo”: África, China Popular e Oriente Médio. É, nesse contexto, que a relação bilateral do Brasil com a Arábia Saudita se fortificou.

A relação bilateral de Brasil e Arábia Saudita é pouco abordada nas academias. Existem trabalhos que fazem menção a esse relacionamento, porém, ser ter o rigor de compreender o envolvimento diplomático. Dessa maneira, há uma lacuna historiográfica no Brasil para retratar o vínculo diplomático e comercial entre os brasileiros e os sauditas.

O primeiro choque do petróleo foi resultado de ações políticas dos países-membros da Organização dos Países Exportadores de Petróleo (OPEP). A primeira ação foi o embargo petrolífero e a segunda foi a elevação do preço do barril de petróleo. O Brasil não sofreu a consequência do embargo, porém, não conseguiu escapar do aumento excessivo dessa fonte energética. Sabe-se, diante de abordagens historiográficas, que o Brasil se aproximou diplomaticamente da Arábia Saudita. Todavia, como essa aproximação aconteceu?

O intuito desta pesquisa é, portanto, compreender uma política externa tão audaciosa e pragmática — assim como foi o “Pragmatismo Responsável e Ecumênico” — tenha estabelecido laços diplomáticos e comerciais com um país árabe. O que levaria o governo pragmático em sua ação política resolver em estreitar os laços com um país que, até então, não era destaque na agenda internacional do Brasil. O que era a Arábia Saudita neste período?

A problematização da pesquisa, nesse sentido, concerne em saber como a aproximação diplomática e comercial do governo brasileiro com a Arábia Saudita ocorreu durante o governo Geisel. Foi preciso, assim, que a pesquisa bibliográfica fosse o primeiro passo para desenvolver a análise histórica e para compreender o procedimento de estreitamento de laços diplomáticos e comerciais entre os dois países.

Com a finalidade de entender todo esse processo que resultou no fortalecimento dessa relação bilateral, a pesquisa tratou de colher dados e analisar documentos oficiais com o fito de compreender a dinâmica. Porquanto, foi necessário o uso desse método de pesquisa para os casos em que “os dados coletados e as observações da realidade podem ser utilizados para produzir uma descrição ou uma relação de causalidade que não pode ser diretamente observada” (KING, KEOHANE & VERBA *apud* CUNHA & ARAÚJO, 2018, p. 23).

Por meio de um levantamento bibliográfico, inicialmente, percebeu-se que a aproximação diplomática se iniciou em meados de 1973, ainda sob os ditames do Governo Médici (1969-1974), contudo, a relação bilateral entre Brasil e Arábia Saudita fortificou-se somente durante o governo Geisel.

O relacionamento diplomático e comercial com a Arábia Saudita não é aprofundado por pesquisas acadêmicas no Brasil. Portanto, buscou-se entender se haveria apenas o interesse brasileiro pelas importações de petróleo - já que a Arábia Saudita era considerada naquela época o segundo maior exportador de petróleo do mundo - ou haveria algum outro interesse além do suprimento energético do Brasil? Assim, a principal hipótese seria o interesse comercial do Brasil pelo mercado saudita após o impacto dos eventos da crise petrolífera de 1973.

A Arábia Saudita conseguiu adquirir rapidamente um número expressivo de dinheiro. Na verdade, todos os países exportadores de petróleo se enriqueceram com as medidas adotadas no final de 1973. Essa captação ocasionou aos países-membros de a OPEP receberem muitas divisas em forma de dólares, de sorte que se popularizasse o termo “petrodólares”.

A pesquisa foi desenvolvida mediante um estudo qualitativo de fundo histórico. Por isso, houve a preocupação de formular uma análise histórica acerca da construção da relação bilateral entre brasileiros e sauditas após 1973. Esse método científico tem o condão de

entender a lógica subjacente ao curso dos eventos que sustentem todo a trajetória do mecanismo causal (THACHTENBERG, 2006, p. 33).

Após o levantamento bibliográfico, foram necessárias as buscas por documentos oficiais em acervos públicos e privados. Dessa maneira, a pesquisa deteve a preocupação de analisar as fontes primárias - documentos oficiais, obras restritas, cartas pessoais - investigadas em acervos públicos, como o Acervo do Ministério das Relações Exteriores, em Brasília, bem como no Acervo do Arquivo Nacional, e em acervos particulares, como o Acervo do Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil da Fundação Getúlio Vargas (CPDOC/FGV).

Além dessas fontes primárias, foi necessário a investigação de textos jornalísticos no período em que compreendeu o governo Geisel, visto que teve as fontes primárias dos acervos não conseguiram suprir o entendimento científico da maneira em que essa relação bilateral aconteceu.

O relacionamento do Brasil com Arábia Saudita compreendeu, além do mais, a fomentação do vínculo comercial. O Brasil buscou trabalhar, através do apoio diplomático, a exportação de produtos e serviços brasileiros a fim de atender a demanda saudita. Vale ressaltar que a Arábia Saudita se enriqueceu com os petrodólares e, ao mesmo tempo, carecia de infraestrutura. O governo brasileiro uniu a necessidade de atender a demanda da Arábia Saudita em diversos ramos — como a engenharia, o agronegócio, a produção hospitalar e a montagem de automóveis — com a tentativa de atenuar o déficit da balança comercial.

O trabalho encontra-se dividido em três capítulos. No primeiro capítulo, encontra-se uma abordagem histórica do Brasil na década de 1970, uma vez que, com o fito de introduzir a relação bilateral entre Brasil e Arábia Saudita, se teve o cuidado de situar a realidade política, econômica e diplomática do país.

No segundo capítulo, busca-se explicar o relacionamento bilateral com ênfase à Arábia Saudita. Por isso, nesse capítulo, encontra-se o breve histórico da Arábia Saudita, com destaque ao período em que se insere o reinado do Rei Faisal. Ademais, esse capítulo teve a preocupação de trazer os respaldos da crise energética de 1973 e os envolvimento diplomáticos durante essa crise. Por fim, o capítulo já introduz o interesse brasileiro pelo petróleo saudita, pois, por meio do primeiro choque do petróleo, o governo brasileiro

mobilizou-se para impedir a inclusão do Brasil na lista de países que seriam embargados pelos países-membros da OPEP.

O último capítulo discorre sobre o relacionamento diplomático e comercial entre Brasil e Arábia Saudita de forma minuciosa. Traz o terceiro capítulo, assim, os pontos relevantes do envolvimento diplomático, por meio de visitas oficiais de autoridades e da assinatura de acordos. Além disso, essa relação bilateral teve o fomento diplomático para que os empresários brasileiros pudessem ofertar seus produtos e seus serviços aos sauditas. Nesse sentido, o terceiro capítulo também traz os importantes diálogos empresariais que estiveram em meio a esse relacionamento bilateral.

CAPÍTULO I

A ADMINISTRAÇÃO DO GOVERNO BRASILEIRO NA DÉCADA DE 1970: O BRASIL DO GENERAL GEISEL (1974-1979)

A relação bilateral entre o Brasil e a Arábia Saudita fortificou-se a partir de 1973 com a instalação da missão diplomática brasileira, em Jedá², e também com a abertura da embaixada saudita em Brasília³ (MRE). De meados da década de 1940 ao início dos anos 1970, o Brasil adotava uma política de equidistância com relação a questões voltadas ao Oriente Médio (SANTANA, 2006; SOCHACZEWSKI, 2014; VASCONCELLOS, 2018). Essa postura adotada pelo MRE decorreu da atuação brasileira que oscilava entre ora adotar postura pró-Israel, encabeçada por Oswaldo Aranha quando este presidiu a Assembleia Geral da ONU e, ele posicionou pela partilha da Palestina⁴ e pelo reconhecimento do Estado de Israel; ora apoiar a Resolução 242 da Assembleia Geral das Nações Unidas, de 1967, cujo teor sustentava a retirada das tropas israelenses de territórios ocupados na Guerra dos Seis Dias (SOCHACZEWSKI, 2014, p. 75).

A unificação das tribos na Península Arábica, liderada por Abdul Aziz Ibn Saud (1887-1953), resultou na criação do Reino da Arábia Saudita em 1932 (ALI, 1976, p. 4; AL-RASHEED, 2010, p. 69). Abdul Aziz procurou consolidar a Arábia Saudita em um governo monárquico cuja sucessão da coroa permaneceria restrita aos próprios filhos, afastando a linhagem real de irmãos e primos de Abdul Aziz (AL-RASHEED, 2010, p. 72). A presença de petróleo em solo saudita atraiu a atenção da empresa estadunidense *Standard Oil of California* (SOCAL)⁵ e, em 1933, o monarca saudita e a SOCAL formalizaram um contrato de concessão, permitindo a extração desse recurso energético, mas também possibilitou a criação da ARAMCO (CLEVELAND & BUNTON, 2017, p. 464).

² A grafia da palavra encontra-se aportuguesada. Em inglês, utiliza-se a grafia de Jeddah. Em razão da diferença de escrita entre o árabe e o português, a pesquisa irá referir à cidade saudita com a grafia de Jedá, pois se aproxima da pronúncia da palavra em árabe.

³ BRASIL. Ministério das Relações Exteriores. **Reino da Arábia Saudita**. Disponível em: <<http://www.itamaraty.gov.br/pt-BR/ficha-pais/4823-reino-da-arabia-saudita>>.

⁴ “O que houve no Senado: A Questão Palestina. *Correio da Manhã*. Edição 16096, ano 46. 26/04/1947; “Instalou-se em Sessão especial a Assembleia Geral das Nações Unidas: Eleito para presidente Sr. Oswaldo Aranha - será discutido o problema da Palestina”. *Correio da Manhã*. Edição 160098, ano 46. 29/04/1947.

⁵ SOCAL representou uma das empresas mais poderosas do ramo petrolífero.

O relacionamento desses países, todavia, teve um grande avanço na década de 1970, nos últimos anos do Governo Médici (1969-1974). Contudo, a consolidação dessa relação bilateral ocorreu apenas no decorrer do mandato presidencial do General Geisel (1974-1979). Na historiografia da política externa brasileira, a diplomacia do Governo Geisel destacou-se pelo caráter da diversidade de parceiros⁶, de modo que o Presidente Geisel e o Chanceler Azeredo da Silveira tivessem o trabalho de articular os planos de ação sem adotar prevalência ideológica ou mesmo alinhamento automático com determinado Estado. Dessa maneira, o resultado do pragmatismo do Governo Geisel conferiu, nesse momento, ao Brasil o fortalecimento das relações diplomáticas com uma multiplicidade de países.

O Presidente Geisel buscou manter uma interação forte com o Chanceler Silveira ao ponto de dedicar um período de tempo maior na agenda presidencial⁷ para tratar assuntos de ordem internacional (SPEKTOR, 2004, p. 191). Geisel defendia que a política externa brasileira deveria trabalhar três aspectos, alcunhadas por “correções de rumo”. Essas correções de rumo foram atribuídas à África, à China Popular e ao Oriente Médio⁸ (SPEKTOR, 2010, p. 93).

A nova orientação da política externa brasileira, portanto, buscou enfatizar ações diplomáticas em relações bilaterais com países do mundo árabe. Dentre os países árabes, o Brasil resolveu fortalecer laços diplomáticos e comerciais com a Arábia Saudita.

Este capítulo objetiva iniciar a explanação da pesquisa sobre a relação bilateral entre Brasil e Arábia Saudita, destacando a realidade interna do estado brasileiro nos governos Médici e Geisel, e principalmente para retratar as diferenças de suas respectivas administrações. Por isso, a primeira seção é dedicada a uma breve apresentação do governo Médici (1969-1974) e do governo Geisel (1974-1979). Em seguida, haverá uma seção

⁶ A diplomacia brasileira foi arquitetada a impulsionar as relações bilaterais com países que mantinham relacionamento diplomático e comercial expressivo. As relações exteriores envolveram, portanto, Estados com aspectos culturais, históricos e geográficos distantes da realidade brasileira. A preocupação derivou em uma teia de relações bilaterais com a parte do globo não preferencial à agenda diplomática, principalmente, com os países do Sul Global.

⁷ A dedicação do Presidente Geisel a assuntos internacionais reproduz o seu interesse em melhorar a posição do Brasil no cenário internacional, de forma que: “Durante os cinco anos subsequentes, Geisel dedicou à política externa e a seu chanceler, Antônio Francisco Azeredo da Silveira, mais horas de despacho do que a qualquer outra pasta. Juntos, o presidente e o chanceler buscaram transformar aspectos importantes do comportamento e da palavra do Brasil no mundo” (SPEKTOR, 2004, p. 191)

⁸ A fala do Chanceler de Geisel, Azeredo da Silveira, durante entrevista, demonstra que a ideia de fazer alterações no campo diplomático, oriunda do Presidente Geisel, projetaria um novo foco nas relações internacionais do Brasil.

exclusiva para tratar os projetos da área econômica, convalidando os feitos do II PND (II Plano Nacional de Desenvolvimento)⁹. Por fim, encerra-se com a explicação da ação estratégica da política externa de Geisel por meio do discurso de “pragmatismo responsável e ecumênico” e da adoção da “correção de rumo” a países do Oriente Médio, como a Arábia Saudita. Além disso, destaca-se alguns pontos relevantes da política externa de Médici: o início da aproximação diplomática do Brasil com o mundo árabe pelo Embaixador Mário Gibson Barboza, em 1973; o desejo de Gibson Barboza de aproximar diplomaticamente do Terceiro Mundo.

1.1. - A POLÍTICA INTERNA BRASILEIRA DA DÉCADA DE 1970

Os tomadores de decisões precisam se atentar à dinâmica no plano internacional para configurarem uma ação política que traga bons resultados ao país. As decisões, às vezes, podem dotar de parâmetros pessoais com o fito de atender o “interesse nacional”, e isso resulta de uma predominância de ideologia acima dos benefícios da nação. Todavia, compreender os motivos que levaram um país a estabelecer vínculos diplomáticos mais fortalecidos exige fazer uma análise histórica de um determinado período. Com efeito, é importante contextualizar a relação bilateral entre Brasil e Arábia Saudita em meio às movimentações e acontecimentos desde o Governo Médici, pois a relação inicia-se em 1973 com a abertura das embaixadas do Brasil em Jedá, e da Arábia Saudita em Brasília.

A população brasileira, na década de 1970, ainda sob os ditames do regime militar, vivenciava o momento histórico mais crítico em razão da elevada repressão do governo a manifestantes e civis descontentes com as medidas impostas pelo Poder Executivo Federal. Os anos de 1968 a 1974 compreenderam um período de maior supressão de direitos civis e políticos e também de maior opressão estatal (torturas, violências e assassinatos), o que explica a literatura atribuir aos “anos de chumbo” (BETHELL & CASTRO, 2008, p. 167). Esse momento traduziu as mais severas medidas de supressão de direitos civis e políticos (com base no conteúdo do AI-5), bem como a presença de integrantes da ala dura dos militares, os quais defendiam a necessidade de repressão governamental (SKIDMORE, 1989,

⁹ II PND representa o Plano de Nacional Desenvolvimento, feito pela área econômica, durante o Governo Geisel. Em 10 de setembro de 1974, o II PND foi encaminhado ao Congresso Nacional e sancionado pelo Presidente Geisel no dia 04 de dezembro de 1974. A partir de então, o II PND foi aprovado, estabelecendo as diretrizes previstas na Lei n. 6.151, de 04 de dezembro de 1974.

p. 79). Por outro lado, lançou-se, no Governo Médici, o I Plano Nacional de Desenvolvimento cuja pauta objetivava a realização de projetos de integração nacional e a expansão das fronteiras de desenvolvimento. O projeto de cunho econômico proporcionou ao país um crescimento econômico acelerado, atingido pela abundância de capitais estrangeiros e pela sustentação das importações, caracterizando a fase do “Milagre Econômico” (TOSCANO, 2010, p. 43).

Embora o AI-5 ainda permanecesse vigente durante o Governo Geisel, as repressões e violências se mantiveram, porém, houve uma intensa pressão interna e externa para reaver as situações que violavam os direitos humanos, como a supressão de direitos (civis, políticos), e os casos de tortura e de assassinato. No final do mandato do General Geisel, em 1978, o AI-5 foi revogado, e iniciou-se o declínio do aparato repressor da ditadura¹⁰. Isso porque havia uma promessa de distensão do regime militar, conferindo a “entrega” do país à forma de governo democrático. Por isso, é importante entender primordialmente as movimentações políticas do Brasil para que se chegue à conclusão dos motivos que levaram o Brasil aproximar-se da Arábia Saudita a partir de 1973.

1.1.1. – A gestão no Governo Médici (1969-1974)

O General Emílio Garrastazu Médici assumiu a presidência do Brasil em outubro de 1969 e manteve-se até março de 1974 quando “elegeram”¹¹ o seu sucessor, o General Ernesto Geisel. Assim como o Presidente Costa e Silva, Médici foi um presidente militar cujo mandato incorpora o período histórico de “anos de chumbo” (BETHELL & CASTRO, 2008, p. 167). Essa alcunha, portanto, compreende os anos do governo Médici, os quais foram marcados por intensas repressões, censuras e casos de torturas, em virtude dos efeitos da baixa do AI-5 em 1968.

¹⁰ O AI-5 ficou vigente por dez anos (de 1969 a 1978) e foi revogado no Governo Geisel, justamente, quando se falava em abertura política. Essa fato demonstrou que o Brasil engatinhava rumo à redemocratização. Assim, direitos e garantias fundamentais foram incorporados ao ordenamento jurídico, como é o caso do *habeas corpus* e a liberdade de expressão.

¹¹ O termo “elegem” encontra-se com aspas em razão da eleição presidencial de Ernesto Geisel não ter sido democrática. Sabe-se que houve a articulação do general Golbery Couto e Silva para a presidência. O livro “A Ditadura Derrotada” (2003) de Élio Gaspari demonstra ao longo da obra os bastidores da sucessão presidencial que fez com que o general Geisel assumisse a presidência do Brasil. O Congresso Nacional atuava com pouco representatividade popular, e havia apenas dois partidos: ARENA - Aliança Renovadora Nacional e MDB - Movimento Democrático Brasileiro. A eleição de Ernesto Geisel a presidência do Brasil ocorreu em 15 de janeiro de 1974.

Antes de assumir a presidência da república, Médici, no Governo Costa e Silva, chefiou o Serviço Nacional de Informações (SNI) e contribuiu para desferir novas perspectivas e para ampliar o campo de estudo. Dessa forma, com uma assessoria militar altamente especializada, Médici projetou um “caráter consultivo” para “dar ao governo uma visão completa das críticas à administração, das aspirações e anseios do povo brasileiro”¹². A sondagem de informações procurava analisar o conteúdo antigovernamental.

O discurso dos militares apontava ondas de terrorismo no país, de modo que esses atos exacerbavam a ameaça¹³ e o governo detinha o poder de impedi-las. A tortura foi, portanto, instrumento de coerção contra o terrorismo. “Apresenta o desfecho (o fim do terrorismo) como justificativa do meio que o regime não explicava (a tortura). Arma um silogismo: é preciso acabar com o terrorismo” (GASPARI, 2002a, p. 18). O raciocínio amparado por militares reforçava o discurso da tortura como método mais adequado para reagir contra a dimensão de terroristas no país. “Sua lógica é elementar: o país está acima de tudo, portanto tudo vale contra aqueles que o ameaçam” (GASPARI, 2002a, p. 17).

Aqueles contrários às medidas adotadas pelo governo vigente, por essa razão, sofriam com censuras e intensas supressões de direitos fundamentais, dentre eles, a dignidade física e moral, a liberdade de expressão. No entanto, políticos, estudantes, professores, intelectuais, músicos foram alvos de tortura, mas também uma parcela de opositores ao governo foi exilada, longe da agitação da ditadura militar.

O Governo Médici, todavia, representou a síntese de dois aspectos: de um lado, os anos mais duros com repressões; de outro, os anos do crescimento econômico, conhecidos por “Milagre Econômico”. A mensagem da gestão de Médici era que o país se estava transformando em potência mundial em razão do índice de crescimento de 10% ao ano, bem como a intensa vigilância contra terroristas e “inimigos” (SKIDMORE, 1988, p. 523).

De 1967 a 1973, o Brasil alcançou taxas médias de crescimento elevadíssimas, decorrentes “da política econômica então implementada principalmente sob a direção do ministro da Fazenda, Antônio Delfim Netto, mas também de uma conjuntura econômica internacional muito favorável” (ABREU, 2014, p. 213). A estratégia da equipe econômica do

¹² CPDOC/FGV. **Emílio Garrastazu Médici**. Disponível em: <<http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/medici-emilio-garrastazu>>. Acesso em 17 de maio de 2020.

¹³ O jornalista e autor de “A Ditadura Escancarada”, Elio Gaspari (2002a, p. 20), afirma que os militares justificavam o discurso da tortura para deter a ameaça de terroristas. O crime é visto pela ala militar a partir das condutas dos prisioneiros, e não das formas de violência e repressão.

Governo Médici era a junção de crescimento econômico, por meio de investimentos em setores diversificados; da diminuição do papel do setor público e estímulo do setor privado; de incentivos ao comércio exterior; e a elevada prioridade para o aumento da oferta e outros objetivos sociais (SYVRUD *apud* ABREU, 2014, p. 214). Com efeito, muitos brasileiros interpretaram que o aumento do poder nacional conjugado com o extraordinário crescimento era resultado do autoritarismo do regime militar (SKIDMORE, 1988, p. 523).

O Brasil de Médici, diferentemente da gestão geiseliana, a qual sucedeu, era administrado sob a ótica da descentralização (GÓES, 1978, p. 24). Dessa maneira, havia triagem de assuntos encaminhados ao gabinete do presidente o que impediu de formar um grande volume de decisões (GÓES, 1978, p. 27). Os ministros de Estado sob a gestão de Médici exerciam forte liderança e seus respectivos despachos eram amplamente decisórios (GÓES, 1978, p. 24). Diante da complexidade ou de caráter vital, o que era um caso de exceção, as decisões eram enviadas a Médici (GÓES, 1978, p. 24). Segundo o jornalista Walder de Góes (1978, p. 24), o tipo de administração descentralizada evitou, no Governo Médici, erros no *timinig* das decisões e também dificilmente um despacho voltava à mesa do Presidente.

A maioria dos Ministros de Estado eram figuras novas, com exceção do Ministro Delfim Netto (“um tecnocrata inigualável” e responsável pelo *boom* econômico), que atuara no governo de Costa e Silva (SKIDMORE, 1988, p. 506). Paulo Visentini (2004, p. 136) expõe que a administração de Médici desenvolveu diante de uma diversidade de órgãos detentores de parcelas no processo decisório, neutralizando uma exclusividade nas mãos da presidência. Diante da postura delegatória na administração, conforme retrata Thomas Skidmore (1988, p. 13), o governo foi dividido em três áreas: a militar, a política e a econômica:

O ministro do Exército Orlando Geisel ficou encarregado de administrar todos os assuntos militares, a área mais sensível. O ministro da Fazenda Delfim Neto ficou responsável por todos os assuntos econômicos. A Leitão de Abreu, chefe da Casa Civil, coube a supervisão de tudo o que tivesse a ver com política. Cada um tinha poderes de vice-rei dentro do seu território; os tecnocratas e até outros ministros tinham que trabalhar através deles.

A explanação de Skidmore, portanto, traduz que o processo decisório cabia aos Ministros de Estado diante de suas áreas de atuação, sem haver interferência ou mesmo a

necessidade de consulta a outro órgão. Essa maneira de administração pode canalizar os assuntos sujeitos à decisão presidencial, assim como permitiu distanciar da tarefa de tomar muitas decisões que o dia-a-dia impunha (SKIDMORE, 1988, p. 513). A delegação representou um estilo repressivo de seu governo, em que o Poder Executivo não teria a incumbência de informar e responder a imprensa (SKIDMORE, 1988, p. 513).

1.1.2. – A gestão no Governo Geisel (1974-1979)

Anunciado oficialmente por Médici como seu sucessor na Presidência do Brasil, o General Ernesto Beckmann Geisel exonerou-se do cargo de Presidente da Petrobras em 18 de junho de 1973, depois de um mandato começado em 1969, em razão da incompatibilidade do exercício de cargo público com a sua candidatura (CASTRO & D'ARAÚJO, 2002, p. 18). Eleito oficialmente pelo Congresso Nacional por 400 votos contra 76, Geisel assumiu a presidência do Brasil em 15 de março de 1974 com o lema promissor de transição política “lenta, gradual e segura” do país (CASTRO & D'ARAÚJO, 2002, p. 18). Para Ricupero (2017, p. 471), o governo Geisel propagou a narrativa da transição de “distensão” ao invés de abertura, pois o pensamento central do General Geisel e de seu assessor transformado em Chefe da Casa Civil, o general Golbery Couto e Silva, tratava de não devolver de imediato o poder do país aos civis.

A indicação do nome de Ernesto Geisel para presidente iniciou-se ainda em junho de 1972. Esse processo de sucessão presidencial deu-se por conta dos esforços de seu assessor General Golbery, que visava “a construção de uma representação de Ernesto Geisel como um estadista moderado, procurando aproximá-lo dos setores de centro e combatendo os polos à esquerda e à direita, seguindo a teoria das ‘sístoles e diástoles’” (TELES, 2010, p. 258).

Além do General Ernesto Geisel e Golbery do Couto e Silva, o irmão do General Geisel, Orlando Geisel, compunham os remanescentes do antigo grupo do Exército, os *castelistas* (RAMOS). A denominação referencia-se aos ideais do ex-presidente militar, Marechal Humberto de Alencar Castello Branco. O grupo compreendia militares de patentes superiores, mais velhos e mais eruditos do que os militares alcunhados por “linha dura”, como o general Arthur Costa e Silva (BETHELL & CASTRO, 2008, p. 169-170).

Os *castelistas*, além disso, representavam militares que passaram por um longo processo de doutrinação e aprenderam que o principal papel das Forças Armadas nos países 'periféricos' era conter os 'inimigos internos' (BETHELL & CASTRO, 2008, p. 170). Ademais, os castelistas eram vistos como militares “moderados”. A linha tênue entre os “moderados” e “duros” não se relacionava à repressão. “Os ‘moderados’ não desconheciam as atividades brutais da repressão, mas procuravam manter-se afastados delas” (FICO, 2019, p. 411).

A questão da defesa da narrativa de “entrega do governo” à democracia contribuiu para Presidente Geisel ser representado na literatura por ditador da abertura, em conformidade ao comentário de Leslie Bethell & Celso Castro (2008, p. 167):

Although Geisel was deeply authoritarian and, on several occasions, permitted the adoption of repressive measures against the opponents of the dictatorship (he was described as the ‘*ditador da abertura*’ in one newspaper headline after his death), he successfully brought the hardliners inside the Armed Forces under control and ended the ‘*anos de chumbo*’.

A orientação da distensão política do país compunha entre os objetivos dos castelistas. O governo Geisel remontou “a orientação geral dos primeiros tempos [do Governo Castelo Branco] (...) [e]ra um velho projeto de modernização conservadora e autoritarismo moderado” (RICUPERO, 2017, p. 471). O processo de transição do autoritarismo à democracia foi um ponto de divergências entre os militares no Brasil. Havia militares contrários à proposta de abertura de Geisel e eles estavam vinculados “à comunidade de informações e identificados com a chamada 'linha-dura' do regime, para quem o poder militar deveria se manter inalterado em nome da segurança nacional e do combate à subversão e ao comunismo” (REIS, 2010, p. 222).

O General Geisel e seus aliados *castelistas* detinham, para o historiador norte-americano Thomas Skidmore (1988, p. 771), quatro alvos principais, sendo dois desses de extrema importância retratá-los. Assim, Thomas Skidmore (1988, p. 771) indica que o primeiro era manter o apoio de militares moderados e reduzir o poder da ‘linha dura’. Embora os *castelistas* tivessem conquistado a sucessão presidencial de Geisel, as três Forças Armadas ainda continham militares da ala dura, os quais suspeitavam das ações do novo governo através da liberalização da política (SKIDMORE, 1988, p. 772). “Muitos daqueles militares estavam diretamente envolvidos na rede de tortura que funcionava sob o comando do

Exército. Geisel teria que mantê-los na defensiva na esperança de reduzir-lhes o número pelo habilidoso recurso (através dos ministros militares) às promoções e à designação para serviços” (SKIDMORE, 1988, p. 772). Aqueles resistentes à política geiselista buscaram desestabilizar o processo de transição, por meio de atos terroristas a notáveis entidades, como a Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) e a Associação Brasileira de Imprensa (ABI) (REIS, 2010, p. 223).

O General Geisel era retratado por ser perfeccionista e, por isso, gostava de mergulhar em detalhes administrativos (SKIDMORE, 1988, p. 767). Assim, Geisel resumidamente era um administrador duro e decidia os assuntos por conta própria (SKIDMORE, 1988, p. 767). Essa personalidade pode resultar em uma administração distinta da gestão de Médici.

O discurso da distensão proposta pelo General Geisel foi um grande paradoxo na política. O sistema político de seu governo teve a particularidade de ser “mais estrito e menos delegador de poderes” (GÓES, 1978, p. 24). A gestão dele nasceu, portanto, de uma contradição insanável que iria tumultuar a tomada de decisões (GÓES, 1978, p. 21). Segundo o jornalista Walder de Góes (1978, p. 21), um projeto de distensão, concebido na forma gradual e integrada, remonta um processo de descentralização do processo decisório. Desse modo, ao invés de formar uma administração aberta e articulação dotada de diálogo entre o regime e a sociedade, o General Geisel projetou um sistema centralizador na tomada de decisões.

Durante o mandato presidencial do General Geisel, as práticas de tortura e os desaparecimentos de civis ainda se mantiveram embora os “anos de chumbo” estavam chegando ao fim. Para Skidmore (1988, p. 774), o segundo alvo era controlar os “subversivos”. Quase nenhum dos grupos guerrilheiros sobreviveu à repressão no Governo Médici, contudo, Geisel e Golbery convergiam à ideia de que “ainda havia subversivos no Brasil, mas sabiam que as forças de segurança eram um foco de oposição à liberalização e acreditavam que elas estavam superestimando a ameaça subversiva para promover seus interesses políticos” (SKIDMORE, 1988, p. 773). Por isso, houve uma repressão política voltada contra jornalistas, policiais militares e sindicalistas de partidos comunistas, como o PCB (Partido Comunista Brasileiro) e o PC do B (Partido Comunista do Brasil) (TELES, 2010, p. 259). As simulações de suicídios e mortes em tiroteio mantiveram-se na gestão

geiseliana, todavia, a vitória do partido MDB nas eleições de 1974 colocou em xeque as possibilidades dos militares de controlarem o processo eleitoral e o Estado (TELES, 2010, p. 259).

Em 1975, o jornalista Vladimir Herzog foi encontrado morto nas dependências do DOI-Codi de São Paulo, despertando uma intensa comoção popular e também a celebração ecumênica na Catedral de São Paulo pelo cardeal Paulo Evaristo Arns (RICUPERO, 2017, p. 472). Apesar de haver pressões internas e externas diante dos casos de assassinatos e torturas, existiam militares que defendiam o endurecimento de normas, militares da linha dura. O ministro do Exército, General Silvio Frota, iniciava seu projeto de chegar à Presidência com o apoio de militares da ala dura (RICUPERO, 2017, p. 472). Ao ter o conhecimento da articulação de Frota, Geisel resolveu demiti-lo do cargo de Ministro.

A repressão política não se restringia a violências físicas e psíquicas. O governo usava um aparato repressivo que abrangia a espionagem, a censura, a propaganda e os julgamentos sumários (FICO, 2019, p. 411). O regime militar tratou de delinear um sistema de propaganda política para amparar a ideologia dos militares e encobrir os vestígios da repressão (FICO, 2019, p. 447). Embora houvesse a pretensão do General Geisel de entregar o país ao poder dos civis, o aparato repressor se mantinha. Todavia, a demissão do General Frota impediu que a ala dura dos militares retomassem a gestão do país e impedisse o processo de transição política do país.

O General Geisel não era contrário às medidas repressivas, contudo, o fim da repressão aconteceu durante o mandato de Geisel. O Brasil do General Geisel vivenciou os últimos anos do aparato repressor. Em 13 de outubro de 1978, revogam-se os AI, incluindo o AI-5¹⁴. Em 1979, coube ao general Figueiredo o dever de proceder à transição, sendo o último presidente do regime militar brasileiro.

Geisel, não obstante, teve de enfrentar a pressão internacional dos abusos aos direitos humanos que o regime militar instalara. Por meio de ondas transnacionais de direitos humanos cuja construção se deu através do contato de exilados latino-americanos com os ideais ativistas presentes no estrangeiro, o Brasil foi alvo de denúncias sobre os abusos aos direitos humanos - dentro e fora do país (KELLY, 2014, p. 93; TELES, 2010, p. 258). Isso

¹⁴ Art. 3º, da Emenda Constitucional nº 11, de 13 de outubro de 1978: “São revogados os Atos institucionais e complementares, no que contrariarem a Constituição Federal, ressalvados os efeitos dos atos praticados com bases neles, os quais estão excluídos de apreciação judicial”.

porque uma variedade de ativistas na Europa, nos Estados Unidos, no Canadá formou um movimento de solidariedade transnacional para aumentar a consciência global sobre a escalada da violência presente na América Latina (KELLY, 2014, p. 93). Aliás, a diáspora de exilados latino-americanos resultou para, pela primeira vez, ativistas usarem a linguagem de direitos humanos em suas manifestações (KELLY, 2014).

1.1.3. – A breve história econômica brasileira da década de 1970

A década de 1970 está inserida no período em que o Brasil vivenciava um intenso processo de modernização. De 1950 a 1980, o país passou por mudanças na sua fisionomia. “Transformações aceleradas verificam-se em todos os setores da vida brasileira, com alterações estruturais importantes (...), como a relação de campo/cidade e a reafirmação de estruturas já implantadas antes de 1950” (SILVA, 2016, p. 345).

A transmutação da população rural para as cidades, entre as décadas de 1950 e 1980, foi bastante intensa ao ponto de 64% de a população brasileira encontrar-se no meio rural, em 1950, e, depois, em 1980, o percentual cair para cerca de 33% (SILVA, 2016, p. 345). Nesse mesmo contexto, ocorre “uma rápida generalização das relações de produção de tipo capitalista, com um fantástico aumento da população operária, de cerca de 500%, entre 1950 e 1980” (SILVA, 2016, p. 346). Entretanto, essas alterações no país, durante esse período, não estiveram atreladas à realidade de um crescimento constante na economia, de modo que o Brasil enfrentou crises econômicas.

Após o término da Segunda Guerra Mundial, o Brasil adquiriu elevadas taxas médias anuais de crescimento do PIB, sendo a mais alta dentre os países latino-americanos (PRADO & EARP, 2019, p. 209-210). Segundo Prado & Earp (2019, p. 209), entre os anos de 1963 e 1967, o crescimento econômico brasileiro caiu à metade e resultou em um acirrado debate sobre a natureza das reformas econômicas necessárias para retomar as taxas históricas de expansão da economia.

A partir de 1967, a economia brasileira recebeu estímulo à demanda por meio de políticas monetárias, creditícias e fiscais mais “flexíveis” e, em consequência, essas políticas resultaram em um notável expansão de crédito (LAGO, 2014, p. 214-215). Segundo Skidmore *apud* Lago (2014, p. 215), a concessão de isenções fiscais e de juros favoráveis ao setor

agrícola juntamente com um maior volume de crédito tenderam assegurar a oferta adequada de alimentos, estimular as exportações de produtos primários e, talvez sem a mesma ênfase, aumentar a renda rural, logo, corrigir desequilíbrios regionais e reduzir o êxodo rural.

O cenário do país na década de 1970 foi marcado inicialmente pelo acelerado crescimento econômico, ao ponto de o PIB chegar à taxa média de 11% ao ano. Esse crescimento remontou e complementou o processo de difusão da produção e consumo de bens duráveis, por meio do Plano de Metas (HERMANN, 2016, p. 62). As taxas de crescimento de 11% mantiveram os seis anos consecutivos da gestão de Antônio Delfim Netto ao Ministério da Fazenda e resultaram para que surgisse a denominação de “milagre econômico”.

Diferentemente do Governo Médici, o Governo Geisel precisou enfrentar, todavia, momentos de grave crise do petróleo. As consequências do Primeiro Choque do Petróleo fizeram com que a questão energética fosse um assunto permanente em seu governo. Aliás, o plano econômico do Governo Geisel teve uma seção destinada à política de energia. Os principais objetivos eram reduzir a dependência energética de petróleo no país e diversificar as fontes de energia, ao substituir o petróleo por outras fontes (VOIGT, 2016, p. 171-172).

1.1.3.1. – II Plano Nacional de Desenvolvimento

O plano econômico do Governo Médici colheu os frutos de um cenário internacional favorável a empréstimos externos. Resultou o plano econômico, lançado por Delfim Netto, em um acelerado crescimento da economia, provido de abundância de capitais estrangeiros e de sustentação das importações (TOSCANO, 2010, p. 43). Assim, o elevado crescimento de importações provocou mudanças estruturais ao perfil de crescimento, seja pelo setor industrial, seja pelos bens de consumo duráveis, o que ampliou a dependência externa da economia em relação a bens de capital (HERMANN, 2016, p. 75). Por isso, estima-se que o índice do PIB tenha alcançado médias anuais de 11,3% e a indústria representou o setor que mais desenvolveu na economia brasileira, com taxas anuais de 12,6% (BAER *apud* TOSCANO, 2010, p. 43).

O crescimento do período do “milagre econômico” foi acompanhado do aumento da dependência estrutural da economia atrelada ao petróleo (HERMANN, 2016, p. 75). O consumo desse recurso energético elevou de 34% em 1971 para 40% em 1973, ao passo que a

importação de petróleo elevou-se de 59% para 81% (HERMANN, 2016, p. 75). Assim, o crescimento da economia brasileira nesse momento tornou-se mais dependente das importações e, conseqüentemente, o Brasil adquiriu uma elevada taxa de endividamento externo.

A expansão econômica do país foi avassalada pelos efeitos da crise petrolífera de 1973. A balança comercial do Brasil “passou de virtual equilíbrio em 1973 para um déficit de US\$ 4,7 bilhões no ano seguinte, embora a taxa de crescimento do PIB tenha se reduzido de 14% para 8,2% no mesmo período” (HERMANN, 2016, p. 77). As dificuldades enfrentadas pelos países em desenvolvimento, como o Brasil, foram atenuadas por outro efeito do choque petrolífero de 1973: a forte entrada de “petrodólares”¹⁵ (HERMANN, 2016, p. 77). As receitas de exportação dos países-membros da OPEP migraram inicialmente para os países ricos em busca de retorno financeiro, uma vez que esses países industrializados também sofreram com o aumento de juros e a contração de atividade econômica (HERMANN, 2016, p. 77). A entrada de capitais estrangeiros nesses países promoveu grande expansão de recursos à disposição dos bancos locais, estimulando o “apetite” por investimentos de maior risco, visto que a regulamentação financeira impunha “tetos” às taxas de juros das operações domésticas (HERMANN, 2016, p. 77). Dessa forma, os petrodólares financiaram os déficits em conta-corrente de países endividados, como o Brasil (HERMANN, 2016, p. 77).

Os primeiros meses da gestão geiseliana tiveram de responder aos efeitos da crise petrolífera de 1973. As opções possíveis para conter e atenuar o problema da crise eram: manter o modelo econômico, adotado pelo antecessor, ou frear o plano econômico com um processo recessivo (VOIGT, 2016, p. 164). A recessão representou a necessidade de o governo brasileiro fazer cortes nas importações de petróleo e, conseqüentemente, essa postura atingiria o processo de crescimento, pois afetaria o consumo da principal fonte energética do país.

A opção escolhida pelo Governo Geisel foi a de manter os níveis de crescimento, permanecendo elevadas as importações. Portanto, a pasta econômica do Governo Geisel teve de proporcionar mudanças estruturais do modelo de acumulação, e a abertura de novas linhas comerciais e assinatura de novos acordos internacionais (CAMARGO & OCAMPO *apud*

¹⁵ A expressão “petrodólares” surgiu após a crise petrolífera de 1973. O aumento do preço do óleo cru ocasionou uma forte acumulação de rendas oriunda das exportações. Os países exportadores de petróleo não absorveram todo o capital acumulado e aplicaram o excedente no cenário internacional, ao investir em países industrializados (TOSCANO, 2010, p. 32). Isso porque esses países transmitiam maior segurança e rápido retorno ao capital empregado (TOSCANO, 2010, p. 32).

VISENTINI, 2004, p. 147). Essa postura adotada trazia efeitos colaterais presumíveis, como o aumento expressivo e rápido do déficit comercial com os países fornecedores de petróleo, o gigantesco impacto no balanço de pagamento e o aumento da sua dívida externa (VOIGT, 2016, p. 165). A estratégia econômica do governo previa os efeitos colaterais, porém estimavam que a ocorrência de investimentos estrangeiros, em especial, dos países exportadores de petróleo e um expressivo aumento das exportações para esses mesmos países compensariam o impacto ou a crise não estenderia por longo tempo e o preço voltaria ao período pré-choque (VOIGT, 2016, p. 166).

A visão estratégica dos Ministérios da Fazenda e do Planejamento do Governo Geisel resultou na elaboração do II PND (II Plano Nacional de Desenvolvimento), que foi enviado ao Congresso e sancionado pelo presidente no dia 04 de dezembro de 1974. Assim, surgiu a Lei nº 6.151, de 4 de dezembro de 1974, destinada a aplicar o projeto de ação para atenuar os problemas a serem sanados, principalmente, em virtude da impacção da crise petrolífera de 1973. Foram aprovadas as diretrizes que tentariam reduzir a dependência energética a fontes externas.

Para enfrentar a questão da dependência energética por insumos externos sem sacrificar o crescimento, seis medidas foram apontadas no plano econômico: a primeira e importantíssima era a redução em relação a fontes de energia estrangeiras; a segunda, o emprego intensivo de energia proveniente de usinas hidrelétricas; a terceira, a execução do programa ampliado de energia elétrica; a quarta, o programa de carvão; a quinta, o desenvolvimento de programas de pesquisa em fontes não convencionais; e a sexta, a produção de minerais energéticos nucleares (VOIGT, 2016, p. 172).

Além de o II PND conter a política de energia, esse plano tencionava melhorar a taxa do PIB para 10% ao ano durante o período de 1974-1979, atendendo ao projeto de desenvolvimento econômico e ao projeto político (HERMANN, 2016, p. 82). Sucintamente, a resposta ortodoxa do governo Geisel conduziria a restrições econômicas e, também, reduziria muito as chances de promover a “distensão” política (SALLUM JR. *apud* HERMANN, 2016, p.82). Todavia, houve a necessidade, neste momento, de uma política de controle da inflação.

A inflação permanecia em dois dígitos e mostrou-se acelerada. O ano de 1974 encerrou-se com a inflação de 35% ante 16% do ano anterior (HERMANN, 2016, p. 82). A continuidade do ritmo de crescimento acelerado ampliaria o desequilíbrio externo e ameaça

emergir o descontrole inflacionário, seja pelo excesso de demanda, seja pela necessidade de correções cambiais (HERMANN, 2016, p. 82). Nos anos de 1974 e 1975, o crédito ainda manteve forte expansão e os investimentos públicos previstos no II PND começaram a ser implementados, o que contribuíram para o PIB crescer pouco mais de 10%, porém, a inflação atingiu 46% (HERMANN, 2016, p. 82).

Assim, diante do contexto econômico do Brasil durante o governo Geisel, a ação externa brasileira foi atuante no cenário periférico, marcado por relações bilaterais com o Terceiro Mundo. Desse modo, o relacionamento Brasil com países africanos, latino-americanos e do Oriente Médio poderia projetar resultados satisfatórios e vantajosos. Nesse sentido, o aprofundamento do laço diplomático e comercial com a Arábia Saudita poderia trazer bons frutos para não fomentarem os problemas internos do país na área econômica (a questão do elevado crescimento e da dívida externa), visto que a Arábia Saudita era um dos principais exportadores de petróleo do mundo, e o relacionamento entre os dois países poderia amenizar os impactos dos déficits do Brasil. Nesse sentido, os empresários brasileiros passaram a divulgar os produtos e serviços para diversos países, inclusive a Arábia Saudita, e reduziram o crescente déficit da balança comercial e do balanço de pagamento.

1.2. – O PRAGMATISMO RESPONSÁVEL E ECUMÊNICO

“Política externa é a projeção dos interesses nacionais. (...) quando defende seus interesses nacionais, um país tem que ter noção de todo tipo de aliança que possa conseguir” (SPEKTOR, 2010, p. 83). Essa fala de Silveira, oriunda de entrevista concedida entre maio de 1979 e março de 1982, ao CPDOC/FGV, retrata a sua concepção realista para as relações exteriores com o intuito de projetar uma ação política voltada ao interesse nacional, de modo que atinja a formação de alianças e firme acordos com passos estrategicamente pensados. Antônio Azeredo da Silveira era embaixador em Buenos Aires quando foi escolhido para chefiar o MRE no mandato presidencial de Geisel. Silveira teve de enfrentar desafios internacionais provocados após o colapso do sistema de Bretton Woods e a crise petrolífera de 1973.

Para inicialmente tratar sobre a política externa do Geisel, é importante destacar alguns detalhes sobre a política externa antecessora, chefiada pelo diplomata Mário Gibson

Barboza. O pragmatismo da política externa do Governo Geisel remanesce de um período de crescente independência, autonomia e “flexibilidade” em face aos limites impostos pela estrutura do sistema internacional de Guerra Fria (SPEKTOR, 2004, p. 195). Esse engajamento brasileiro aconteceu diante de um contexto internacional favorável em que as estruturas do sistema internacional tiveram reviravoltas. Exemplificam-se as mudanças pelo declínio do poder militar dos EUA diante da URSS, pela inclusão da China continental ao equilíbrio de poder, pela inusitada força dos países produtores de petróleo, a voracidade do movimento de descolonização na África e na Ásia e as respectivas repercussões na ONU e pelo debate militar estadunidense no Vietnã (SPEKTOR, 2004, p. 195).

1.2.1. - A política externa antecedente ao pragmatismo ecumênico e responsável

O Chanceler de Médici, Mário Gibson Barboza, “fizera-se notar por Raul Fernandes, que o convocara a seu gabinete nas duas vezes em que ocupou a chancelaria” e, ainda, “foi um dos diplomatas mais destacados de uma geração excepcional pela alta qualidade” deles (RICUPERO, 2017, p. 463). A política externa dele foi auto-titulada de “Diplomacia do Interesse Nacional” e promoveu algumas mudanças na diplomacia as quais diferiu do seu antecessor, Magalhães Pinto¹⁶ (SANTANA, 2006, p. 158).

Gibson Barboza, em 1970, fez um pronunciamento em que ponderou a política externa da década iniciada e, inclusive, trouxe a grande lição de “em diplomacia não há lugar para automatismo, nem imutabilidade” (BARBOZA *apud* MOREIRA, 2018, p. 37). Aludido chanceler não projetou uma diplomacia audaciosa como fez o diplomata Azeredo da Silveira. Todavia, ele esforçou-se para atenuar o isolamento internacional por meio da promoção de encontros presidenciais, entre eles a visita de Médici aos EUA, em 1971 (RICUPERO, 2017, p. 466). Nesse sentido, pontua Lima (2018, p. 38) que:

Assim como seus antecessores, Gibson Barboza salientou o “entendimento tácito” entre os Estados Unidos e a União Soviética na macroestrutura da política internacional. (...) O diplomata foi particularmente sensível em detectar a transformação da política externa americana no campo do desenvolvimento econômico e suas consequências para o Brasil. Ele indicou ser inviável esperar, naquele momento, qualquer ajuda financeira ou cooperação econômica por parte dos

¹⁶ José de Magalhães Pinto foi chanceler do Presidente Costa e Silva, bem como chefiou o Itamaraty durante o Governo Provisório da Junta Militar antes de assumir Gibson Barboza.

Estados Unidos. Nas circunstâncias então prevaletentes, Washington era “neoisolacionista” e atuava de acordo com uma filosofia de “neoprotecionismo”.

A economia brasileira, que atingiu elevadas taxas de crescimento decorrentes das políticas econômicas do “milagre econômico”, favoreceu a expansão do número e do escopo das atividades diplomáticas (SPEKTOR, 2009, p. 43). Com isso, o “Brasil abriu embaixadas em regiões que antes ignorava e suas empresas estatais passaram a fazer investimentos fora do país” (SPEKTOR, 2009, p. 43).

A administração do Governo Médici concedeu ao Ministério da Fazenda uma maior parcela de poder decisório aos tecnocratas, cujo paradigma era o Ministro Delfim Netto. Dessa maneira, o modelo econômico desse período e a organização burocrático-militar ocasionaram um relativo esvaziamento das funções diplomáticas em favor da participação de outros órgãos burocráticos (VISENTINI, 2004, p. 136). Por conta dessa estrutura administrativa, havia frequentemente conflitos entre o ministro Delfim Netto e o Chanceler Gibson Barboza, visto que cada um defendia um perfil de orientação internacional para o país (VISENTINI, 2004, p. 136). O Ministro da Fazenda apostava em uma cooperação mais próxima do Primeiro Mundo, enquanto que a lógica de Gibson era retomar elementos da Política Externa Independente ao invocar a necessidade de uma aproximação mais intensa com o Terceiro Mundo e os organismos internacionais (VISENTINI, 2004, p. 136).

A relação do Brasil com o Oriente Médio ganhou novos contornos a partir de 1973. Nesse sentido, o início dessa construção diplomática deu-se com o chanceler Mário Gibson Barboza. A partir de 1973, a literatura atribui essa virada de ação política de uma postura política pró-árabe. Gibson Barboza (BARBOZA *apud* SOCHACZEWSKI, 2004, p. 71) acreditou que a sua diplomacia poderia contribuir para soluções pacíficas diante do conflito árabe-israelense. O jornal *O Estado de São Paulo*, no dia 12 de agosto de 1973, apontou que Gibson Barboza deixara o Egito (o Chanceler estava fazendo visitas a países do Oriente Médio) “com o sentimento de que o país [Brasil] tinha uma disposição de negociação de paz” (SOCHACZEWSKI, 2004, p. 72).

O Chanceler Gibson Barboza defendia que a política externa brasileira tinha o privilégio de criar uma aproximação sem perder o equilíbrio da posição política em relação aos conflitos incessantes entre Israel e os países árabes vizinhos (BARBOZA, 2020, p. 301). Ao invés de adotar uma postura de neutralidade, a política de equidistância era mais

apropriada, através da qual poderia o Brasil trazer sua contribuição, ainda que obviamente modesta, à solução do magno problema (BARBOZA, 2020, p. 302).

Gibson Barboza havia recebido o convite de Israel para uma visita oficial, o qual que se tornou insistente após as aberturas da política externa brasileira (África, América Latina, etc.) (BARBOZA, 2020, p. 302). O Chanceler recusou convite, porém, em 1972, após receber as intenções do ministro dos Negócios Estrangeiros da República Árabe do Egito, Mourad Ghaleb em visitar oficialmente o Brasil, ele mudou de ideia. Com isso, organizaram uma visita oficial do chanceler Gibson Barboza ao Egito e, em seguida, a Israel¹⁷.

A visita de Gibson Barboza marcou um novo rumo do relacionamento diplomático do Brasil com o Oriente Médio. A partir da viagem oficial em 1973, esse relacionamento resultou em uma diplomacia mais próxima de países exportadores de petróleo, de modo que se afastasse da postura diplomática de equidistância. A explanação a respeito da história da relação entre Brasil e Oriente Médio será abordado no segundo capítulo deste trabalho.

1.2.2. - O pragmatismo do General Geisel e de Silveira

A indicação do nome de Silveira à pasta do Itamaraty não foi recebida bem por alguns colegas de Ministério, como o diplomata e economista Roberto Campos, que nutria antipatia por Azeredo da Silveira, mas também detinha rivalidade com ele (SPEKTOR, 2004, p. 214; LIMA, 2018, p. 38). Todavia, o chefe de gabinete do Ministro do Exterior na gestão de Médici, Dário Castro Alves, manifestou a sua preferência por Silveira quando o General Geisel buscava por um Chanceler (GASPARI, 2003, p. 312).

Geisel resolveu encontrar-se com Silveira em sua residência no Rio de Janeiro e, durante quase duas horas, o General e o Embaixador dialogaram. Segundo Gaspari (2003, p. 312), Silveira teve um ótimo desempenho na sua conversa e mostrou-se dotado de conhecimentos técnicos e de segurança doutrinária na questão complexa entre a Argentina em relação à oposição argentina pela construção da hidrelétrica de Itaipu. Além disso, a “postura

¹⁷ A viagem do chanceler Gibson Barboza percorre três países: República Árabe do Egito, de 28 a 31 de janeiro de 1973; Quênia, de 1º a 4 de fevereiro; Israel, de 4 a 8 de fevereiro. De acordo com SOCHACZEWSKI (2004, p. 70), o intuito da visita do chanceler Gibson Barboza era Egito e Israel, contudo, “inserindo uma providencial parada no Quênia, entre uma e outra, por conta de exigências dos egípcios de não seguir diretamente de seu território para Israel”. Dessa forma, a escolha de Gibson Barboza por Quênia devia ao fato de este ser um país de relevo na África subsaariana e parceiro importante do Brasil na comercialização de café, além de o chanceler Gibson Barboza dever uma visita oficial em retribuição à do ministro dos Negócios Estrangeiros Nyoroge Mungay ao Brasil em 1972 (SOCHACZEWSKI, 2004, p. 71).

heterodoxa que Silveira adotara na negociação com Buenos Aires e a decisão presidencial de utilizar a política externa como vitrine da descompressão doméstica apesar do desconforto da 'linha dura' faziam dele o homem que Geisel procurava” (SPEKTOR, 2004, p. 214).

O discurso do General Geisel constituiu traços que ensejavam conduzir as ações políticas pragmáticas cujos frutos seguiram nos anos seguintes marcados por uma política externa ousada¹⁸, em razão de “boa parte de sua agenda pessoal [Ernesto Geisel] era conscientemente provocativa” (SPEKTOR, 2009, p. 63). A ousadia da diplomacia brasileira derivou das exigências feitas pelo Presidente Geisel. Assim como já mencionado em seções anteriores¹⁹, o Brasil do General Geisel era estruturado por uma administração centralizada. Os assuntos vinculados às relações internacionais, então, eram repassados ao gabinete presidencial sem que houvesse triagem de assuntos a serem despachados pelo presidente.

Os passos dados na política externa brasileira nesse momento foram minuciosamente analisados, e fizeram “neutralizar todos os elementos do sistema internacional capazes de obstaculizar o potencial brasileiro de poder” (SPEKTOR, 2009, p. 201). Ademais, o “Brasil aderiu à crescente crítica terceiro-mundista da ordem internacional, mas o fez sem adotar papel protagônico ou confrontacionista” (SPEKTOR, 2009, p. 201).

O pragmatismo de Silveira trazia o ideal de potencializar o poder do país no cenário. Contudo, a diplomacia não constituiu uma ruptura com a política externa dos governos anteriores (VISENTINI, 2004, p. 197). De fato, a política externa de Geisel representou a diplomacia mais desenvolvida do período do regime militar (VISENTINI, 2004, p. 197). Além das condições internacionais que foram importante para o desenvolvimento do Brasil, o Itamaraty teve uma estratégia política bem articulada em conjunto com a presidência do Brasil. Assim, o relacionamento entre o Chanceler Silveira e o Presidente Geisel conferiram para estruturar o papel do Brasil com destaque no cenário internacional. As decisões buscavam atender o melhor para o país e, com isso, atingir o interesse nacional. Assim, o embaixador Moreira Lima (2018, p. 39) expôs que:

Para Silveira, o “papel da chancelaria é por o país à frente de seu tempo”. A política externa devia ser “a projeção da síntese dos interesses nacionais no plano

¹⁸ A política externa de Geisel é caracterizada por Visentini (2004), em sua obra “A política externa do regime militar brasileiro”, como ousada. Tanto Visentini quanto Spektor (2004) convergem ao entendimento de que a postura brasileira no plano internacional nesse momento foi arrojada, ainda que fosse pragmática.

¹⁹ Vide Seção 1.1.2 desta dissertação

internacional” e não mera extensão do “poder nacional”, conceito demasiado rígido e ancorado apenas no presente. Sendo um país em rápida ascensão, seria melhor estruturar objetivos e interesses pensando no amanhã – “é importante abrir as opções para o futuro e preservá-las integralmente”. Enfim, o Brasil não deveria assumir compromissos que viessem a cercear suas perspectivas estratégicas.

Silveira, por meio de suas ações pragmáticas, soube captar as modificações que se processavam na situação interna e no contexto exterior, e soube aproveitar com audácia as oportunidades que surgiram para a iniciativa diplomática brasileira (RICUPERO, 2017, p. 479). A política externa de Geisel não detinha caráter de alinhamento automático, aliás, a política externa do General Médici foi desenvolvida por Gibson Barboza para não ter espaço para o “automatismo”²⁰.

A “guinada sensacional”, alcunhada por Ricupero (2017, p. 471), representou uma ação política além da eventual utilidade externa a qual o Brasil estava inserido. A diplomacia do Governo Geisel foi muito bem articulada de sorte que contribuísse no esforço interno dos governantes militares à base de apoio da distensão proposta pelo General Geisel (RICUPERO, 2017, p. 471). A política centralista de Geisel completou-se, ademais, para a mudança de ênfase da área da segurança para a área de desenvolvimento (PINHEIRO *apud* VISENTINI, 2004, p. 206). As questões de segurança deixaram, desse modo, de interferir nas decisões de modo geral e, também, nas diretrizes de política externa brasileira (VISENTINI, 2004, p. 206). Com isso, as decisões inovadoras referentes à política externa foram possíveis graças ao pensamento desenvolvimentista do Presidente Geisel, bem como o estilo centralizador do seu governo, e, assim, a diplomacia brasileira formulou uma inserção internacional mais autônoma em relação a outros círculos (PINHEIRO *apud* VISENTINI, 2004, p. 206).

1.2.3. - As “correções de rumo” na política externa brasileira

O relacionamento entre Silveira e Geisel contribuiu para alterar o rumo da diplomacia brasileira. A gestão do General Geisel inovou com a construção de laços diplomáticos com diversos países, principalmente, os do Sul Global. Embora Azeredo da Silveira tivesse pensamentos formulados a respeito das ações políticas no cenário internacional, a ousadia da diplomacia brasileira derivou de planos de ação arquitetados conjuntamente por Silveira e o General Geisel. Este, ao assumir a presidência do Brasil,

²⁰ Vide na seção 1.2.1.1 deste trabalho o seguinte trecho: “em diplomacia não há lugar para automatismo, nem imutabilidade” (BARBOZA *apud* MOREIRA, 2018, p. 37)

ordenou que Silveira providenciasse a mudança e “correção” de três eixos: a China Popular, a África e o Oriente Médio.

O General Geisel, em seus primeiros atos presidenciais, resolveu se afastar do modelo colonial português em colônias africanas. Por isso, o Brasil foi o primeiro país a reconhecer o governo português após a Revolução de 25 de abril, ou Revolução dos Cravos, e, assim, notificou-se a posição anticolonial na África²¹. Dessa forma, a nova política brasileira para África fortaleceu para o processo de descolonização, pois o Brasil apoiou a independências dos países africanos e, logo, houve abertura de Embaixadas do Brasil no Gabão, na Serra Leoa, em Maurício e na República da Guiné²².

O General Geisel, com sua administração centralizada, projetou seus interesses e desejos no processo decisório. As “correções de rumo” partiram de seu desejo - e também apoiadas por Silveira - de fortalecer o relacionamento diplomático brasileiro com a África, a China popular e o Oriente Médio. Dessa forma, o restabelecimento de relações diplomáticas no Governo Geisel obedeceu a uma diretriz básica de política externa: ampliar a capacidade de inserir no plano internacional²³. O Presidente Geisel percebeu que o país carecia de uma mudança para abrir novos contatos, ao mesmo tempo, estar preparado para os desafios da dinâmica internacional. Sobre a ação da política externa, Spektor (2009, p. 63) comenta que a intenção do General Geisel era:

(...) surpreender seus opositores à esquerda e à direita, pôr elementos mais conservadores na defensiva e ganhar autoridade sobre os outros chefes militares. Recém-indicado para presidir uma ditadura de direita claramente pró-Israel, pró-Portugal (na questão colonial) e pró-África do Sul (na questão racial), ele [Geisel] resolvera dar uma guinada veloz na direção oposta. Antes mesmo de ser empossado, havia decidido reconhecer regimes de inspiração marxista na África, começar a normalizar as relações com 13 países do Oriente Médio e estudar formas de aproximar o Brasil da China comunista.

²¹ Aula mestre, pronunciada pelo chanceler Azeredo da Silveira na Faculdade de Direito da Universidade Federal de Pernambuco sobre a política externa do Governo Geisel. In: Relatório de realizações do Governo Geisel 1974-1979. CPDOC, Fundação Getúlio Vargas. Informativo. AAS mre ag 1974.01.16. 04/03/1975.

²² Aula mestre, pronunciada pelo chanceler Azeredo da Silveira na Faculdade de Direito da Universidade Federal de Pernambuco sobre a política externa do Governo Geisel. In: Relatório de realizações do Governo Geisel 1974-1979. CPDOC, Fundação Getúlio Vargas. Informativo. AAS mre ag 1974.01.16. 04/03/1975.

²³ Atuação do Ministério das Relações Exteriores. In: Documentos referentes à atuação de Azeredo da Silveira como ministro das Relações Exteriores. CPDOC, Fundação Getúlio Vargas. Informativo. AAS are 1974.03.00/2. 13/10/1977

A virada de rumo representa, desse modo, uma nova projeção almejada pelo Presidente Geisel ao Brasil. A estrutura administrativa do seu governo, desempenhada no modo centralizador, propiciou para que a política externa não tivesse problemas em função dos atritos entre a pasta do Itamaraty e do Ministério da Fazenda, assim como ocorreu durante o governo Médici. O centralismo do Governo Geisel pode impedir esses tipos de entraves burocráticos.

A diplomacia do pragmatismo mostrou que o Brasil, neste momento, almejava satisfazer os seus interesses econômicos de atenuar os efeitos do Primeiro Choque do petróleo, bem como elevar seu poder no cenário internacional por meio de uma participação de destaque. Nesse sentido, Pinheiro (2002, p. 88-89) salienta que:

Ao restabelecer relações diplomáticas com a China, o Brasil buscou não apenas satisfazer objetivos econômicos, mas também ganhar um aliado político em questões globais e assim aumentar seu poder de barganha internacional. O Brasil honrou a promessa de reconhecer a independência de Angola no dia 11-11-1975, embora o MPLA estivesse no controle do governo, assim abrindo mão de vantagens econômicas decorrentes de um apoio prévio a um grupo rival. O Brasil, enfim, apostou desde o início do governo Geisel no não-alinhamento automático aos Estados Unidos como um princípio de sua política externa.

O Chanceler Silveira, dessa maneira, projetou a política externa de maneira que o país deveria “formular posições independentes para o país, sem a preocupação em satisfazer as pressões das superpotências.(...) tornava-se imprescindível a universalização de contatos da política externa, o que (...) implicava mudanças importantes nas posições com o mundo árabe” (SANTANA, 2006, p. 165).

As correções expostas não derivavam de um afastamento total do Primeiro Mundo. A particularidade da diplomacia de Geisel era manter uma abertura de possibilidades de contatos no plano internacional para garantir o papel de destaque. Por isso, desenvolveu-se uma diplomacia de autonomia em relação aos princípios de grande potências e uma visão multilateral.

O envolvimento do Brasil com o mundo árabe cresceu rapidamente a partir de 1973 quando o país enfrentou o desafio de manter o projeto de desenvolvimento e atenuar os efeitos do Primeiro Choque do Petróleo. O General Geisel almejava manter o crescimento econômico do país e ter laços diplomáticos fragilizados com os países exportadores de petróleo

prejudicaria o interesse de tornar o país um ator internacional importante no cenário internacional.

A “correção de rumo” atribuí à estratégica diplomática desempenhada pelo quadro de diplomatas, com destaque à atuação de Paulo Nogueira Batista. Em 1973, Nogueira Batista assumiu a Subsecretaria de Assuntos Econômicos do MRE (SCOREL). Por meio desse cargo, ele realizou uma viagem de Missão Especial a Bagdá e a Jedá, em outubro de 1973²⁴. Além de explorar a possibilidade de cooperação na área petrolífera, Nogueira Batista buscou o diálogo com os países exportadores de petróleo os quais mais exportavam ao Brasil. Teve, ademais, a Missão Especial o condão de tratar sobre a situação do mercado internacional de petróleo²⁵. Nesta viagem, Nogueira Batista²⁶ recolheu a impressão de que a Arábia Saudita estava disposta a usar o petróleo para obter vantagens políticas (modificação da posição americana em relação a Israel), mas também vantagens econômicas (cooperação para o desenvolvimento diversificado de sua economia).

Por meio dessa atuação da diplomacia brasileira, o estreitamento dos laços diplomáticos com Oriente Médio abarcou, de fato, os países exportadores de petróleo, como o Iraque e a Arábia Saudita. Percebe-se que a “correção de rumo” atribuída ao Oriente Médio possui ressalvas, pois o novo rumo dado pela ação externa brasileira esteve mais voltada em amenizar os impactos sofridos pela crise petrolífera de 1973. A mudança de atuação esteve atrelada em produzir ligações e laços a fim de trazer vantagem e resultados desejados para o Brasil. Com isso, a diplomacia do General Geisel resolveu intensificar parceiros que pudessem ter uma cooperação técnica e parcerias entre instituições, além de escoar os produtos e serviços brasileiros ao Terceiro Mundo. Assim, ao longo do governo Geisel, os países exportadores de petróleo assumiram gradualmente a importância decisiva como detentores de parcelas crescentes do óleo cru²⁷.

²⁴ Missão Especial do Chefe do Departamento Econômico ao Oriente Médio. Situação do petróleo mundial. In: Atividade diplomática de Paulo Nogueira Batista. CPDOC, Fundação Getúlio Vargas. Arquivo: Paulo Nogueira Batista. Secreto-Urgente. PNB ad 1973.10.05. 05/10/1973.

²⁵ Missão Especial do Chefe do Departamento Econômico ao Oriente Médio. Situação do petróleo mundial. In: Atividade diplomática de Paulo Nogueira Batista. CPDOC, Fundação Getúlio Vargas. Arquivo: Paulo Nogueira Batista. Secreto-Urgente. PNB ad 1973.10.05. 05/10/1973.

²⁶ Missão Especial do Chefe do Departamento Econômico ao Oriente Médio. Situação do petróleo mundial. In: Atividade diplomática de Paulo Nogueira Batista. CPDOC, Fundação Getúlio Vargas. Arquivo: Paulo Nogueira Batista. Secreto-Urgente. PNB ad 1973.10.05. 05/10/1973.

²⁷ Informar da importância dos países exportadores de petróleo. In: Informações para o Presidente da República. CPDOC, Fundação Getúlio Vargas. Arquivo: Rubens Barbosa. Informativo. Rba sec 1968.09.30. 22/08/1973.

CAPÍTULO II

O RELACIONAMENTO DIPLOMÁTICO ENTRE BRASIL E ORIENTE MÉDIO: A ARÁBIA SAUDITA

A política externa do Governo Geisel, intitulada por “Pragmatismo Responsável e Ecumênico”, representou uma ação política bastante articulada, bem como reproduziu uma conduta ousada do corpo diplomático ao buscar uma posição de maior destaque no cenário internacional. O diferencial da diplomacia do pragmatismo responsável pode ser atribuído ao esforço de alterar os cursos da política externa brasileira. Ficaram conhecidas as mudanças por “correções de rumo” cujo atributo se deu por meio de intensificar o relacionamento com países do Terceiro Mundo, especificamente, vínculos com os países africanos, a China Popular e os países árabes de cunho islâmico.

O relacionamento diplomático do Brasil com o Oriente Médio passou por uma reviravolta durante o Governo Geisel embora o início da aproximação diplomática do Brasil tenha acontecido em meados do ano de 1973 (no final do mandato de Médici), antes da eclosão da Guerra do Yom Kippur. O descontentamento dos países árabes com o apoio estadunidense a Israel foi o estopim para os países-membros de a OPEP formarem um cartel que resultou no aumento expressivo do preço de barril de petróleo ao nível global. Esse evento é conhecido por Primeiro Choque do Petróleo.

No capítulo anterior, retratou-se a administração do Governo Geisel, destacando a política externa do pragmatismo a qual fora projetada pelo intenso diálogo entre o Presidente Geisel e o seu Chanceler Azeredo da Silveira. Houve uma preocupação em modificar os passos políticos com relação ao Oriente Médio. Através da ação diplomática liderada pelo diplomata Paulo Nogueira Batista, chefe da Divisão Econômica do Itamaraty, o Brasil aprofundou os laços diplomáticos com países do Oriente Médio na área econômico-comercial e energética.

Para detalhar o envolvimento diplomático do Brasil com essa região, este capítulo discutirá inicialmente de forma sucinta as relações do Brasil com o mundo árabe, bem como a mudança de ação política com relação aos países árabes - de política equidistante a política pró-árabe, com exceção dos israelenses. Além disso, será retratado o que de fato era e representava a Arábia Saudita durante a década de 1970, trazendo a inserção internacional de

um país produtor de petróleo no contexto da eclosão de uma crise petrolífera, o qual é conhecido por Primeiro Choque do Petróleo. Por conta dessa crise, a questão energética ganhou enfoque no Governo Geisel, ao ponto de articular ações internas e externas que atenuassem os efeitos da crise petrolífera de 1973. Nesse sentido, o capítulo abordará o grau de importância que o Brasil conferiria a esse recurso energético, principalmente, em razão da postura pragmática que a diplomacia brasileira desempenhou na gestão geiseliana.

2.1. – O HISTÓRICO DAS RELAÇÕES INTERNACIONAIS DO BRASIL COM O ORIENTE MÉDIO

Os contatos mais relevantes do Brasil com o Oriente Médio remontam à fase final do período imperial quando Dom Pedro II realizou duas visitas ao então império otomano. A primeira vez em que esteve, em 1871, apenas nas cidades egípcias de Suez e do Cairo (SOCHACZEWSKI, 2004, p. 28). O imperador retornou à região do Oriente Médio em 1876. A segunda viagem de Pedro II estendeu-se de Beirute, Líbano até as cidades santas (Belém, Jericó, Jerusalém), fazendo questão de visitar locais e personalidades de origem judaica e islâmica (SOCHACZEWSKI, 2004, p. 29).

O contato brasileiro com a região remonta antes mesmo da viagem do Imperador D. Pedro II ao Oriente Médio. Segundo o diplomata saudita Mansour Sales Al-Safi (1993, p. 159), não há provas conclusivas do número de árabes no Brasil. No entanto, sabe-se que a mansão cedida a D. João VI, a Quinta da Boa Vista, pertencia a Antum Elias Lujos, um árabe abastado cujo ofício derivava do tráfico de escravos (AL-SAFI, 1993, p. 160).

Houve, além disso, um fluxo migratório de árabes com o destino para Brasil na virada do século XIX para o século XX (SOCHACZEWSKI, 2004, p. 30). A emigração de árabes ocorreu em virtude de perseguições religiosas, principalmente, em desfavor de judeus na Turquia²⁸, e também em virtude de busca por melhores condições de vida - pois, no Brasil, alguns árabes almejavam trabalhar e enviar recursos para seus familiares no Oriente Médio e o solo brasileiro proporcionavam a esses migrantes uma vida sem rigidez social e mais

²⁸ A Turquia não existia antes do fim da Primeira Guerra Mundial. O território do Estado turco compreendia grande parte do Império Turco-otomano. Para esclarecer a região exata das emigrações de judeus, utilizou-se o termo Turquia.

liberdade política e social do que em seus países de origem (SOCHACZEWSKI, 2004, p. 30-31).

Até 1947, o grande destaque do relacionamento entre o Brasil e Oriente Médio foi constituído pelas ondas migratórias de sírios-libaneses com destino ao Brasil. A postura adotada pela diplomacia brasileira em relação ao Oriente Médio ganhou, entretanto, novos contornos quando o Brasil, perante a AGNU, em 1949, reconheceu o estado de Israel. Desde a segunda metade do século XX, o Brasil relaciona-se de forma diversa e construtiva com países árabes e muçulmanos - como Síria, Egito e Líbano - e países não árabes e muçulmanos - como Turquia e Irã, além de Israel (CASARÕES & VIGEVANI, 2014, p. 153).

A partir de 1948, a historiografia aponta que o relacionamento do Brasil com o Oriente Médio estabeleceu-se de maneira equidistante. Apesar disso, “[a] despeito do processo de descolonização afro-asiática e da ascensão de um bloco terceiro-mundista, do qual o mundo árabe era parte integrante, as relações com o Oriente Médio desenvolveram-se a passos lentos até o fim da década de 1960” (CALDAS *apud* CASARÕES & VIGEVANI, 2014, p. 156). Essa postura equidistante modifica-se a partir do ano de 1973 quando o Brasil começou a se aproximar dos países árabes, principalmente, dos países do Golfo Pérsico, como se exemplificam os Emirados Árabes Unidos, o Catar, a Arábia Saudita e o Sultanato de Omã. A fase pós-1973 é marcada, portanto, por um momento de aprofundamento de laços bilaterais não antes intensificados, na medida em que empenhe o Brasil a ampliar os elos diplomáticos. A década de 1970, na verdade, representou o momento no qual o movimento terceiro-mundista ganhou maior força, na América Latina e nos órgãos internacionais (CASARÕES & VIGEVANI, 2014, p. 157)

A seguir, serão abordados, dessa maneira, tanto a fase equidistante desse relacionamento quanto a fase pró-árabe de modo que consiga se tornar mais compreensível os fatos no momento de modificação da postura adotada pelo Brasil.

2.1.1. – A política de equidistância

O diálogo do Brasil com o Oriente Médio não poderia ser tão próspero e intenso no início do século XX. É importante mencionar que, nesse período, muitos países do Oriente Médio não haviam se tornado independentes, nem mesmo havia uma estrutura organizacional

de um Estado. A partir do término da Segunda Guerra Mundial, ocorrem diversas emancipações na África e na Ásia, logo, isso possibilitou o surgimento de novos países. Em consequência aos processos de descolonização na África e na Ásia, abririam oportunidades de relações diplomáticas e envolvimento regionais no plano multilateral, porém, não a primeiro momento (CASARÕES & VIGEVANI, 2014, p. 154).

Nos primeiros anos de República, o Brasil estabeleceu relações diplomáticas com o Irã, em 1903, e com o Egito, em 1924, além de firmar acordos comerciais de pequeno porte com ambos (CASARÕES & VIGEVANI, 2014, p. 154). Apesar de o Líbano ter estabelecido as relações diplomáticas com o Brasil somente em 1945, conforme expuseram Casarões & Vigevani (2014, p. 154), “o maior vínculo” com o Oriente Médio era a questão da migração de sírios e libaneses, principalmente, os cristãos maronitas. Os motivos que levaram os sírio-libaneses a migração foram: a busca de oportunidades econômicas, bem como a perseguição empreendida pelos governantes otomanos quando havia domínio sobre essa região (HAJJAR *apud* CASARÕES & VIGEVANI, 2014, p. 154).

A não prioridade da agenda brasileira a respeito do Oriente Médio se manteve até o fim da Segunda Guerra Mundial. Nesse momento, o Brasil, governado pelo Presidente Eurico Dutra (1946-1950), buscou diplomaticamente reforçar o vínculo com os EUA, ao ponto de almejar um “relacionamento especial” com os estadunidenses. Dentro do Itamaraty, havia aqueles que acreditavam em uma iminente guerra no cenário internacional onde seria imprescindível o alinhamento com os EUA com o fito de combater o comunismo, e aqueles, assim como o diplomata Oswaldo Aranha, buscavam obter ganhos ao país por meio do reconhecimento da potência estadunidense (SOCHACZEWSKI, 2004, p. 36).

A questão da Partilha da Palestina encontrou-se sob essa condução da política externa brasileira. Em novembro de 1947, Oswaldo Aranha presidiu a sessão extraordinária da AGNU, a qual resultou na aprovação o plano de partilha da Palestina, “viabilizando, do ponto de vista diplomático, a criação de um Estado que atendia à reivindicação judaica e sionista de constituir um Lar Nacional para os judeus na região da Palestina e um estado árabe-palestino” (CASARÕES & VIGEVANI, 2014, p. 154). Ademais, o “Brasil também foi um dos países-chave na aprovação, no ano seguinte, da Resolução 194 da Assembleia Geral, que previa o encaminhamento pacífico do conflito entre árabes e judeus a partir da criação da Comissão de Conciliação para a Palestina” (ROSA *apud* CASARÕES & VIGEVANI, 2014, p. 154).

O ativismo multilateral brasileiro neste instante não tratou de conceder prioridade aos temas voltados para o Oriente Médio e “o Brasil não possuía uma linha pré-concebida de atuação internacional com relação àquela região em geral, ou especificamente à questão palestina” (CASARÕES & VIGEVANI, 2014, p. 154-155). Segundo Casarões & Vigevani (2014, p. 156), a maneira da diplomacia brasileira de posicionar-se sobre os acontecimentos no Oriente Médio esteve vinculada “ao alinhamento com os interesses norte-americanos, com influências marginais das relações do Brasil com a Argentina e com a Santa Sé” (CASARÕES & VIGEVANI, 2014, p. 156).

Em relação aos conflitos árabe-israelenses, o Brasil manteve a política de “equidistância”, de modo que não houvesse a prevalência de interesse israelense, nem de interesse árabe. Conforme apontam Pimentel *apud* Casarões & Vigevani (2014, p. 156), “Uma das pedras miliare da relação árabe-israelense, a Resolução 242 do Conselho de Segurança, aprovada em novembro de 1967, contou com o apoio brasileiro”.

A postura de equidistância “revelava-se posição única e equilibrada, por meio da qual o país poderia contribuir, ainda que de maneira modesta, para o encaminhamento do conflito árabe-israelense-palestino em conformidade com a tradição pacífica nacional” (SANTANA *apud* SANTANA, 2006, p. 158). A orientação da política externa brasileira para assuntos voltados ao Oriente Médio mantinha a ação política de atender os interesses comerciais do país tanto com os israelenses quanto com os árabes (SANTANA *apud* SANTANA, 2006, p. 158). Não havia decisões no Itamaraty que tendiam para algum país, pois havia, na realidade, um posicionamento equilibrado e equitativo para essa região (SANTANA *apud* SANTANA, 2006, p. 158).

Em razão da visita oficial do diplomata Mário Gibson Barboza a Israel e ao Egito, no início de 1973, a diplomacia brasileira encabeçou uma nova afirmação do compromisso com relação ao modo equidistante entre os árabes e os israelenses (LESSA *apud* CASARÕES & VIGEVANI, 2014, p. 157).

2.1.2. – A política brasileira pró-árabe

Ao longo de mais de duas décadas, o relacionamento do Brasil com o Oriente Médio poderia ser caracterizado apenas com eventos pontuais, isto é, sem grandes avanços. Os historiadores Sochaczewski (2004) e Visentini (2004) apontam o ano de 1973 sendo o marco

do fim da política de equidistância, de modo que a aproximação com o Oriente Médio se tornasse um objetivo vital para a economia brasileira (CAMARGO *apud* VISENTINI, 2004, p. 246). Nesse mesmo ano, o chanceler brasileiro Mário Gibson Barboza aceitara o convite de visitar o Oriente Médio. Gibson Barboza visitou o Egito e, em seguida, Israel. Desse modo, no final da gestão de Médici, a motivação econômica de buscar novas áreas de investimentos reuniu-se à crise energética de 1973 como estímulo para maiores contatos com o mundo árabe (BARBOSA *apud* VISENTINI, 2004, p. 245).

Além da visita do Ministro das Relações Exteriores do Brasil, o ano de 1973 é marcado também pelo início do estabelecimento de relações diplomáticas com muitos países do Oriente Médio²⁹. O Brasil se fazia representar em muitos desses países, especialmente, após a abertura da Embaixada em Jedá onde o corpo diplomático brasileiro desempenhava o papel de representação no Catar, no Bahrein, nos Emirados Árabes Unidos e no Sultanato de Omã³⁰. Em 1978, houve a instalação de um Encarregado de Negócios em Abu Dhabi, e o Brasil passou a contar com treze Missões diplomáticas permanentes (Cairo, Beirute, Rabat, Túnis, Trípoli, Damasco, Argel, Bagdá, Jedá, Coveite, Teerã, Abu Dhabi, Tel-Aviv) e mais oito missões em caráter cumulativo (Etiópia, Jordânia, Sudão, Catar, Bahrein, Oman, Chipre e Malta).

A diplomacia brasileira passou a buscar, dessa forma, a aproximação com o Oriente Próximo por meio da criação de embaixadas em países onde não existiam representações diplomáticas ou consulares, como na Líbia, no Iraque e na Arábia Saudita, incumbindo-as de garantir os interesses brasileiros na região. Quando o General Geisel assumiu a presidência, a crise energética havia ganhado uma grande proporção e a questão do fornecimento de petróleo era fundamental para sustentar o projeto de autorização industrial (VISENTINI, 2004, p. 246).

As novas orientações da política externa brasileira não se manifestaram, contudo, próximas a todos os países do Oriente Médio, de modo que estrategicamente fortificasse o relacionamento bilateral com os países do Golfo Pérsico. O Brasil intensificou, dessa maneira,

²⁹ Havia o Brasil estabelecimento relações diplomáticas com países do Oriente Médio, tais como o Egito (1924), o Irã (1903) e o Iraque (1967), quando aconteceu uma mudança no curso da diplomacia referente a essa região em 1973.

³⁰ Relatório do Ministro das Relações Exteriores Silveira para tratar das realizações do Ministério das Relações Exteriores no Governo Geisel (1974-1979) referente ao Oriente Próximo. In: Documentos referentes às diretrizes da política externa brasileira durante a gestão de Azeredo da Silveira como ministro das Relações Exteriores. FGV-CPDOC, Arquivo Antônio Azeredo da Silveira. Informativo. AAS mre ag 1974.01.16.. [1979?].

o relacionamento diplomático - e, inclusive, comercial - com países árabes, o que de fato demonstra o afastamento diplomático do Brasil com o Estado de Israel.

Embora a diplomacia brasileira desempenhasse um papel ativo na questão da palestina após a Segunda Guerra Mundial, o Brasil não possuía no momento da partilha da Palestina uma estratégia definida para o Oriente Médio (CID, 2017, p. 41). Em 1956, com advento de um novo conflito árabe-israelense, o Brasil envia tropas para a região do Sinai e da Faixa de Gaza para atuar nas Forças de Emergência das Nações Unidas (UNEF) em prol dos princípios internacionais da ONU (ROSA *apud* CID, 2017, p. 42). Diante da Guerra do Yom Kippur, o Brasil, ademais, adotou uma posição de neutralidade aos interesses israelenses (CID, 2017, p. 42). Essa postura de neutralidade não demonstrava internacionalmente que o Brasil era próximo aos interesses árabes. A diplomacia brasileira demonstrou leniência nas relações com o Oriente Médio até o momento em que a política externa brasileira precisou alterar o rumo em relação aos países árabes.

A construção de relações prioritárias fez-se necessária, assim, por meio de aproximações políticas, seja pela oportunidade de grandes projetos comuns seja pela intensificação comercial (LESSA *apud* SANTANA, 2006, p. 168). A partir dessas diretrizes diplomáticas do Brasil, foi implementada a visão do Oriente Médio como parceiro estratégico, principalmente após a eclosão do primeiro choque do petróleo (LESSA *apud* SANTANA, 2006, p. 168). O Brasil resolveu alterar o foco diplomático em direção aos países do Golfo e, por isso, ao invés de uma relação tímida ao Oriente Médio, a diplomacia brasileira apresentou-se quase de “divulgação” das posições pró-árabe (VISENTINI, 2004, p. 247).

Com relação ao Irã, pode-se exemplificar que o Brasil se fez um grande esforço de aproximação comercial sobre a base do Protocolo, firmado pelo Ministro da Fazenda, Mário Simonsen, em 1976, que relacionou compras adicionais de petróleo pelo governo brasileiro a aumentos nas importações de bens e serviços do Brasil pela parte iraniana³¹. Ampliou-se, além disso, o comércio e a cooperação com a Líbia e o Coveite, e reforçou-se a presença comercial do Brasil no Golfo, como exemplo a instalação da Missão em Abu Dhabi. Diante da visita ao Brasil, em junho de 1973, do Chanceler saudita Omar Al-Sakkaf, o Brasil instalou,

³¹ Relatório do Ministro das Relações Exteriores Silveira para tratar das realizações do Ministério das Relações Exteriores no Governo Geisel (1974-1979) referente ao Oriente Próximo. In: Documentos referentes às diretrizes da política externa brasileira durante a gestão de Azeredo da Silveira como ministro das Relações Exteriores. [1979?]. FGV-CPDOC, Arquivo Antônio Azeredo da Silveira, AAS mre ag 1974.01.16.

em novembro do decorrente ano, a sua Embaixada em Jedá, bem como reciprocamente a Arábia Saudita instalou a sua Embaixada em Brasília, em julho de 1974.

O governo Geisel pautou-se pela consecução do projeto de desenvolvimento, esboçado nas linhas do II Plano Nacional de Desenvolvimento, lançado em setembro de 1974 (LESSA *apud* SANTANA, 2006, p. 167). O projeto preparou o aprofundamento do processo de industrialização por substituição de importações, com o intuito de tornar o país autossuficiente em insumos básicos e, se possível, na questão energética (SANTANA, 2006, p. 167). Dessa forma, o governo Geisel resolveu revisar a sua agenda de relações bilaterais por meio dessa consecução de estratégia de diversificação dos vínculos externos do país (SANTANA, 2006, p. 167).

A diplomacia brasileira, além de dar atenção à questão energética, certificou-se a participação do país em feiras internacionais no Oriente Médio, de sorte que proporcionasse oportunidades às empresas brasileiras, especialmente aquelas do ramo empreiteiro (SOCHACZEWSKI, 2014, p. 79). Nesse sentido, a diplomacia brasileira tratou de desempenhar a sua função de elaboração e implementação de políticas do comércio exterior, bem como a função de promoção e apoio à realização de negócios³².

O Brasil conseguiu, com isso, exportar serviços do ramo da construção civil, além de proporcionar serviços de construção de rodovias e barragens, como se pode citar a construção da barragem hidrelétrica na Argélia, Sidi-Abdelli, e a construção de estradas na Arábia Saudita e no Iraque, Baghdad - Hissaioba³³.

³² A página do MRE aborda a diplomacia comercial e traz a seguinte explicação da atuação no aspecto do comércio internacional: “A diplomacia comercial pode ser definida como a utilização simultânea de ferramentas diplomáticas de inteligência e de marketing, com vistas à obtenção de ganhos na esfera comercial, nas áreas de estímulo às exportações, de promoção do turismo, de atração de investimentos externos ou de apoio à internacionalização de empresas nacionais. As ações de diplomacia comercial podem ser conduzidas pessoalmente por chefe de Estado e por seus ministros – quando em contato com autoridades estrangeiras ou com representantes do setor privado –, por embaixadores e por demais chefes de missões diplomáticas no exterior, por agentes diplomáticos e por técnicos que atuam nos Setores de Promoção Comercial (SECOMs) de embaixadas e de consulados. O conhecimento de peculiaridades locais revela-se de grande valia nesse contexto, e a presença permanente de embaixadas ou de consulados no mercado receptor proporciona elemento adicional de confiança às operações comerciais. O estabelecimento de múltiplas redes de contatos (“networking”) pelo agente diplomático, por sua vez, tem-se provado uma das ferramentas mais eficazes da diplomacia comercial contemporânea. O termo “diplomacia comercial”, no entanto, representa dois tipos diferentes de atividades. Num sentido mais amplo, compreende as atividades relativas à elaboração e à implementação de políticas de comércio exterior, como negociações comerciais multilaterais e solução de controvérsias. No sentido mais estrito, abrange atividades de promoção e apoio à realização de negócios.” (BRASIL. **Diplomacia comercial**. Disponível em: <<https://www.gov.br/mre/pt-br/assuntos/politica-externa-comercial-e-economica/promocao-comercial>>. Acesso em 12 de julho de 2021)

³³ Informação sobre a atuação do Itamaraty em apoiar à exportação de serviços brasileiros a países em desenvolvimento. In: Informação ao Senhor Presidente da República. CPDOC, Fundação Getúlio Vargas. **Arquivo: Antônio Azeredo da Silveira**. Informativo. AAS mre ag 1974.01.16. [1979?].

O discurso diplomático do Brasil, ademais, para trazer coerência à sua nova orientação, centralizou a questão palestina em relação ao conflito árabe-israelense. O impacto da nova política para o Oriente Médio chegou ao ápice, no dia 10 de novembro de 1975 (SANTANA, 2006, p. 167). Nesse dia, o embaixador Sérgio Correia da Costa, Chefe da Delegação do Brasil nas Nações Unidas, encaminhou o “voto a favor do projeto de resolução da Assembleia Geral que declarava o sionismo uma forma de racismo e de discriminação racial, considerando-o historicamente esgotado” (SANTANA, 2006, p. 168). O voto brasileiro causou grande repercussão internacional, ao ponto de cogitarem a ideia de o Brasil “angariar a simpatia dos Estados árabes de modo a patrocinar a venda de armas de produção nacional àqueles países, versão que foi desmentida pelo presidente Geisel” (BREDA DOS SANTOS *apud* SANTANA, 2006, p. 168).

A posição brasileira surpreendeu a todos, tanto a opinião pública quanto diplomatas e altos oficiais do Exército; contudo, o Brasil havia demonstrado sinais do rompimento da política de equidistância através da intensificação dos laços diplomáticos com países árabes antes mesmo da eclosão da crise energética de 1973. Segundo LESSA *apud* SANTANA (2006, p. 168), o voto brasileiro na ONU, em 1975, representou o símbolo de um processo importante na construção do universalismo brasileiro, de sorte que as relações internacionais não estavam vinculadas ao mundo ocidental, exclusivamente, nem mesmo às orientações de política internacional dos EUA.

O Presidente Geisel almejou, em seu governo, melhorar a inserção internacional do Brasil com o fito de que resultasse bons diálogos e grandes oportunidades. Para isso, a ação da política externa brasileira teve de abrir possibilidades de contatos no plano internacional através da ramificação em seus relacionamentos diplomáticos. Assim, com o desenvolvimento de uma política universalista, o Brasil aproximou-se mais diplomaticamente dos países do Terceiro Mundo.

A Arábia Saudita foi um dos países do mundo árabe para o qual, na década de 1970, o Brasil deu abertura de um diálogo diplomático mais intenso. Antes mesmo da eclosão da crise petrolífera de 1973 assolar mundialmente, houve empenho do governo brasileiro em fortalecer o vínculo diplomático com os sauditas. Para entender como o diálogo entre os brasileiros e os sauditas em meados da década de 1970, será abordado na próxima seção o histórico da Arábia Saudita, além do contexto político do primeiro choque do petróleo.

2.2. – A ARÁBIA SAUDITA E O REI FAISAL

A Arábia Saudita foi fundada pela liderança de Abd al-Aziz Al Saud, mais conhecido por Ibn Saud. Este edificou uma nova entidade política de cunho monárquico cuja sucessão seguiria seus descendentes³⁴ e afastaria a possibilidade de a sucessão recair sobre os seus irmãos e primos. Por isso, até os dias atuais, todos os monarcas da Arábia Saudita foram e - ainda permanece o monarca - descendentes de primeiro grau do líder Ibn Saud³⁵.

A história da Arábia Saudita destaca, além do líder Ibn Saud, outro importante monarca, que governara os sauditas e seu reinado proporcionara significativas mudanças na política, o Rei Faisal³⁶. Após a morte do patriarca Ibn Saud, os seus filhos mais velhos - Saud e Faisal - disputaram ferozmente pelo poder da Arábia Saudita (AL-RASHEED, 2010, p. 102). Além do futuro incerto dado pela disputa interna entre os dois irmãos, ao longo da década de 1950, o estado saudita esteve perto do colapso em várias ocasiões (AL-RASHEED, 2010, p. 102). Várias ideologias externas, como exemplo, o pan-arabismo e o socialismo de Nasser e, mais tarde, o “Baathismo” sírio-iraquiano³⁷ ameaçaram os próprios alicerces do governo saudita (AL-RASHEED, 2010, p. 102). Essa realidade dinamizada no mundo árabe tornou-se o ímpeto para o desenvolvimento da política islâmica de Faisal (1964-1975) (AL-RASHEED, 2010, p. 102).

A importância do Rei Faisal, apesar disso, em meados da década de 1970, é dada pela presença e influência da Arábia Saudita no mundo islâmico. O país do Golfo Pérsico

³⁴ Ibn Saud estabeleceu sua própria linha de descendência através de uma estratégia de poligamia e concubinatos. Por volta de 1953, o rei Ibn Saud tinha 43 filhos e mais de 50 filhas (AL-RASHEED, 2010, p. 72). O monarca Ibn Saud buscou, dessa maneira, permanecer a linha de sucessão somente com os seus filhos. Logo, essa conduta impediu que os seus irmãos e mesmo os seus primos reivindicassem futuramente a sucessão do Reino da Arábia Saudita.

³⁵ Atualmente, a sucessão do Reino da Arábia Saudita encontra-se sob a gestão de Salman bin Abdul Aziz al-Saud. Este sucedeu o meio-irmão Abdullah bin Abdul Aziz al-Saud em 2015. O Rei Salman pretende indicar o nome de seu filho, Mohammed bin Salman, para suceder o governo do Reino da Arábia Saudita. Caso siga essa orientação, pela primeira vez, a sucessão monárquica saudita não será de um herdeiro de primeiro grau do líder Ibn Saud.

³⁶ O monarca Faisal governara a Arábia Saudita no período de 1964 a 1975. Fora este assassinado pelo sobrinho, filho de seu meio-irmão, Faisal bin Musaid, logo após retornar à Arábia Saudita, vindo de uma visita oficial aos EUA. O assassinato aconteceu em 25 de março de 1975.

³⁷ Baathismo é uma mistura ideológica de nacionalismo árabe, pan-arabismo, socialismo árabe e anti-imperialismo. Essa ideologia sustentava a unificação do mundo árabe em um único estado, cujo lema "Unidade, Liberdade, Socialismo" se referia a unidade árabe, e liberdade de controle e interferências não-árabes. O partido foi fundado pela fusão do movimento árabe Baath, liderado por Aflaq e al-Bitar, e o Baath Árabe, liderado por Al-Arsuzi, em 7 de abril de 1947, como o Partido Baath. Ramos do partido rapidamente se estabeleceram em outros países árabes, embora só tiveram o poder no Iraque e na Síria.

possui o berço das peregrinações tradicionais muçulmanas com a cidade de Meca e Medina. O monarca saudita foi responsável por mudanças significativas de cunho moderno na política de seu país.

O Rei Faisal herdou a Arábia Saudita com deficiências na infraestrutura. Nos primeiros cinco anos de governo, Faisal investiu, dessa maneira, em melhorias no país, como a construção de aeroportos, estradas e portos, a ampliação do fornecimento de energia elétrica, telefones e comunicações em geral (AL-RASHEED, 2010, p. 117). Com isso, Robinson (1989, p. 188) expôs diante das memórias de Yamani que:

By the mid-1950s, Faisal had come to understand that Saudi Arabia's fledgling oil economy required a different sort of bureaucrat to help solve the myriad of newly created problems in banking, currency and budgeting. As part of his plan to clean up the nation's rampant administrative disorder, the Crown Prince merged the Ministries of Finance and Economy, created the Office of Petroleum and Minerals (...).

Além disso, os serviços sociais, hospitais e centros médicos se multiplicaram e começaram a atingir uma parcela mais ampla da população saudita (AL-RASHEED, 2010, p. 117). Houve, ademais, no reinado de Faisal, avanços no campo da educação. Antes de seu reinado, apenas indivíduos de famílias ricas tinham condições de se formarem em universidades, visto que os jovens sauditas buscavam a profissionalização no estrangeiro e nem todas as famílias poderiam arcar com as despesas dos filhos. Essa realidade educacional modificou-se durante a sua gestão, pois universidades na Arábia Saudita foram criadas (AL-RASHEED, 2010, p. 117). Faisal permitiu, além disso, que as mulheres estudassem prioritariamente no país, de modo a divergir das concepções conservadoras do islamismo (AL-RASHEED, 2010, p. 116; ROBINSON, 1989, p. 186).

As modernizações no reinado de Faisal foram, entretanto, bastante lentas, uma vez que a Arábia Saudita mantinha ainda uma posição conservadora, seja no plano interno, seja no plano externo³⁸. Apesar dos pequenos avanços internos, a Arábia Saudita contou com uma posição de destaque mundial em decorrência do potencial produtivo do país em petróleo³⁹.

³⁸ Informação do Ministério das Relações Exteriores para o Presidente eleito sobre a Arábia Saudita. Vinda ao Brasil do Ministro Saqqaf. In: Informações para o Presidente eleito da República, General Ernesto Geisel. FGV-CPDOC, Arquivo Paulo Nogueira Batista. Secreto. PNB ad 1973.10.05. 01/03/1974.

³⁹ Informação do Ministério das Relações Exteriores para o Presidente eleito sobre a Arábia Saudita. Vinda ao Brasil do Ministro Saqqaf. In: Informações para o Presidente eleito da República, General Ernesto Geisel. FGV-CPDOC, Arquivo Paulo Nogueira Batista. Secreto. PNB ad 1973.10.05. 01/03/1974.

Assim, os sauditas vivenciaram os anos em que as receitas de petróleo cresceram intensamente, e esse rápido enriquecimento contribuiu para não persistir a lembrança dos problemas internos (econômicos, políticos etc.) na Arábia Saudita.

O protagonismo internacional do rei Faisal foi destacado pela revista norte-americana “Time”, que o escolheu como homem do ano de 1974. A revista abordou ser uma ironia da história: as maiores civilizações estarem dependendo de países “consideravelmente” fracos⁴⁰. As consequências do primeiro choque do petróleo afetaram a estrutura econômica dos países, ao passo que esse evento gerou a maior e a mais rápida transferência de riqueza de toda a história⁴¹. Assim, de acordo com a Time, a Arábia Saudita teve um superávit de US\$ 60 bilhões em 1974 e foi considerada, naquela época, o país-membro da OPEP mais rico.



Figura 2.1 - Capa da revista norte-americana Time Magazine, edição de 6 de janeiro de 1975.

Em virtude da guerra de 1967, a economia saudita acelerou após a alta do preço do petróleo (AL-NAIME, 2016, p. 97). O plano econômico do Rei Faisal foi implementado em 1970 e coincidiu com o superávit das receitas anuais do petróleo, chegando a \$ 1 bilhão (AL-NAIME, 2016, p. 97). Nesse sentido, percebe-se que a realidade próspera da Arábia Saudita

⁴⁰ A edição da Time Magazine, de 06 de janeiro de 1975, traz na capa a figura do Rei Faisal da Arábia Saudita como “The Man of the Year” de 1974. Disponível em: <<https://web.archive.org/web/20021217142527/http://www.time.com/time/personoftheyear/archive/stories/1974.html>>. Acesso em 10 de dezembro de 2020.

⁴¹ Informação do Ministério das Relações Exteriores para o Presidente eleito sobre a Arábia Saudita. Vinda ao Brasil do Ministro Saqqaf. In: Informações para o Presidente eleito da República, General Ernesto Geisel. FGV-CPDOC, Arquivo Paulo Nogueira Batista. Secreto. PNB ad 1973.10.05. 01/03/1974.

pode contribuir para inúmeras construções de hospitais, escolas, estradas, além do programa multibilionário de construção de instalações de extração de petróleo (AL-NAIME, 2016, p. 98). Para retratar esse aumento da exportação de petróleo, o historiador Al-Rasheed (2010, p. 116) traz a seguinte tabela:

Year	Volume of petroleum export billion SA riyals	GDP billion SA riyals
1965	22.2	10.4
1966	26.5	11.4
1967	28.4	13.14
1968	31.5	14.6
1969	44.1	15.9
1970	49.7	17.4
1971	146.5	28.2
1972	78.5	40.5
1973	98.9	99.3
1974	110.6	139.6
1975	92.2	164.5

Source: IMF 1999: 798–9.

Tabela 1 - Volume de petróleo saudita exportado entre 1965 a 1975. Fonte: AL-RASHEED, 2010.

Dessa maneira, em razão da importância do país no quesito petrolífero, a Arábia Saudita destacou-se no cenário internacional. Além de um grande produtor de petróleo, os sauditas foram considerados um elemento fundamental para o diálogo entre o mundo ocidente e o mundo árabe⁴². Para o Secretário estadunidense, Henry Kissinger, o Rei Faisal era considerado um amigo dos EUA⁴³. Todavia, a Arábia Saudita nunca rompeu as suas ligações diplomáticas com os EUA embora estes tivessem algumas divergências, como é a questão da Partilha da Palestina.

2.2.1. – O relacionamento diplomático da Arábia Saudita

⁴² Transcrição da Conferência feita pelo Secretário de Estado dos Estados Unidos da América, Sr. Henry Kissinger. In: Documentos utilizados como subsídios nas conversações entre o ministro das Relações Exteriores do Brasil, Azeredo da Silveira, e o secretário de Estado norte-americano, Henry Kissinger. FGV-CPDOC, Arquivo Antônio Azeredo da Silveira, Informativo. AAS mre be 1974.04.16. 26/03/1975.

⁴³ Transcrição da Conferência feita pelo Secretário de Estado dos Estados Unidos da América, Sr. Henry Kissinger. In: Documentos utilizados como subsídios nas conversações entre o ministro das Relações Exteriores do Brasil, Azeredo da Silveira, e o secretário de Estado norte-americano, Henry Kissinger. FGV-CPDOC, Arquivo Antônio Azeredo da Silveira, Informativo. AAS mre be 1974.04.16. 26/03/1975.

A Arábia Saudita tem sido tratada com maior destaque, ao longo dos anos, por muitos países desenvolvidos, como os EUA, o Reino Unido e a Alemanha, seja por ser considerada um parceiro estratégico, seja por ser considerado uma âncora da estabilidade econômica e regional (RIEGER, 2017, p. 1). Apesar dos desacordos políticos ou conflitos de interesses, as relações políticas e econômicas da Arábia Saudita com o mundo ocidental não foram prejudicadas ao ponto de romper relacionamentos diplomáticos (RIEGER, 2017, p. 1). Aliás, a Arábia Saudita detinha moderação e senso de responsabilidade nas questões internacionais⁴⁴.

A Arábia Saudita, na década de 1970, detinha uma grande presença internacional na OPEP por meio da figura política de Sheik Zaki Yamani, ministro saudita. Yamani fora escolhido por Faisal, em março de 1962, para assumir o cargo de Ministro do Petróleo e dos Recursos Minerais (ROBINSON, 1989, p. 188). O ministro saudita não era visto por ser arrogante e austero; ao contrário disso, ele era bem simpático e diplomático aos olhos de autoridades de países ocidentais (ROBINSON, 1989, p. 202). Ele mantinha, ademais, um ótimo relacionamento com o rei Faisal ao ponto de terem criado uma profunda amizade (ROBINSON, 1989, p. 201).

Yamani foi um político e, também, diplomata saudita com extrema importância para construir e fortalecer os laços diplomáticos da Arábia Saudita com outros países. Ele passou representar a Arábia Saudita na OPEP por vinte e cinco anos, além de sido um porta-voz da OPEP durante os eventos caóticos do primeiro choque do petróleo (GARAVINI, 2020, p.).

Além do trabalho diplomático de Yamani, a Arábia Saudita contou com uma política externa exercida pelo trabalho do Ministério dos Negócios Estrangeiros e, sem dúvidas, também, pelas decisões do monarca. O Rei Faisal possuía um apreço pelos assuntos internacionais⁴⁵. Embora Faisal tivesse morrido em 1975, a Arábia Saudita ainda se manteve politicamente as diretrizes. A sucessão monárquica não alterou radicalmente o plano de ação.

A política externa saudita guardava, outrossim, um bom relacionamento com o Reino Unido e a França. Aliás, o Embaixador do Brasil em Jedá, na década de 1970, Murillo Gurgel Valente, comentava que as Missões Diplomáticas dos EUA, do Reino Unido e da França

⁴⁴ CHALITA, Mansour. “As Mil e Uma Noites da Arábia Saudita”. *Jornal do Brasil*. Caderno B. Artigo de Opinião. n. 209. Data: 03/11/1978.

⁴⁵ CHALITA, Mansour. “As Mil e Uma Noites da Arábia Saudita”. *Jornal do Brasil*. Caderno B. Artigo de Opinião. n. 209. 03/11/1978.

tinham um tratamento mais diferenciado, graças à importância intrínseca do relacionamento desses países com a Arábia Saudita, à tradição e longa experiência das três representações aos recursos materiais⁴⁶.

Apesar de bons relacionamentos com alguns países do Primeiro Mundo, a Arábia Saudita buscou diplomaticamente enviar seu chanceler à época, Ministro Al-Sakkaf, à Malásia, à Indonésia, à Coreia do Sul e à China nacionalista^{47 48}. Por isso, percebe-se que a Arábia Saudita, na década de 1970, aproveitou a oportunidade para também se aproximar diplomaticamente e comercialmente de países do Terceiro Mundo os quais pudessem beneficiar, e o Brasil esteve inserido nesse rol de países.

A diplomacia saudita buscou melhorar, dessa maneira, o envolvimento diplomático ao ponto de aproximar-se de países do Terceiro Mundo, principalmente, os sulamericanos em relação ao principal problema no Oriente Médio: a questão palestina. O embaixador saudita em Caracas à época, xeique Faisal Al-Hegelan, pediu ao embaixador do Brasil em Caracas à época, Wladimir do Amaral Martinho, suporte na reunião da OEA, realizada nos dias 14, 15 e 16 de novembro de 1973 em Caracas, a fim de influenciar os países-membros da OEA a romperem relações diplomáticas com Israel⁴⁹. Aliás, a Arábia Saudita havia conseguido influenciar a posição similar dos membros da Organização da Unidade Africana e Mercado Comum Europeu. Dessa maneira, a Arábia Saudita ampliava sua rede de influência diplomática no plano internacional, principalmente, para adquirir aliados e propagar a política intitulada de “Reciclagem de petrodólares”^{50 51}.

⁴⁶ Dificuldade oposta ao exercício da atividade diplomática na Arábia Saudita. In: Documento da Embaixada do Brasil em Jedá enviado à Secretaria de Estado. CPDOC, Fundação Getúlio Vargas. Arquivo: Antônio Azeredo da Silveira. Confidencial. AAS mre rb 1974.02.06. 1974. 22/01/1974.

⁴⁷ Existiam duas China durante a década de 1970: China socialista e a China nacionalista. Esta era regido por uma economia de mercado e sua capital era Taipé, território de Taiwan.

⁴⁸ AHMRE-B. **Seção da Correspondência Especial**. Secreto. 800(E 14) - Relações comerciais, econômicas e financeiras Arábia Saudita/Universo (00 a 052). 19/06/1972 a 1976. 1974. 06/07/1974.

⁴⁹ Carta do embaixada saudita em Caracas ao chefe do Departamento da Ásia, África e Oceania do Brasil. In: Informação ao Senhor Presidente da República. CPDOC, Fundação Getúlio Vargas. Arquivo: Paulo Nogueira Batista. Informativo. PNB ad 1973.10.05. 1973. 08/11/1973.

⁵⁰ A denominação “reciclagem de petrodólares” foi atribuída a operações em países não exportadores de petróleo que estiveram agraciados por países exportadores de petróleo por meio de assistência financeira, logo após a crise energética de 1973.

⁵¹ Acordos com a Arábia Saudita, Coveite e Iraque. Visita já feita pelo chanceler Sakkaf. In: Informações ao Senhor Presidente da República. CPDOC, Fundação Getúlio Vargas. Arquivo: Antônio Azeredo da Silveira. Secreto. AAS mre d 1974.03.26. 28/05/1974.

2.2.1.1 – O vínculo histórico e diplomático com os EUA

A descoberta de petróleo no território saudita, em 1933, atraiu a atenção dos estadunidenses. Em maio de 1933, a Empresa *Standard Oil Company of California* recebeu a concessão pelo governo saudita de operar na Arábia Saudita por sessenta anos (ALI, 1976, p. 6). No ano seguinte, a operacionalização da Companhia recebeu a junção da empresa *Texas Company*, e, depois, houve a alteração do nome para *Arabian American Oil Company - ARAMCO* (ALI, 1976, p. 6).

Os EUA, com experiências e investimentos no setor petrolífero, buscaram fornecer inicialmente assistência financeira ao governo saudita, pois o país carecia de muita infraestrutura e não tinha condições financeiras (PINHO, 2003, p. 140). Além disso, a aliança firmada com os EUA resultou na permissão da família real saudita de conceder o direito ao governo norte-americano de explorar as reservas de petróleo do país, em troca de garantir a segurança da monarquia árabe, tanto contra inimigos externos, como de insurreições internas (LEMOS & PACHECO, 2017, p. 21).

O relacionamento entre os EUA e a Arábia Saudita se manteve amistoso, e, nos primeiros anos da década de 1970, essa relação estremeceu-se diante do comportamento estadunidense ante ao conflito árabe-israelense (LEMOS & PACHECO, 2017, p. 22). No início da década de 1970, a Arábia Saudita já vinha acumulando riquezas de forma acelerada, graças às suas exportações de petróleo⁵². Esse acúmulo de riqueza fazia com que a Arábia Saudita pudesse alcançar um poderio mundial decisivo, principalmente, em razão do crescimento das reservas petrolíferas⁵³. Assim, os sauditas teriam a possibilidade de assumir o patamar de maior produtor do mundo de petróleo⁵⁴.

O enriquecimento saudita, neste momento, pode significar um alerta para o mundo, pois havia a concepção espalhada nas nações árabes de reconhecer o petróleo como instrumento de poder (LEMOS & PACHECO, 2017, p. 22). Em 1972, o rei Faisal alertou o presidente Nixon de que, caso não mudasse sua política em relação à Palestina, os EUA iriam sofrer retaliações no campo econômico (LEMOS & PACHECO, 2017, p. 22). Por isso,

⁵² “Sauditas, os mais ricos do mundo”. *Jornal do Brasil*. 1º Caderno. N. 301. Data: 17/02/1973.

⁵³ “Sauditas, os mais ricos do mundo”. *Jornal do Brasil*. 1º Caderno. N. 301. Data: 17/02/1973.

⁵⁴ “Sauditas, os mais ricos do mundo”. *Jornal do Brasil*. 1º Caderno. N. 301. Data: 17/02/1973.

segundo Yergin *apud* Lemos & Pacheco (2017, p. 22), “ da posse da ‘arma do petróleo’, embargaram o produto para os países ocidentais em resposta ao apressado reabastecimento de armas, pelos Estados Unidos, a um Israel sitiado” durante o conflito do Yom Kippur.

Diante do cenário caótico da crise petrolífera de 1973, o Presidente Nixon, em 25 de novembro de 1973, quatro semanas após o embargo da OPEP, lançou o Projeto de Independência 1980 (LEMOS & PACHECO, 2017, p. 24). O projeto estadunidense tratava-se de “uma série de planos e metas estabelecidos para assegurar que até o final desta década, os americanos não terão que depender de qualquer fonte de energia além de nossa própria” (NIXON *apud* LEMOS & PACHECO, 2017, p. 24). As medidas mostraram-se, desse modo, necessárias para diminuir a dependência energética dos EUA às importações de petróleo. O governo norte-americano passou a tratar da questão de maneira que “as considerações de segurança e economia estão inevitavelmente ligadas e a energia não pode ser separada de nenhuma das duas” (NIXON *apud* LEMOS & PACHECO, 2017, p. 24).

O Projeto de Independência 1980 não conseguiu trazer grandes efeitos e, conseqüentemente, as medidas contribuíram para a diminuição da oferta no mercado mundial de petróleo e para aumento o volume das importações americana (LEMOS & PACHECO, 2017, p. 24). Com isso, a dependência energética dos EUA intensificou (LEMOS & PACHECO, 2017, p. 24).

Apesar do clima diplomático entre os EUA e a Arábia Saudita ter estremecido, por conta da decisão de embargar petróleo, os EUA buscaram discutir com autoridades árabes - entre elas, o Ministro as Relações Exteriores da Arábia Saudita, Omar Al-Sakkaf - sobre o envolvimento norte-americano na guerra do Yom Kippur⁵⁵. O uso do petróleo como arma política fragilizou, portanto, o poderio estadunidense.

Além disso, os EUA firmaram acordos econômico e militar com a Arábia Saudita em 09 de junho de 1974⁵⁶. Estabeleceram os países signatários uma comissão conjunta de cooperação e a previsão da modernização das Forças Armadas da Arábia Saudita⁵⁷. De fato, os sauditas buscaram firmar acordos para melhorar o poder militar do país, principalmente,

⁵⁵ “Nixon e Árabes vão discutir evolução da guerra”. *Jornal do Brasil*. 1º Caderno. Ano 83, n. 192. 17/10/1973.

⁵⁶ “Acordos Econômicos”. *Correio Brasiliense*. Seção: Internacional. n. 4462. 10/06/1974.

⁵⁷ “Acordos Econômicos”. *Correio Brasiliense*. Seção: Internacional. n. 4462. 10/06/1974.

com relação aos equipamentos militares. Os acordos marcaram, assim, uma nova fase do relacionamento diplomático entre ambos⁵⁸.

2.2.2. – A crise do petróleo de 1973 e suas conseqüências para o mundo

A década de 70 do século XX compreendeu fenômenos que animaram as relações internacionais, entre elas a *détente* e a “tomada de consciência da ‘diversidade de interesses’ no sistema internacional” da Europa, da Ásia e da América Latina (SARAIVA, 2015, p. 231). A distensão nas relações entre os EUA e a URSS teve início com a assinatura do Tratado de Não Proliferação de Armas Nucleares, em 1968, após a rivalidade entre as superpotências chegar perto de provocar uma guerra nuclear (TOSCANO, 2010, p. 18). Nesse mesmo contexto, houve um intenso aprofundamento nas relações econômicas Leste/Oeste, pois surgiram atores internacionais, “até então secundários na ordem internacional da Guerra Fria (...) adotarem posturas afirmativas em defesa de seus próprios interesses” (TOSCANO, 2010, p. 19). Desse modo, refletiu-se a tendência de multilateralização no sentido de ampliação de parceiros, adotada pelo Brasil do General Geisel (VISENTINI, 2004, p. 207)

Brasil, assim como o México, reivindicou a sua “ocupação de posições de destaque no sistema internacional” diante de uma modificação no jogo da bipolaridade - rivalidade exercida entre os EUA e a URSS (SARAIVA, 2015, p. 231-232). Conforme Saraiva (2015, p. 233), “[a] erosão do monolitismo ideológico dos dois blocos atribuiu uma nova conotação às relações internacionais”, além de os EUA e a URSS “apresentarem-se como parceiros”.

Entre 1964 e 1973, a economia mundial vivenciou um crescimento acelerado do período pós-guerra e foi abalada pelos efeitos da inflação decorrentes da Guerra do Vietnã, pelo impacto da brutal elevação dos juros americanos, mas também pelos dois “choques do petróleo” (1973 e 1979) (RICUPERO, 2017, p. 443). O primeiro choque marcou, aliás, a economia internacional com o aumento do preço do barril, assim como provocou a emergência de uma nova ordem no mercado petrolífero com a perda da hegemonia de companhias de petróleo, alcunhada de Sete Irmãs.

A repercussão mundial do primeiro choque petrolífero originou-se após medidas tomadas pelos países exportadores de petróleo - em sua maioria, países árabes - em atingir os

⁵⁸ “Acordos Econômicos”. *Correio Brasiliense*. Seção: Internacional. n. 4462. 10/06/1974.

países industrializados que apoiaram às tropas israelenses na Guerra do Yom Kippur (outubro de 1973). No dia 17 de outubro de 1973, os países-membros da OAPEP (Organização dos Países Árabes Exportadores de Petróleo) reuniram-se para decidirem como suportariam as tropas árabes na aludida guerra. Com a prevalência da opção saudita no corte generalizado da produção para alguns consumidores e na realização de pressão diplomática em desfavor dos EUA e de Israel (GARAVINI, 2019, p. 218).

A Arábia Saudita sempre manteve uma boa relação diplomática com os EUA⁵⁹, e esse relacionamento era um detalhe importante para a política externa brasileira⁶⁰. No entanto, o relacionamento diplomático entre os dois países não foi forte o suficiente para impedir que a Arábia Saudita estivesse envolvida em meio aos embargos e ao aumento do preço do barril de petróleo em 1973. O país do rei Faisal nutria um sentimento de anticomunismo embora buscasse um possível relacionamento diplomático com a URSS em 1973⁶¹. O único assunto delicado da diplomacia era o sionismo. Os sauditas apoiavam de forma obstinada em fóruns multilaterais a causa palestina e buscaram apoio de países para ganharem “aliados” nesta questão.

O presidente estadunidense à época, Richard Nixon, ao invés de se intimidar com a postura dos países produtores de petróleo, resolveu requerer ao Congresso cerca de U\$S 2 bilhões destinados a ajudar Israel (GARAVINI, 2019, p. 218). Essa demonstração de apoio contribuiu para, no dia 20 de outubro, a Arábia Saudita - juntamente com outros países árabes produtores de petróleo - proclamarem o embargo total de óleo cru enviados aos EUA e alguns países, como os Países Baixos (GARAVINI, 2019, p. 218).

Antes mesmo do prenúncio da crise petrolífera de 1973, políticos e banqueiros internacionais reuniram-se, em Saltjobaden, na Suécia, - como não havia certeza de uma ação defensiva dos produtores de petróleo - para planejar “how to manage the about-to-be-created flood of oil dollars, a process U.S. Secretary of State Kissinger later called ‘recycling the petrodollar flows’” (CLARK *apud* METRI, 2017, p. 172). Portanto, a jogada diplomática dos

⁵⁹ Vide Seção 2.2.1.1

⁶⁰ Embora o rumo da política brasileira, no Governo Geisel, fosse projetada para alterar a inserção no cenário internacional, o Presidente Geisel não teria o condão de apoiar a ideologias. Nesse sentido, Visentini (2004, p. 215) explica que a diplomacia do pragmatismo era traduzida pela “desideologização”, de maneira que para ter bons resultados, apostou-se em discrição e no realismo.

⁶¹ Informação sobre Nelson de SouzaAlves. In: Informações do Serviço Nacional de Informações ao Presidente da República. AAN. Confidencial. “Informação n. 08216/73”. 28/11/1973.

estadunidenses era, segundo Metri (2017, p. 172), articulada para atingir os seguintes objetivos: “as receitas da OPEP derivadas da elevação dos preços; oportunidades de ganhos aos bancos dos Estados Unidos e Inglaterra (via euromercados); e a preservação do dólar como a moeda de cotação do petróleo saudita exportado”.

Em 4 de novembro de 1973, os produtores de petróleo, salvo o Iraque, decidiram cortar a produção de 25% e, também, criaram três grupos para classificar os países: aqueles próximos; aqueles neutros; e aqueles embargados (GARAVINI, 2019, p. 219). Estima-se que houve a redução da produção de petróleo em torno de 4 milhões de barris por dia⁶² (GARAVINI, 2019, p. 219). No mesmo instante do embargo, os membros da OPAEP resolveram, em contrapartida, enviar Yamani e Belaid Abdessalam, Ministro argelino, para realizarem visitas de cunho diplomático a países industrializados, pois buscaram transmitir os motivos e os objetivos da decisão do embargo (GARAVINI, 2019, p. 219).

Os produtores chegaram a discutir, em dezembro de 1973, a respeito do preço dos barris. Segundo demonstra Garavini (2019, p. 226), a inflação corroía o valor do óleo cru e o aumento do preço do petróleo ainda beneficiaram as grandes empresas, uma vez que as empresas do ramo petrolífera não foram nacionalizadas. Com o fito de adquirir quase todas as receitas, na quarta Reunião da Conferência da OPEP, o Secretário-Geral à época, Abderrahman Khène, propôs o aumento do preço fixado, e a Arábia Saudita resolveu desacordar a proposta e votou contrário ao aumento do preço (GARAVINI, 2019, p. 226).

No final da reunião, a OPEP decidiu pelo aumento de 2% desse insumo (GARAVINI, 2019, p. 226). A postura moderada dos sauditas a respeito de elevar o preço traduz, segundo Garavini (2019, p. 227), a consciência diplomática do seu relacionamento com os EUA. A Arábia Saudita defendia que o embargo era suficiente para incomodar os países ricos, em especial os EUA e a Grã-Bretanha, em razão do apoio dado a Israel. Contudo, a Arábia Saudita desejava manter um bom relacionamento com os EUA, e a adoção da elevação do preço poderia deteriorar as relações entre os dois países.

A Arábia Saudita, por essa razão, fechou alguns acordos bilaterais em junho de 1974, após encontros entre o Presidente Richard Nixon e o príncipe Fahd (GARAVINI, 2019, p. 234). Os acordos resultaram em assistências técnicas por parte dos EUA a questões ligadas ao

⁶² Garavini (2019, p. 219) traz, em conformidade a Steven Schneider, em novembro de 1973, a redução da produção mundial de petróleo atingiu a margem de 4 milhões de barris por dia. Além disso, acrescenta Garavini (2019, p. 219) que, de acordo com FEA (US Federal Energy Administration), a produção árabe caiu de 20,3 milhões de barris por dia, em Setembro, para 15,8 milhões de barris por dia, em Novembro de 1973.

desenvolvimento agrário, ao processo de dessalinização e à cooperação militar, em troca de investimentos financeiros oriundos da SAMA (the Saudi Arabian Monetary Agency) (GARAVINI, 2019, p. 234).

O diálogo com os EUA foi essencial e importante para suprir as necessidades que a Arábia Saudita carecia. No entanto, a Arábia Saudita expandiu sua atividade diplomática a outros países próximos ao eixo capitalista, como a Coreia do Sul, a Espanha, e o Brasil.

A questão energética, além do mais, foi pauta de conferências mundiais ao longo da década de 1970. Em 1975, a França - próxima diplomaticamente da Arábia Saudita - organizou uma Conferência Energética Mundial com o fito de retomar a ideia de Sheik Ahmed Zaki Yamani: discutir os problemas gerados pela crise energética de 1973⁶³. Percebe-se que a atuação diplomática de Yamani era manter um bom relacionamento com o mundo ocidental e evitar mais estragos à economia e às finanças globais. Essa posição saudita não representava a maioria dos países-membros da OPEP. Ainda, em 1977, a situação do mercado petrolífero mundial se mantinha preocupante. Durante a reunião da OPEP em janeiro de 1977, houve uma cisão dos membros, a qual se deu entre aqueles que defendiam a estabilização por mais um ano dos preços do petróleo e aqueles que desejavam um incremento substancial das cotações do produto⁶⁴.

2.3. – O INTERESSE BRASILEIRO PELA CONSTRUÇÃO DO RELACIONAMENTO DIPLOMÁTICO COM A ARÁBIA SAUDITA

O petróleo, fonte energética cobiçada no século XX, tratou de ser objeto de disputa e hegemonia de empresas transnacionais as quais foram alcunhadas de Sete Irmãs⁶⁵. Contudo, o primeiro choque petrolífero resultou no desmoronamento dessa hegemonia, e, em consequência, emergiu uma crise inesperada pelos países não-exportadores de petróleo. Além

⁶³ Conferência mundial sobre energia. Proposta francesa. In: Informações do Ministério das Relações Exteriores ao Presidente da República. CPDOC, Fundação Getúlio Vargas. Arquivo: Ernesto Geisel. Confidencial. EG pr 1974.03.00/2. 31/10/1974

⁶⁴ Petróleo. Situação do mercado mundial. Política brasileira. In: Informações do Ministério das Relações Exteriores ao Presidente da República. CPDOC, Fundação Getúlio Vargas. Arquivo: Ernesto Geisel. Confidencial. EG pr 1974.03.00/2. 25/01/1977

⁶⁵ Sete Irmãs referem-se a um grupo hegemônico de empresas transnacionais que comandavam o mercado petrolífero mundial. O Primeiro Choque do Petróleo foi o marco para ruir a hegemonia dessas empresas, pois, pela primeira vez, as decisões sobre o mercado mundial de petróleo não saíram de sua tomada de decisões. Houve, portanto,

disso, pela primeira vez, a tomada de decisões no plano internacional não partiu de lideranças do Primeiro Mundo.

Anteriormente, percebeu-se que a decisão dos países árabes produtores de petróleo de reagirem ao descontentamento de países industrializados, que apoiaram os israelenses, ocorrera de modo inesperado. Segundo Toscano (2010, p. 28), nenhuma estratégia havia sido elaborada para lidar com a crise instalada pelo primeiro choque do petróleo, bem como não existiam ideais de consumo responsável e políticas energéticas sistêmicas. Foi preciso pelos países árabes relaxar as medidas drásticas e, ainda, esses países tiveram de elevar a Bélgica à categoria de “nação-amiga” (TOSCANO, 2010, p. 28).

Antes das repercussões no cenário internacional referente à crise do petróleo de 1973, o Brasil já iniciara uma aproximação diplomática com países do Golfo Pérsico, como é o caso da Arábia Saudita. Os interesses políticos do Brasil no Golfo foram de natureza indireta, de modo que traduz a equidistância⁶⁶. No decorrer da gestão geiseliana, nota-se, por meio dos relatórios do MRE⁶⁷, que houve uma formalização e ampliação das relações diplomáticas com países de importância para o setor petrolífero, com primazia para os interesses comerciais e econômicos⁶⁸, em conformidade demonstrado por Voigt (2016, p. 202):

(...) as recém-criadas embaixadas na Arábia Saudita e Iraque (...) deram impulso às relações do Brasil com seus dois maiores provedores de óleo durante o período da administração de Geisel. (...) A partir de 1974, o perfil das representações brasileiras no Oriente Médio e África do Norte parece corresponder melhor às necessidades imediatas do Brasil de petróleo do que a configuração anterior, na qual as representações estavam posicionadas em países com os quais a relação comercial do Brasil era bem menor.

O principal - e não o único - motivo de fazer uma mudança na diplomacia brasileira foi, portanto, a demanda energética brasileira por petróleo. Cerca de 80% do consumo brasileiro desse recurso era suprimido por meio de importações. Até 1975, a Arábia Saudita era o país que mais exportava petróleo ao Brasil, com exceção do ano de 1969 quando o

⁶⁶ Relações diplomáticas com o Coveite. In: Informação para o Senhor Presidente da República. AHMRE-B, Reservado. 15.01.1973

⁶⁷ Realizações do Governo Geisel - Relatório do Ministério das Relações Exteriores (1974-1979) sobre o Oriente Próximo. In: Assunsto gerais. CPDOC, Fundação Getúlio Vargas. Arquivo: Azeredo da Silveira. Informativo. AAS mre ag 1974.01.16. [1979?].

⁶⁸ Relações diplomáticas com o Coveite. In: Informação para o Senhor Presidente da República. AHMRE-B, Reservado. 15.01.1973

Iraque superou as exportações da Arábia Saudita (VOIGT, 2016, p. 299-303). Após 1975, houve uma alternância entre Arábia Saudita e Iraque diante da questão de maior exportador de petróleo para o Brasil. Para retratar graficamente as importações desse recurso energético, encontra-se a seguinte tabela:

Indicadores Gerais de Importação de Petróleo do Brasil
Governo Geisel

PAÍSES	1974		1975		1976		1977		1978		1979	
	Quantidade	%	Quantidade	%	Quantidade	%	Quantidade	%	Quantidade	%	Quantidade	%
ARÁBIA SAUDITA	105.433	41,60	83.255	31,70	79.506	26,40	96.514	32,40	102.577	31,20	107.685	29,40
IRAQUE	55.723	22,00	71.492	27,30	92.708	30,80	84.519	28,40	97.608	29,70	148.670	40,60
IRÃ	3.975	1,60	14.492	5,50	27.978	9,30	30.280	10,20	45.741	13,90	42.168	11,50
KUWAIT	11.762	4,60	34.538	13,20	34.765	11,60	35.752	11,00	30.972	9,40	9.165	2,50
ZONA NEUTRA	15.977	6,30	6.774	2,60	17.832	5,90	13.052	4,40	12.549	3,80	15.794	4,30
EAU	2.441	1,00	554	2,50	7.561	2,50	6.825	2,30	6.334	1,90	7.812	2,20
ABU-DHABI	0	0,00	0	0,00		0,00	0	0,00	0	0,00	0	0,00
DUBAI	0	0,00	0	0,00	0	0,00	0	0,00	0	0,00	0	0,00
CATAR	0	0,00	0	0,00	0	0,00	0	0,00	0	0,00	5.825	1,60
BAHRAIN	0	0,00	0	0,00	0	0,00	0	0,00	0	0,00	0	0,00
OMAN	0	0,00	0	0,00	0	0,00	0	0,00	0	0,00	0	0,00
ORIENTE MÉDIO	195311	77,10	211105	82,80	260350	86,50	266942	88,70	295781	89,90	337119	92,10
ARGÉLIA	7.768	3,10	5.988	2,30	4.529	1,50	0	0,00	3.592	1,10	1.050	0,30
LÍBIA	24.682	9,80	18.505	7,00	11.630	3,90	10.202	3,40	6.202	1,90	1.573	0,40
EGITO	0	0,00	0	0,00	0	0,00	0	0,00	0	0,00	0	0,00
NIGÉRIA	0	0,00	0	0,00	5.969	2,00	6.290	2,10	4.824	1,50	1.239	0,40
ANGOLA	0	0,00	0	0,00	0	0,00	0	0,00	0	0,00	0	0,00

Tabela 2 - Indicadores de Importação de Petróleo do Brasil durante o Governo Geisel. Fonte: VOIGHT, 2010

Em dezembro de 1973, em meio às posturas agressivas da OPEP, o Chefe do Departamento Econômico do MRE, o diplomata Paulo Nogueira Batista, realizou uma Missão Especial a Bagdá e a Jeddá. Além de explorar as possibilidades de melhores diálogos com relação ao quesito petrolífero, Nogueira Batista recolheu a impressão de que a Arábia Saudita estaria disposta a usar o petróleo para obter vantagens políticas (modificação da posição norte-americana em relação a Israel), mas também vantagem econômica (cooperação para o desenvolvimento diversificado de sua economia)⁶⁹. Inclusive, por meio de seu representante, Sheik Yamani, a Arábia Saudita impulsionou o embargo desse insumo energético na OPEP para atingir os países que estenderam apoio militar aos israelenses, como os EUA.

⁶⁹ Missão Especial do Chefe do Departamento Econômico ao Oriente Médio. Situação do petróleo mundial. In: Atividade diplomática de Paulo Nogueira Batista. CPDOC, Fundação Getúlio Vargas. Arquivo: Paulo Nogueira Batista. Secreto-Urgente. PNB ad 1973.10.05. 05/10/1973.

O diplomata Nogueira Batista menciona, além do mais, que o chanceler saudita, Al Sakkaf, comentou que o crescimento saudita de petróleo estaria condicionado estritamente ao atendimento das reivindicações⁷⁰. No documento enviado ao MRE, consta a informação de que o ministro saudita não se referiu à redução da produção, mas não excluiu, numa situação de crise política ou militar, boicote aos EUA ou a países que ajudem Israel⁷¹.

Percebe-se que o diálogo entre Brasil e Arábia Saudita sinalizava os primeiros passos de uma relação bilateral que ainda se fortificaria no Governo Geisel. Aliás, o Brasil conseguiu, nesse instante, no final de 1973 e meados de 1974, ter autonomia diplomática para ser considerado um país amigável dos sauditas e, então, não ser prejudicado pelos posicionamentos dos produtores de petróleo, visto que o Brasil não foi atingido pelo boicote de exportação de petróleo. O trabalho diplomático do Governo Geisel de segurar o envolvimento amistoso com a Arábia Saudita - e também com outros países do Oriente Médio - reiterou, dessa forma, o que já havia sendo feito no fim do Governo Médici.

Após ter viajado para Arábia Saudita, Nogueira Batista demonstrou que o Brasil estava incluído na lista de países-amigos para fins de embarques de petróleo, como também havia a presença da França, Inglaterra, Espanha e Argentina nessa lista⁷². Com isso, os sauditas garantiriam o fornecimento igual aos que se efetuaram nos meses de janeiro a setembro de 1973.

O grande empecilho sofrido pelo Brasil com relação à crise internacional em 73 foi, portanto, a elevação dos preços dos barris de petróleo, todavia, a Arábia Saudita já não a grande percursora dessa postura. Na Apreciação Sumária n. 04/1974, do SNI⁷³, compartilharam que:

⁷⁰ Missão Especial do Chefe do Departamento Econômico ao Oriente Médio. Situação do petróleo mundial. In: Atividade diplomática de Paulo Nogueira Batista. CPDOC, Fundação Getúlio Vargas. Arquivo: Paulo Nogueira Batista. Secreto-Urgente. PNB ad 1973.10.05. 05/10/1973.

⁷¹ Missão Especial do Chefe do Departamento Econômico ao Oriente Médio. Situação do petróleo mundial. In: Atividade diplomática de Paulo Nogueira Batista. CPDOC, Fundação Getúlio Vargas. Arquivo: Paulo Nogueira Batista. Secreto-Urgente. PNB ad 1973.10.05. 05/10/1973.

⁷² Relatório da Missão Especial, chefiada por Paulo Nogueira Batista. In: Informação submetida pelo Ministro de Estado das Relações Exteriores ao Presidente da República. CPDOC, Fundação Getúlio Vargas. Arquivo: Paulo Nogueira Batista. Secreto. PNB ad 1973.10.05. 20/12/1973.

⁷³ Comentários sobre o governo brasileiro. In: Apreciação Sumária n. 04/74, do SNI. CPDOC, Fundação Getúlio Vargas. Arquivo: Ernesto Geisel. Confidencial. EG pr 1974.03.00/1. 05/06/1974.

Marcado pelos impactos do aumento do preço do petróleo e da mudança de governo, revela um quadro de expectativas e tensões profundas com profunda repercussão na área econômica.

(...) as classes produtoras que, de modo geral, no período considerado, continuaram demonstrando confiança no pragmatismo e racionalidade da política governamental e que se haviam conformado em absorver certa dose de sacrifício, convencidas da transitoriedade da situação, já no mês de julho começam a avolumar insatisfações e aflições, como se terminado estivesse um prazo fixado para reversão das expectativas e esgotada a capacidade de espera.

(...) Os aspectos que vêm sendo apontados com insistência para a caracterização de um prenúncio de recesso econômico são:

- a) Destaque dado a indicadores negativos do comportamento da economia brasileira, inclusive por parte da imprensa do exterior, tais como déficit na balança comercial, aumento da dívida externa, pressão inflacionária, crises setoriais como a das empresas construtoras;
- b) Indecisões administrativas denunciadas nas ordens e contra-ordens verificadas no tabelamento de preços;
- c) Principalmente, críticas acerbas à retração do crédito bancário, a ameaçar de paralização o processo produtivo.

Além de aspectos econômicos, Nogueira Batista apontou um importante detalhe que carece de mencionar com relação ao relacionamento diplomático entre Brasil e Arábia Saudita. Nogueira Batista encontrou com o chanceler Al-Sakkaf, bem como o Ministro interino do Petróleo à época, Hizam Nazer (que era também Ministro do Planejamento à época), e este evidenciou que existiam correntes no Governo saudita que alimentavam opiniões diversas sobre o Brasil⁷⁴. Al-Sakkaf detinha conceitos distintos de Nazer, inclusive, o chanceler saudita manteve um bom relacionamento com o diplomata brasileiro Nogueira e ainda realizou duas viagens oficiais ao Brasil antes de falecer.

O que incomodava Nazer e outros sauditas, afinal, era a posição brasileira perante as reuniões da AGNU, pois Nazer mencionou que os votos brasileiros não eram “dos melhores”⁷⁵. Por isso, ao assumir a Presidência do Brasil, o General Geisel concedeu em melhorar o diálogo com a Arábia Saudita, sua principal fornecedora. Para isso, empenhou-se para reaver questões em sua diplomacia a fim de assentir com posições de cunho pró-árabe.

No dia 30 de abril de 1974, Silveira apontou o acordo bilateral firmado entre Espanha e Arábia Saudita como um modelo a ser seguido. Nesse acordo, os sauditas se comprometeram a conceder prioridade à Espanha sobre o fornecimento de petróleo bruto. Também estabeleceu a base para ampla cooperação financeira, industrial e agrícola entre as

⁷⁴ Missão Especial do Chefe do Departamento Econômico ao Oriente Médio. Situação do petróleo mundial. In: Atividade diplomática de Paulo Nogueira Batista. CPDOC, Fundação Getúlio Vargas. Arquivo: Paulo Nogueira Batista. Secreto. PNB ad 1973.10.05. 05/10/1973

⁷⁵ Missão Especial do Chefe do Departamento Econômico ao Oriente Médio. Situação do petróleo mundial. In: Atividade diplomática de Paulo Nogueira Batista. CPDOC, Fundação Getúlio Vargas. Arquivo: Paulo Nogueira Batista. Secreto. PNB ad 1973.10.05. 05/10/1973

nações. Uma comissão mista foi constituída para apoiar acordos econômicos semelhantes. Embora sem nenhuma experiência anterior, o Brasil se inspirou no arcabouço saudita-espanhol para consolidar suas relações econômicas com a Arábia Saudita. (SOCHACZEWSKI, 2014, p. 80)

Durante a segunda visita do Chanceler saudita, Omar Al-Sakkaf, ao Brasil, em 04 de setembro de 1974, o Ministro Azeredo da Silveira discursou no banquete fornecida às autoridades sauditas, e expôs que “desde o primeiro momento, [Arábia Saudita] nos incluiu na restrita lista de países-amigos, para os quais o abastecimento de petróleo foi integralmente mantido nos níveis integrais, a respeito dos cortes substanciais”⁷⁶. Porquanto, à vista da importância decisiva como detentores de parcelas crescentes do óleo cru, o Brasil buscou aproximar-se, política e comercialmente, dos países islâmicos e exportadores de petróleo a fim de garantir o futuro do abastecimento nacional desse recurso energético.

O envolvimento diplomático do Brasil partiu, outrossim, para uma perspectiva bilateral, de sorte que o intuito fosse ampliar o número de relações bilaterais dentro do Oriente Médio. Esse projeto de política externa está bem comedido e delineado por meio de Informações de Azeredo da Silveira ao Presidente Geisel.

Entre os países de maior relevância nesse contexto, destaca-se a Arábia Saudita, sendo o maior exportador mundial da década de 1970, em cujo subsolo estimavam encontrar naquele momento pelo menos 150 bilhões de petróleo ⁷⁷.

A visita de Al-Sakkaf abriu novas perspectivas de um relacionamento mais íntimo. Para consolidar então esta aproximação, foi tomada a decisão de abrir em Jedá uma Embaixada do Brasil, cuja chefia fora do Embaixador Murillo Gurgel Valente. Segundo documentos encontrados no Acervo do CPDOC, a partida de Gurgel foi providenciada com grande urgência em vista do fato de que, no mês de setembro de 1973, a Arábia Saudita colocaria à venda para 1974 e 1975 substanciais quantidades de óleo cru, que provem da

⁷⁶ Discurso de Azeredo da Silveira na segunda visita do chanceler saudita Omar Al-Sakkaf. In: Assuntos Gerais. CPDOC, Fundação Getúlio Vargas. Arquivo: Antônio Azeredo da Silveira. Informativo. AAS mre ag 1974.03.15. [1974?].

⁷⁷ Informar da importância dos países exportadores de petróleo. In: Informações para o Presidente da República. CPDOC, Fundação Getúlio Vargas. Arquivo: Rubens Barbosa. Informativo. Rba sec 1968.09.30. 22/08/1973.

propriedade em virtude do acordo de participação firmado em dezembro de 1972 em Nova York com as companhias internacionais que exploram petróleo em seu território⁷⁸.

A empresa Petrobras seria, portanto, candidata a adquirir parcela tão importante quanto possível desse petróleo saudita. Imediatamente, o Brasil resolveu adiantar seus passos e enviou à capital da Arábia Saudita, Riade, uma missão especial diplomática a fim de potencializar o processo de aproximação com a Arábia Saudita⁷⁹.

A aproximação brasileira teve o condão a questão energética, porém, diante da oportunidade de exportar produtos e serviços brasileiros a um país com infraestrutura baixa, o Brasil resolveu investir no comércio exterior com a Arábia Saudita. Para isso, será destinado o capítulo terceiro para abordar o que além do petróleo a relação bilateral representou.

⁷⁸ Informar da importância dos países exportadores de petróleo. In: Informações para o Presidente da República. CPDOC, Fundação Getúlio Vargas. Arquivo: Rubens Barbosa. Informativo. Rba sec 1968.09.30. 22/08/1973.

⁷⁹ Informar da importância dos países exportadores de petróleo. In: Informações para o Presidente da República. CPDOC, Fundação Getúlio Vargas. Arquivo: Rubens Barbosa. Informativo. Rba sec 1968.09.30. 22/08/1973.

CAPÍTULO III

ARÁBIA SAUDITA, UM PARCEIRO ÁRABE NO GOVERNO GEISEL (1974-1979)

A relação diplomática entre Brasil e Arábia Saudita iniciou-se antes mesmo dos impactos causados pelo Primeiro Choque do Petróleo, em 1973. Ainda sob a gestão de Médici, o Brasil empenhou de aproximar-se diplomaticamente da Arábia Saudita, de modo que a diplomacia de Médici deu lugar ao bilateralismo, e, então, deixou de proporcionar um enfoque à atuação multilateral. O General Geisel assumiu a presidência do Brasil diante de quatro contextos: o arrefecimento do Milagre Econômico; a pressão interna e externa pela redemocratização do país; a crise da hegemonia estadunidense; e as consequências da crise petrolífera de 1973.

Ao final do mandato de Médici, em 1973, o Brasil engajou-se na aproximação diplomática com a Arábia Saudita quando recebeu o chanceler saudita Omar Al-Sakkaf. Em junho de 1973, este resolveu visitar oficialmente o Brasil e, a partir de então, criou-se um diálogo frutífero entre os dois países, o qual culminaria em possibilidade de cooperação na área do petróleo, em virtude da situação mundial dos impactos da crise petrolífera de 1973. A primeira visita de Al-Sakkaf pode fortalecer, ademais, a abertura das respectivas embaixadas nos dois países.

No capítulo anterior, destacaram-se os pontos importantes do relacionamento diplomático do Brasil com a Arábia Saudita, principalmente, com relação ao petróleo. A Arábia Saudita, o maior produtor mundial de petróleo naquela época, participou ativamente durante as reuniões da OPEP em 1973, e dessas reuniões resultaram o embargo petrolífero e o aumento do preço do barril. O ministro do Petróleo e dos Recursos Minerais da Arábia Saudita, Zaki Yamani, presidindo a OPEP por vinte e cinco anos, foi um grande protagonista da crise petrolífera de 1973. Por meio da ideia de embargo, Yamani conseguiu apoio dos países-membros. Contudo, o ministro saudita fora contrário à elevação do preço do barril. Yamani, além disso, esteve presente em encontros diplomáticos para tratar de questões voltadas ao recurso energético. Apesar de Yamani representar a Arábia Saudita na OPEP, o país contou com a liderança do Rei Faisal nos assuntos internacionais, pois o monarca se interessava pela política internacional e, por se tratar de um país de regime autoritário, todos os assuntos de Estado e de governo deveriam condizer com as vontades do seu líder.

Diante do contexto da crise petrolífera de 1973, o Brasil impulsionou esforços diplomáticos para fortalecer sua relação bilateral com a Arábia Saudita e conseguir amenizar as consequências que a crise irradiou. Nesse sentido, procurou-se acelerar o processo de envolvimento diplomático ao ponto de ambos assinarem acordos e solidificarem missões seja de cunho diplomático, seja de cunho empresarial.

O terceiro capítulo tem, portanto, o objetivo de retratar a relação bilateral entre Brasil e Arábia Saudita além do setor petrolífero, uma vez que esse relacionamento foi construído também para angariar mercado aos empresários brasileiros. Assim, encontra-se neste capítulo o detalhamento do relacionamento entre brasileiros e sauditas em diversos ramos, como a construção civil, o setor madeireiro, os produtos manufaturados, os produtos hospitalares. Esse relacionamento fortaleceu, portanto, os vínculos empresariais e contribuiu para a assinatura de acordos de cooperação técnico-econômica, e de cooperação técnico-militar.

3.1. – A BUSCA POR FINANCIAMENTOS ESTRANGEIROS

A Arábia Saudita teve um grande protagonismo na OPEP, diante da ideia de embargar o fornecimento de petróleo para alguns países, com o fito de atingir a economia, o consumo por essa fonte de energia. Considera-se essa postura uma arma política diante da ajuda militar de países industrializados, o que inclui os EUA e os Países Baixos, na Guerra do Yom Kippur. O Brasil, nesse momento, não fora enquadrado na lista de países que sofreriam o embargo, porém, a crise não se manteve apenas na prática de embargo. Impulsionado pela postura iraniana, o preço do barril de petróleo sofreu reajuste ao ponto de quadruplicar seu valor (GARAVINI, 2019, p. 221).

As decisões tomadas na OPEP em 1973 fizeram a diplomacia brasileira atuar através do envio de seus representantes ao Oriente Médio. Por meio do trabalho diplomático de Paulo Nogueira Batista como Chefe do Departamento Econômico do MRE, o Brasil conseguiu dialogar com os árabes e manter um relacionamento amistoso ao ponto de deixar de colher bons frutos com o maior produtor mundial de petróleo.

O Brasil, antes mesmo do primeiro choque do petróleo, havia iniciado o diálogo com a Arábia Saudita em junho de 1973 por meio da visita oficial do Chanceler saudita Omar Al-Sakkaf. Nessa ocasião, o país não era governado pelo General Geisel, nem havia como

chanceler Silveira, todavia, a visita de Al-Sakkaf aconteceu e contou com a presença de Geisel e Silveira.

3.1.1. – A primeira visita de Al-Sakkaf ao Brasil

A Arábia Saudita, em 1973, já acumulava riquezas em um ritmo bastante acelerado, por conta das suas exportações de petróleo. A Revista *Forbes* notava que os sauditas haviam adquirido 138 bilhões de barris de reservas de petróleo, o que representava o dobro das reservas de qualquer outro país produtor do insumo⁸⁰. De fato, a Arábia Saudita enriqueceu-se ao ponto de o país alcançar um poderio mundial no campo petrolífero. Um dos grandes nomes da diplomacia da OPEP era o ministro saudita Ahmed Zaki Yamani, sendo o principal negociador árabe junto às empresas multinacionais⁸¹. Aliás, Yamani esteve empenhado de dialogar com o mundo ocidental depois do embargo petrolífero realizado pelos membros da OPEP em 1973.

Antes das posturas impositivas da OPEP, as quais provocaram uma pujante crise financeira e econômica na década de 1970, o crescimento financeiro da Arábia Saudita já podia ser previsto pelo mundo ocidental, bem como a deficiência administrativa do país de gerenciar as reservas ganhas, de maneira que os sauditas teriam muito dinheiro, porém, não saberiam o que fazer com ele⁸². Em razão disso, a Arábia Saudita garantia sua força decisiva de poder controlar empresas e indústrias, de provocar um caos monetário, transferindo quantias enormes ou mesmo de fazer pressões econômico-políticas contra os EUA e outras nações, que estivessem apoiando Israel.

O Brasil, em meio ao contexto da crise energética no início da década de 1970, desempenhava uma diplomacia distante em relação ao Oriente Médio e, logo, não arbitrária em casos de conflitos árabe-israelenses. Desse modo, a política externa estava voltada para o tratamento diplomático equidistante. A partir de 1973, a diplomacia brasileira ganhou uma orientação em relação ao relacionamento conferido ao Oriente Médio, e o país inicia,

⁸⁰ “Sauditas, os mais ricos do mundo”. *Jornal do Brasil*. 1º Caderno. Seção: Internacional. Ano 83, n. 301. 17/02/1973.

⁸¹ “Crise do Petróleo pode levar ao racionamento”. *Jornal do Brasil*. 1º Caderno. Seção: Economia. Ano 83, n. 309. 25/02/1973.

⁸² “Sauditas, os mais ricos do mundo”. *Jornal do Brasil*. 1º Caderno. Seção: Internacional. Ano 83, n. 301. 17/02/1973.

portanto, os primeiros passos de uma política pró-árabe. Isso porque esse ano é o marco inicial da criação das embaixadas e das representações diplomáticas reciprocamente, bem como o estabelecimento de vínculos diplomáticos mais fortes, principalmente, com os países do Golfo Pérsico.

A Arábia Saudita, sendo o principal exportador de petróleo para o Brasil, recebeu o convite especial por parte do MRE com o objetivo de incrementar as suas relações diplomáticas do Brasil. Em 26 de maio de 1973, o chanceler saudita Omar Al-Sakkaf desembarcou no Brasil juntamente com sua comitiva composta pelo Embaixador da Arábia Saudita na Venezuela, Xeique Faisal al Hegelan, além de três diplomatas especializados em assuntos políticos e econômicos da América Latina, e do Ministro Plenipotenciário, Xeque Khaled al Nasser al Torqi e outros assistentes do Ministério dos Negócios Estrangeiros da Arábia Saudita⁸³. A comitiva saudita esteve presente nos dois primeiros dias na cidade do Rio de Janeiro e, então, no dia 28 de maio de 1973, os sauditas embarcaram rumo à Brasília onde eles seriam recebidos pelo Presidente do Brasil, à época, Emílio Garrastzu Médici, e o chanceler brasileiro, Mário Gibson Barboza.

Sabe-se que a viagem de Sakkaf ao Brasil em 1973 representou um dos programas de convidados especiais do Itamaraty a fim de incrementar as relações diplomáticas e político-econômicas entre o Brasil e os países do Oriente Médio⁸⁴. A questão energética era um assunto discutido e inserido na pauta do governo brasileiro. Antes da primeira visita de Sakkaf e da eclosão dos efeitos da crise petrolífera de 1973, o presidente Médici havia encaminhado ao Congresso Nacional o projeto de lei que destinaria recursos para formação de estoques de combustível até o ano de 1980⁸⁵. Nesse momento, surgiu, conforme expôs Clyde H. Farnsworth, pelo ‘The New York Times’, uma nova força no cenário monetário, a qual seria a do dinheiro do petróleo árabe⁸⁶.

⁸³ “Ministro da Arábia Saudita chega ao Rio para tratar de investimentos no Brasil”. *Jornal do Brasil*. 1º Caderno. Seção: Política e Governo. Ano 83, n. 48. 26/05/1973.

⁸⁴ “Ministro da Arábia Saudita chega ao Rio para tratar de investimentos no Brasil”. *Jornal do Brasil*. 1º Caderno. Seção: Política e Governo. Ano 83, n. 48. 26/05/1973.

⁸⁵ “Brasil fará reservas de combustível até 1980”. *Jornal do Brasil*. Seção: Crise de Energia. 17/03/1973.

⁸⁶ “A força do ouro negro no mercado monetário”. *Jornal do Brasil*. Seção: Crise de Energia. 17/03/1973.

A visita oficial de Al-Sakkaf abriu novas perspectivas de um relacionamento mais íntimo⁸⁷. Dessa maneira, ao invés de tratar especificamente sobre a questão do petróleo, essa primeira visita de Sakkaf ao Brasil teve o objetivo de discutir com as autoridades brasileiras a possibilidade de investimentos sauditas no Brasil. Isso porque o Brasil almejava angariar investimentos externos para suprir as necessidades desenvolvimentistas desempenhadas pelo governo Médici.

3.1.1.1 – O relacionamento entre Al-Sakkaf e Paulo Nogueira Batista

A relação bilateral entre Brasil e Arábia Saudita foi fortalecida pelo desempenho diplomático de ambos. Do lado saudita, a figura política do Chanceler Al-Sakkaf foi primordial para o contato diplomático e comercial do Brasil ter sido mais aceito pelos sauditas, visto que nem todas as autoridades sauditas nutriam a mesma opinião favorável de Al-Sakkaf com relação ao Brasil⁸⁸. Do lado brasileiro, fortalecer o laço diplomático com a Arábia Saudita poderia ser vantajoso, por conta do fornecimento de petróleo, e da possibilidade de receber financiamentos e/ou empréstimos do fundo saudita.

Em razão de insatisfações políticas dos árabes diante da hegemonia estadunidense e europeia em meados da década de 1960 e na década de 1970, a Arábia Saudita e outros países produtores de petróleo uniram-se em busca de mais autonomia e de participação mais expressiva nas empresas petrolíferas instaladas em seus territórios. Antes das consequências da crise petrolífera de 1973, já era previsível que os consumidores de petróleo e derivados pudessem a vir a ser diretamente afetados seja pelo início da discussão de racionamento petrolífero seja pela elevação do preço do barril⁸⁹. Havia dentro do mundo árabe uma forte ideia de utilizar o fornecimento de petróleo como uma arma política, pois a insatisfação diante do não posicionamento pró-árabe em conflitos israelo-palestino foi crucial para impactar o mundo.

⁸⁷ Informar a importância dos países exportadores de petróleo. In: Informações sobre o Senhor Presidente da República. CPDOC, Fundação Getúlio Vargas. Arquivo Rubens Barbosa. Informativo. Rba sec 1968.09.30. 22/08/1973

⁸⁸ Missão Especial do Chefe do Departamento Econômico ao Oriente Médio. Situação do petróleo mundial. In: Atividade diplomática de Paulo Nogueira Batista. CPDOC, Fundação Getúlio Vargas. Arquivo: Paulo Nogueira Batista. Secreto. PNB ad 1973.10.05. 05/10/1973

⁸⁹ “Crise do Petróleo pode levar ao racionamento”. *Jornal do Brasil*. 1º Caderno. Edição 00309. Data: 25/02/1973. Seção Economia.

A enorme dependência energética em que se encontrava o Brasil de suprimentos de petróleo do Oriente Médio tornou-se um assunto extremamente urgente quando os efeitos da crise eclodiram⁹⁰. O Brasil buscou, portanto, obter informações precisas sobre o tratamento concedido pelos países árabes neste momento⁹¹. Por isso, foi enviada, no dia 26 de novembro de 1973, para o Oriente Médio, uma Missão Especial brasileira sob a direção do diplomata Paulo Nogueira Batista, Chefe do Departamento Econômico do MRE, e integrada por altos funcionários da Petrobras, entre os quais o Diretor-financeiro e comercial, Sr. Shigeaki Ueki⁹². A Missão Especial visitou a Líbia, o Iraque, o Irã, o Coveite e a Arábia Saudita. Na Arábia Saudita, a comitiva brasileira foi recepcionada pelo Rei Faisal, pelo Ministro Al-Sakkaf, e por outros Ministros de Estado⁹³.

O encontro de Paulo Nogueira Batista e Al-Sakkaf na Arábia Saudita em 1973 favoreceu para o fortalecimento do diálogo diplomático nos anos seguintes. Em uma carta dirigida a Al-Sakkaf, Nogueira Batista menciona a importância do encontro da comitiva brasileira com as autoridades sauditas em 1973 para ambos os países, além de ter sido o início da aproximação amigável de duas autoridades⁹⁴. Nogueira Batista, em 1974, esteve à disposição do Ministro Al-Sakkaf em sua segunda visita oficial ao Brasil, bem como esteve presente na Missão Ministerial com destino à Arábia Saudita e ao Coveite, em 1974, para tratar de possibilidade de uma cooperação financeira e tratar da questão energética⁹⁵.

Al-Sakkaf, conforme expôs Paulo Nogueira Batista ao Chanceler Mário Gibson Barboza, mostrou-se favoravelmente interessado em manter um bom relacionamento

⁹⁰ Informação submetida ao Presidente sobre o Oriente Médio. In: Informação submetida pelo Senhor Ministro de Estado das Relações Exteriores ao Senhor Presidente da República, no dia 20 de dezembro de 1973. FGV-CPDOC, Arquivo Paulo Nogueira Batista, PNB ad 1973.10.05. [1979?]

⁹¹ Informação submetida ao Presidente sobre o Oriente Médio. In: Informação submetida pelo Senhor Ministro de Estado das Relações Exteriores ao Senhor Presidente da República, no dia 20 de dezembro de 1973. FGV-CPDOC, Arquivo Paulo Nogueira Batista, PNB ad 1973.10.05. [1979?]

⁹² Informação submetida ao Presidente sobre o Oriente Médio. In: Informação submetida pelo Senhor Ministro de Estado das Relações Exteriores ao Senhor Presidente da República, no dia 20 de dezembro de 1973. FGV-CPDOC, Arquivo Paulo Nogueira Batista, PNB ad 1973.10.05. [1974?]

⁹³ Informação submetida ao Presidente sobre o Oriente Médio. In: Informação submetida pelo Senhor Ministro de Estado das Relações Exteriores ao Senhor Presidente da República, no dia 20 de dezembro de 1973. FGV-CPDOC, Arquivo Paulo Nogueira Batista, PNB ad 1973.10.05. [1974?]

⁹⁴ Carta de Paulo Nogueira Batista ao Chanceler saudita Omar Al-Sakkaf. In: Documentos sobre a atividade diplomática de Paulo Nogueira Batista. FGV-CPDOC, Arquivo Paulo Nogueira Batista, PNB ad 1973.10.05. [1974?]

⁹⁵ Ficha sobre a carreira diplomática de Paulo Nogueira Batista. In: Atividade diplomática de Paulo Nogueira. FGV-CPDOC, Arquivo Paulo Nogueira Batista, PNB dgf 1948.10.14. [1979?].

diplomático com o Brasil, isto é, fazer do Brasil um parceiro para a Arábia Saudita⁹⁶. Porém, não havia uma opinião unânime em relação ao tratamento concedido ao Brasil embora a posição do Rei Faisal sobre o Brasil fosse mais favorável.

O bom diálogo de Nogueira Batista com Al-Sakkaf pode contribuir para o Brasil manter seu tratamento especial pelos sauditas a fim de os brasileiros não sofrerem com redução das importações de petróleo, mas também os projetos brasileiros serem financiados pelo fundo saudita. O relacionamento amistoso de Paulo e Al-Sakkaf não se manteve por muito tempo, pois, em novembro de 1974, o chanceler saudita falece. Contudo, a relação bilateral entre os países não iria desmantelar por conta desse fato. Em razão do falecimento de uma autoridade próxima a Nogueira Batista, a atividade diplomática dele referente à Arábia Saudita foi dispensada. A última atividade dele na área do petróleo foi a Missão Ministerial à Arábia Saudita e ao Coveite em novembro de 1974, logo após a morte de Sakkaf⁹⁷.

3.1.2. – A segunda visita de Al-Sakkaf ao Brasil

A primeira visita oficial de Al-Sakkaf ao Brasil proporcionou o início de um relacionamento diplomático por meio da abertura de embaixadas reciprocamente, além da possibilidade de o Brasil adquirir financiamento oriundo da Arábia Saudita. A preocupação energética não era o principal assunto. A questão petrolífera ganhou uma proporção mundial quando os países-membros da OPEP resolveram aplicar medidas que afetassem a compra mundial de petróleo. A Arábia Saudita, sendo um dos atores protagonistas desse evento mundial, passou a ser um eminente país no sistema internacional. Carecia a política externa brasileira aproximar desse ator e outros na região do Golfo Pérsico.

Ao assumir a presidência, em março de 1974, General Geisel e seus ministros de Estado tiveram de enfrentar ainda as consequências da crise petrolífera de 1973, que se mantinham na pauta de discussões no cenário internacional. Na realidade, os impactos da

⁹⁶ Informação submetida ao Presidente sobre o Oriente Médio. In: Informação submetida pelo Senhor Ministro de Estado das Relações Exteriores ao Senhor Presidente da República, no dia 20 de dezembro de 1973. FGV-CPDOC, Arquivo Paulo Nogueira Batista, PNB ad 1973.10.05. Disponível em: <https://docvirt.com/docreader.net/DocReader.aspx?bib=ACER_PNB_AD&Pesq=sakkaf&pagfis=1917>.

⁹⁷ Ficha sobre a carreira diplomática de Paulo Nogueira Batista. In: Atividade diplomática de Paulo Nogueira. FGV-CPDOC, Arquivo Paulo Nogueira Batista, PNB dgf 1948.10.14. [1979?]

crise petrolífera de 1973 sobre a economia e as finanças globais trouxeram preocupações às autoridades dos países nos anos seguintes. Com o Brasil não foi diferente.

Durante o governo Geisel, surgiu a preocupação com a segurança do suprimento da demanda energética do país em decorrência de o primeiro choque do petróleo ter sinalizado um alerta para todos os países. O projeto econômico do Governo Geisel buscou aplicar ideias básicas a fim de fomentar a autossuficiência do país em setores como o de energia e desenvolver novos tipos de vantagens comparativas (BAER, 2003, p. 110). Assim, a partir desse momento, a trajetória da produção e do consumo de energia brasileira sofreu mudanças significativas, principalmente, com o início de projetos de diversificações de fontes de energia, por meio da construção de usinas hidrelétricas, da usina nuclear Angra 2⁹⁸ (PIMENTEL, 2011, p. 142). Em 1976, todavia, a principal preocupação já não era especificamente o preço do barril e, sim, o saldo líquido para a balança comercial do Brasil ser menos negativo possível⁹⁹. Segundo Baer, (2003, p. 108), o saldo da balança comercial do país passou de um leve superávit em 1973 para um déficit de US\$ 4,7 bilhões em 1974.

A diplomacia brasileira procurou identificar interesses recíprocos, definir áreas de entendimentos, e contribuir para a expansão e a diversificação do intercâmbio bilateral, de modo a minimizar os efeitos dos aumentos do preço do petróleo sobre as contas de comércio brasileiro com os países exportadores de petróleo¹⁰⁰. O vínculo amigável com a Arábia Saudita contribuiu para o Brasil ser incluído na restrita lista de países amigos, para os quais o abastecimento de petróleo foi integralmente mantido nos níveis anteriores, a despeito dos substanciais cortes havidos na produção global¹⁰¹.

Na segunda visita do ministro saudita ao Brasil, em setembro de 1974, Al-Sakkaf foi recebido pelo chanceler Silveira e pelo Presidente Geisel. Estreitaram-se mais os laços de amizade, de modo que a viagem resultasse na criação da Comissão Mista Coordenadora Brasil-Arábia Saudita. Essa comissão foi destinada, portanto, a criar uma estrutura para o

⁹⁸ Informações da reunião sobre Relações Comerciais do Brasil com países produtores de petróleo. In: Informações para o Presidente da República. CPDOC, Fundação Getúlio Vargas. Arquivo: Antônio Azeredo da Silveira. Secreto. AAS mre d 1974.03.26. 07/07/1976.

⁹⁹ Informações da reunião sobre Relações Comerciais do Brasil com países produtores de petróleo. In: Informações para o Presidente da República. CPDOC, Fundação Getúlio Vargas. Arquivo: Antônio Azeredo da Silveira. Secreto. AAS mre d 1974.03.26. 07/07/1976.

¹⁰⁰ Relatório sobre a política externa do Governo Geisel sobre o Oriente Próximo. In: Relatório da política externa do Geisel. CPDOC-FGV, Arquivo Antônio Azeredo da Silveira. Informativo. AAS 1974.01.16. [1979?]

¹⁰¹ BRASIL. **Visita Al-Sakkaf ao Brasil**. In: Resenha da Política Exterior do Brasil. Nº II, jul-set. 1974. p. 35-36

desenvolvimento da cooperação bilateral, a fim de impulsionar a formalização de futuros acordos de cooperação econômica.

Às vésperas de enviar uma Missão especial com destino à Arábia Saudita, em novembro de 1974, o Presidente Geisel e o chanceler Silveira foram surpreendidos com a notícia do falecimento do Ministro das Relações Exteriores da Arábia Saudita, Omar Al-Sakkaf. Sakkaf faleceu em 15 de novembro de 1974 em decorrência de uma trombose cerebral quando estava nos EUA para conferir os debates da ONU sobre a questão palestina¹⁰². Todavia, a morte de Sakkaf não enfraqueceu os laços diplomáticos construídos, nem pôs fim aos contatos comerciais. A viagem da Missão especial, sob chefia dos Ministros Shigeaki Ueki, das Minas e Energia, e Reis Velloso, do Planejamento para integrar a primeira reunião da Comissão Mista de Coordenação Brasil-Arábia Saudita, aliás, prosseguiu.

3.1.3. – A visita ministerial brasileira ao Oriente Médio

A primeira Reunião da Comissão Mista Coordenadora foi subscrita pelo chanceler saudita Omar Al-Sakkaf, antes de sua morte, em setembro de 1974¹⁰³. Sakkaf deixou a listagem de temas referente ao fornecimento de bens e serviços brasileiros à Arábia Saudita; ao suprimento de petróleo ao Brasil; à associação de capitais sauditas e brasileiros; ao intercâmbio tecnológico; à cooperação financeira entre os dois países; e à assistência técnica¹⁰⁴.

Sucedido a contatos em nível técnico, a primeira Reunião da Comissão realizou-se com a presença dos Ministros brasileiros Shigeaki Ueki, das Minas e Energia, e Reis Velloso, do Planejamento, em novembro de 1974, na capital saudita, Riad. Além da presença dos ministros, a comitiva ministerial do Brasil contou também com a presença do diplomata Paulo Nogueira Batista, responsável pelo desempenho diplomático voltado a conversações sobre o petróleo neste momento, e do Embaixador brasileiro Murillo Gurgel Valente.

¹⁰² “Trombose mata Omar Sakkaf”. *Jornal do Brasil*. 1º caderno, Edição 00222, ano 84, nº 222. 16/11/1974.

¹⁰³ “Brasil perde amigo árabe”. *Jornal do Brasil*. 1º caderno. Edição 00222, ano 84, n. 222. 16/11/1974.

¹⁰⁴ “Brasil perde amigo árabe”. *Jornal do Brasil*. 1º caderno. Edição 00222, ano 84, n. 222. Data: 16/11/1974.

A diplomacia brasileira angariou, nesse sentido, investimentos dos sauditas ao apresentar sumariamente projetos suscetíveis a financiamento do Fundo saudita¹⁰⁵. A viagem dos ministros teve destino à Arábia Saudita e ao Coveite para negociarem o financiamento a futuras importações de petróleo bruto.

Depois de a viagem da Missão ter sido realizada, o Brasil conseguiu receber cerca de US\$ 1 bilhão, oriundo do fundo saudita, para financiar as importações brasileiras de petróleo do Oriente Médio¹⁰⁶. Essa reunião contribuiu, além disso, para a realização de outras futuras reuniões da Comissão Mista ao longo dos anos seguintes no transcorrer do Governo Geisel¹⁰⁷.

3.1.4. – A possibilidade de financiamento de projetos no Brasil

Era apontada a diplomacia brasileira, neste momento, como artilosa. Todavia, a política externa do Geisel trabalhou, em relação às relações com o Oriente Médio, de forma cuidadosa e analítica. O Itamaraty buscou ampliar, nesse sentido, durante a gestão geiseliana, a cooperação financeira bilateral, seja como país recipiente, seja como país fornecedor de recursos¹⁰⁸.

Na qualidade de recipiente, o Brasil esteve presente nos mercados financeiros internacionais, por meio de empréstimos, financiamentos e investimentos, lançamentos de títulos como garantia do governo¹⁰⁹. Quanto a instrumentos bilaterais, assegurou-se o Brasil, pela celebração de Acordos, do recebimento de empréstimos, em termos concessionais, da

¹⁰⁵ Ata Sumária da Reunião de 18/03/1976. In: Grupo de Trabalho Interministerial para Acompanhamento de Iniciativas Brasileiras nos Países Produtores de Petróleo. CPDOC, Fundação Getúlio Vargas. Arquivo: Antônio Azeredo da Silveira. Secreto. AAS mre d 1974.03.26. 18/03/1976.

¹⁰⁶ “Árabes oferecem crédito de US\$ 1 bilhão”. O Globo. In: Despachos para o Presidente da República. FGV-CPDOC, Arquivo Antônio Azeredo da Silveira. Informativo. AAS mre d 1974.03.26. 10/12/1974.

¹⁰⁷ Relatório do Ministro das Relações Exteriores Silveira para tratar das realizações do Ministério das Relações Exteriores no Governo Geisel (1974-1979) referente ao Oriente Próximo. In: Documentos referentes às diretrizes da política externa brasileira durante a gestão de Azeredo da Silveira como ministro das Relações Exteriores. [1979?]. FGV-CPDOC, Arquivo Antônio Azeredo da Silveira, AAS mre ag 1974.01.16.

¹⁰⁸ Relatório do Ministro das Relações Exteriores Silveira para tratar das realizações do Ministério das Relações Exteriores no Governo Geisel (1974-1979) referente ao Oriente Próximo. In: Documentos referentes às diretrizes da política externa brasileira durante a gestão de Azeredo da Silveira como ministro das Relações Exteriores. [1979?]. FGV-CPDOC, Arquivo Antônio Azeredo da Silveira, AAS mre ag 1974.01.16.

¹⁰⁹ Relatório do Ministro das Relações Exteriores Silveira para tratar das realizações do Ministério das Relações Exteriores no Governo Geisel (1974-1979) referente ao Oriente Próximo. In: Documentos referentes às diretrizes da política externa brasileira durante a gestão de Azeredo da Silveira como ministro das Relações Exteriores. [1979?]. FGV-CPDOC, Arquivo Antônio Azeredo da Silveira, AAS mre ag 1974.01.16.

Arábia Saudita (US\$ 97,6 milhões), do Reino Unido (10 milhões de libras), e da República Federativa da Alemanha (DM 185 milhões¹¹⁰), destinados ao financiamento de projetos prioritários de desenvolvimento socioeconômico em áreas menos favorecidas¹¹¹.

O principal intuito do Governo Geisel era melhorar a situação da economia brasileira, uma vez que o projeto econômico do Governo Geisel era manter o crescimento econômico do país - mesmo que tivesse a necessidade de endividamento -, enfrentar a inflação que assolava, além de adquirir financiamentos estrangeiros para custear planos de política energética. Dessa forma, aponta Baer (2003, p. 109) que “a nova administração Geisel não estava disposta a governar durante anos de estagnação econômica após os anos de intenso crescimento do governo Médici”. Acrescenta ainda Baer (2003, p. 109) que

A inaceitabilidade da estagnação deveu-se não somente à aversão de Geisel a comparações desagradáveis com o governo anterior, mas também estava ligada ao objetivo de gradual descompressão política, que ele acreditava ser mais fácil de alcançar em um clima de crescimento. Também foi importante a meta da nova administração de fazer algo sobre a extremamente desigual distribuição de renda, fato reforçado pela derrota do partido do governo nas eleições de novembro de 1974. Segundo Lamounier e Moura, “... os ganhos da oposição foram amplamente creditados à ênfase que deu durante a campanha às questões econômicas, notadamente às desigualdades na distribuição de renda”. Seria mais fácil aliviar a repressão salarial dentro de um contexto de uma economia em expansão.

Por essa razão, a decisão da pasta econômica do governo Geisel era: a de apostar no crescimento do país por meio da dívida, de maneira que houvesse futuras economias de divisas resultantes dos programas de investimentos — devido à substituição de importações e ao desenvolvimento de uma nova capacidade de exportação — ao ponto de virem a criar uma situação na qual o Brasil poderia produzir superávits comerciais suficientemente grandes para pagar os juros e amortizar a dívida internacional (BAER, 2003, p. 111).

Assim, quando o Brasil iniciou a construção da relação diplomática com a Arábia Saudita o tema principal era angariar recursos para financiar os projetos com o fito de não declinar a taxa de crescimento de anos anteriores.

Os países produtores de petróleo, através das consequências da crise petrolífera de 1973, conseguiram acumular rapidamente capital. Esses países não detinham, contudo,

¹¹⁰ Na década de 1970, a Alemanha capitalista era a República Federativa da Alemanha, e a sua moeda oficial era Marco Alemão até 2002 quando a moeda oficial alemã passou a ser o euro.

¹¹¹ Seção sobre a Cooperação Financeira Bilateral. In: Relatório do Ministério das Relações Exteriores durante o governo Geisel (1974-1979). CPDOC, Fundação Getúlio Vargas. **Arquivo: Antônio Azeredo da Silveira**. Informativo. AAS mre ag 1974.01.16. [1979?].

estrutura institucional e pessoas qualificadas para administrar o capital acumulado. Todavia, com o fito de realizar reciclagem no mercado, os países exportadores realizaram uma injeção de capitais, e criaram três companhias de investimento: “*The Kuwait fund for Arab Ecomic Development*”; “*The Arab fund for economic and social development*”; “*The Abu Dhabi fund for economic and social development*”¹¹².

O Brasil, antes mesmo do momento caótico da crise petrolífera, já demonstrava interesse em conseguir o financiamento de projetos de desenvolvimento, de maneira que a mudança de ação política referente ao Oriente Médio tenha acontecido em meados de 1973. Nesse momento, as relações do Brasil com Oriente Médio seguiram um traço pró-árabe. Embora o Brasil mostrasse sua iniciativa de estar próximo diplomaticamente do mundo árabe, a expectativa de atrair investimentos diretos desses países foi frustrada, visto que a preferência das “petromonarquias” foi investir em países industrializados em razão de maior segurança e rápido retorno ao capital empregado¹¹³ (VOIGT, 2016, p. 203; TOSCANO, 2010, p. 32). Houve, contudo, uma política de empréstimos para os países em desenvolvimento com taxas de juros baixas, que permitiram o financiamento de projetos de desenvolvimento (TOSCANO, 2010, p. 33).

Após o alvoroço global diante dos efeitos do primeiro choque do petróleo, a diplomacia brasileira empenhou esforços, a partir de 1975, para captar financiamentos de países árabes que adquiriram uma rápida riqueza. Com isso, o governo brasileiro buscava incrementar as relações econômicas por meio da aplicação de petrodólares em projetos brasileiros de desenvolvimento¹¹⁴.

A Arábia Saudita, a princípio, mostrou-se interessada em bancar determinados projetos que seriam escolhidos por autoridades sauditas. Assim, enviaram uma delegação governamental rumo ao Brasil para uma série de contatos na área governamental¹¹⁵. Entre os dias 16 e 26 de fevereiro de 1976, o Brasil recebeu representantes do Ministério da

¹¹² Dossiê - como os árabes operavam o dinheiro?. In: Informações para o Senhor Presidente da República. CPDOC, Fundação Getúlio Vargas. **Arquivo: Paulo Nogueira Batista**. Informativo. PNB ad 1973.10.05. [1974?]

¹¹³ O termo “petromonarquias” refere-se a países exportadores de petróleo no Oriente Médio cujo tipo de governo caracteriza por monarquia, tais como a Arábia Saudita, o Irã, o Iraque, os EAU.

¹¹⁴ “Missão Saudita debate inversões no Brasil”. *Jornal do Brasil*. Seção: Economia. 1º Caderno. Edição 00308, Ano 85, n. 308, Data: 12/02/1976.

¹¹⁵ “Missão Saudita debate inversões no Brasil”. *Jornal do Brasil*. Seção: Economia. 1º Caderno. Edição: 00308, Ano 85, n. 308. Data 12/02/1976.

Agricultura, Sulinam Natheer; das Finanças, Mohammed Al Daries; da Indústria, Omair Al-Mate; e do Planejamento da Arábia Saudita, Abduirahman Ohali, para estudar com os representantes brasileiros, sob a coordenação de Paulo Tarso Flecha de Lima, Chefe do Departamento de Promoção Comercial do Ministério das Relações Exteriores, as possibilidades concretas de cooperação econômica¹¹⁶. A missão saudita foi chefiada pelo Embaixador da Arábia Saudita no Brasil à época, Sr. Mamoun Kabbani, e visitou algumas cidades no país, com vista a verificar as condições de investimentos em Salvador, Vitória, Furnas, Uberaba, São Paulo e o Rio de Janeiro.

Neste momento, houve, além disso, um Grupo de Trabalho Interministerial para acompanhamento de iniciativas brasileiras e para tratar de assuntos de promoção e aquisição de investimentos provenientes dos países produtores de petróleo¹¹⁷. Esporadicamente, esse grupo de trabalho era composto por ministros de Estado, ou mesmo representantes de seus respectivos Ministérios, como o Ministério da Fazenda, o Ministério do Planejamento, o presidente do Banco Central. Além disso, a Secretaria de Planejamento da Presidência da República era informada dos pontos discutidos e das decisões apontadas nas reuniões¹¹⁸. Na reunião do dia 24 de agosto de 1976, foram apresentados cinco projetos passíveis de absorverem recursos do Fundo Saudita para o Desenvolvimento¹¹⁹.

¹¹⁶ Despacho do Ministro das Relações Exteriores Silveira para o Presidente Geisel. In: Informação para o Presidente sobre a visita de Missão Técnica saudita ao Brasil. 05/03/1976. FGV-CPDOC, Arquivo Antônio Azeredo da Silveira, AAS mre d 1974.03.26. Disponível em: <https://docvirt.com/docreader.net/DocReader.aspx?bib=AAS_MRE&pesq=pl%C3%ADnio%20junqueira&hf=www.fgv.br&pagfis=54907>.

¹¹⁷ Despacho do Ministro das Relações Exteriores Silveira para o Presidente Geisel. In: Informação para o Presidente sobre Reunião do Grupo de Trabalho Interministerial para Acompanhamento de Iniciativas Brasileiras nos Países Produtores de Petróleo. FGV-CPDOC, Arquivo Antônio Azeredo da Silveira. Confidencial. AAS mre d 1974.03.26. 24/08/1976.

¹¹⁸ Ata Sumária da Reunião de 24/08/1976. In: Informação para o Presidente da República sobre Reunião do Grupo de Trabalho Interministerial para Acompanhamento de Iniciativas Brasileiras nos Países Produtores de Petróleo. CPDOC, Fundação Getúlio Vargas. **Arquivo: Antônio Azeredo da Silveira**. Confidencial. AAS mre d 1974.03.26. 18/03/1976.

¹¹⁹ Despacho do Ministro das Relações Exteriores Silveira para o Presidente Geisel. In: Informação para o Presidente sobre Reunião do Grupo de Trabalho Interministerial para Acompanhamento de Iniciativas Brasileiras nos Países Produtores de Petróleo. FGV-CPDOC, Arquivo Antônio Azeredo da Silveira. Confidencial. AAS mre d 1974.03.26. 24/08/1976.

Os projetos propostos pelo Brasil à Arábia Saudita foram aprovados pelo Banco Mundial e, ainda, o Brasil pleiteou absorver recursos do Fundo Saudita. Tais projetos são os seguintes¹²⁰:

Agroindústrias no Centro-sul II/ BACEN	Água e Esgoto II- MG/BNH	Distribuição de Energia no NE/ Eletrobrás	Programa de Alimentação e Nutrição/ INAN	Fertilizantes Amônia/Araucária/ Petrobras
Custo total: US\$ 260,0 milhões	Custo total: US\$ 140,0 milhões (aproximado)	Custo total: US\$ 144,0 milhões	Custo total: US\$ 71,9 milhões	Custo total: US\$271,9 milhões
Financiamento BIRD: US\$ 83,0 milhões aprovado em 14.07.1976	Financiamento BIRD: US\$ 40,0 milhões aprovado em 06.06.76	Financiamento BIRD: US\$ 50 milhões, aprovado em 24.06.76	Financiamento BIRD: US\$ 19 milhões, aprovado em 24.06.76	Financiamento BIRD: US\$ 50 milhões, aprovado em 19.05.76

Tabela 3 - Dados dos projetos apresentados pelo Brasil com fito de receber financiamentos, oriundos do Fundo Saudita, para desenvolver projetos de infraestrutura

O bom relacionamento com a Arábia Saudita influenciou para o Brasil receber investimentos dos sauditas. Todavia, a Arábia Saudita não tratou de investir em todos os projetos brasileiros e o Banco Central do Brasil manifestou, portanto, a prioridade do governo pelo projeto da Companhia Hidrelétrica do São Francisco. Assim, o Brasil conseguiu o financiamento de uma parcela desse projeto cujo valor foi de cerca de US\$ 55 milhões.

Não há documentos oficiais nem há declarações jornalísticas que pudessem tratar com detalhes o processo de investimentos sauditas no Brasil. Apenas encontra-se relatos que os sauditas manifestaram interesse pelo projeto da Companhia Hidrelétrica do São Francisco.

3.2. – A EXPORTAÇÃO DE PRODUTOS E BENS E SERVIÇOS PARA A ARÁBIA SAUDITA

É importante destacar que, durante as negociações internacionais de empresas privadas no estrangeiro, foi essencial a presença de representantes diplomáticos. Então, o

¹²⁰ Despacho do Secretário de Cooperação Econômica e Técnica Internacional Aderbal Costa para o Ministro Paulo Tarso Flecha de Lima, Departamento de Promoção Comercial do Ministério das Relações Exteriores. In: Informação para o Presidente sobre os projetos suscetíveis ao Fundo Saudita para o Desenvolvimento. 30/06/1976. FGV-CPDOC, Arquivo Antônio Azeredo da Silveira, AAS mre d 1974.03.26. Disponível em: <https://docvirt.com/docreader.net/DocReader.aspx?bib=AAS_MRE&Pesq=ata%20sum%3%a1ria&pagfis=56637>.

MRE, entre as suas atribuições, promoveu as atividades comerciais do Brasil no plano internacional a fim de garantir mais confiança à parte contratante, além de orientar os empresários brasileiros do panorama sobre o ente estrangeiro. O que a diplomacia brasileira buscou no Governo Geisel modificar a conduta política em relação ao eixo Sul-Sul.

A postura diplomática do Brasil iria se manter voltada para o financiamento de projetos de desenvolvimento durante todo o governo Geisel. Posto que houvesse a dependência energética por petróleo, o interesse brasileiro estava vinculado à questão econômica do país. O relacionamento com a Arábia Saudita, em outras palavras, transcendia o interesse energético. A escolha do governo Geisel pelo crescimento econômico, através dos pilares do II PND, resultou no aumento da dívida externa do Brasil. Baer (2003, p. 110-111), para tratar da economia brasileira, expressou que, sem empréstimos no exterior, teria sido impossível para o país pagar a conta do petróleo e ainda continuar a importar os insumos necessários à produção de bens, principalmente, aqueles que deveriam acompanhar os maiores planos de investimentos do II PND. Acrescentou ainda Baer (2003, p. 111) que o intuito da área econômica era criar possibilidades de as futuras economias de divisas resultantes de programa de investimentos, por meio da substituição de importações e do desenvolvimento de uma nova capacidade de exportação, além de ocasionarem superávits comerciais suficiente para pagar os juros e amortizar a dívida externa brasileira.

Quando o General Geisel assumiu a presidência do país, em 1974, após o primeiro choque do petróleo, “os mercados financeiros internacionais apresentavam extrema liquidez; os bancos internacionais, bem providos de petrodólares, estavam ansiosos para fazer empréstimos e, como as taxas de juros internacionais eram relativamente baixas” (BAER, 2003, p. 112). Com o fito de melhorar o diálogo com o Oriente Médio, a política externa teve de passar por uma alteração de curso.

A ação estratégia de Silveira tratou, dessa forma, de realizar convites a diversas personalidades de países árabes com o fito de visitar o Brasil, além de organizar uma delegação brasileira de nível ministerial com direção à essa região para divulgar o potencial e os interesses do Brasil (SOCHACZEWSKI, 2014, p. 80). Foi necessário realizar o Subprojeto Estudos Específicos (ESP), que pode assegurar a elaboração de estudos em profundidade,

com elevado nível de detalhamento técnico e econômico, dos principais mercados mundiais para alguns produtos brasileiros, considerados prioritários em termos de exportação¹²¹.

O fortalecimento de vínculos diplomáticos com diversos países do Oriente Médio colaborou, no Governo Geisel, para abrir as embaixadas da Arábia Saudita, Argélia, Kuwait, Egito, Iraque, Líbano, Líbia, Marrocos e Síria, bem como as representações da Jordânia e do Catar (Revista da Liga *apud* SOCHACZEWSKI, 2014, p. 80). Além disso, o governo brasileiro resolveu também melhorar os negócios internacionais com países árabes. Dessa forma, foram publicadas, até o final de 1978, na série “Mercados para o Brasil - MPB” , 242 monografias, num total de 213.500 exemplares sobre produtos e países que foram objeto de aprofundados levantamentos em 1976¹²².

O Chanceler Silveira em conjunto com o Presidente Geisel provocaram, na realidade, o aprofundamento diplomático e comercial com a Arábia Saudita com o fito de estimular a política de promoção de exportações. Ao longo do Governo Geisel, denota-se que a inquietação brasileira por petróleo deu espaço para os tomadores de decisões começarem atentar à balança comercial brasileira. O Brasil, em meados da década de 1970, buscou diversificar os vínculos comerciais do setor petrolífero, contudo, a Arábia Saudita era um dos grandes fornecedores de petróleo. O descompasso comercial entre os países uniu ao desejo empresarial brasileiro de exportar tanto produtos e bens quanto prestações de serviços.

A diplomacia brasileira tratou de fomentar as possibilidades concretas de empresários brasileiros no exterior. Por meio de telegramas à Embaixada do Brasil em Jedá, o Chanceler Silveira solicitava o apoio e o auxílio da Missão diplomática brasileira a representantes de empresas privadas - mas também de empresas públicas - a fim de que os brasileiros tivessem oportunidades de promover seus produtos e serviços. Dessa maneira, o trabalho diplomático do Brasil teve a tarefa de auxiliar e incentivar a participação de brasileiros em diversas feiras internacionais no mundo árabe. Em 1974, por exemplo, o Brasil conseguiu oportunidades para empresas brasileiras do ramo de empreitada atuarem em

¹²¹ Relatório sobre as realizações do Ministério das Relações Exteriores do Governo Geisel (1974-1979). In: Seção sobre Estudos e Pesquisas de Mercado do Oriente Próximo. [1979?]. FGV-CPDOC, Arquivo Antônio Azeredo da Silveira. Informativo. AAS mre ag 1974.01.16. Disponível em: <https://docvirt.com/docreader.net/DocReader.aspx?bib=AAS_MRE&Pesq=es&pagfis=47619>.

¹²² Relatório sobre as realizações do Ministério das Relações Exteriores do Governo Geisel (1974-1979). In: Seção sobre Estudos e Pesquisas de Mercado do Oriente Próximo. [1979?]. FGV-CPDOC, Arquivo Antônio Azeredo da Silveira. Informativo. AAS mre ag 1974.01.16. Disponível em: <https://docvirt.com/docreader.net/DocReader.aspx?bib=AAS_MRE&Pesq=es&pagfis=47619>.

construções de rodovias e barragens através da realização da Feira Internacional de Tecnologia de Alger (LESSA *apud* SOCHACZEWSKI, 2014, p. 110).

A Arábia Saudita havia adquirido uma riqueza bruscamente acelerada em decorrência dos impactos do Primeiro Choque do Petróleo, porém, os sauditas não estavam amparados por uma mão de obra qualificada para gerir essa rápida renda acumulada, nem desfrutavam de uma boa infraestrutura. A Arábia Saudita necessitava de melhorias de várias áreas: transportes, educação, saúde. A realidade saudita neste momento despertou o interesse dos brasileiros pelo mercado da Arábia Saudita.

3.2.1. – O interesse do ramo da construção civil do Brasil

O governo brasileiro, antes da crise petrolífera de 1973, preocupou-se primeiramente, em relação especificamente à Arábia Saudita, com a questão econômica: as possibilidades de financiamento do fundo saudita. Com os eventos que sucederam ao final do ano de 1973, a diplomacia brasileira resolveu sondar o tipo de tratamento que receberia dos países produtores de petróleo. Assim, em novembro de 1973, o Brasil enviou uma Missão Especial rumo ao Oriente Médio cuja chefia coube ao diplomata Paulo Nogueira Batista. Ademais, ao final do ano de 1974, a Missão Ministerial brasileira parte com destino à Arábia Saudita e ao Coveite com o fito de tratar sobre o petróleo e a cooperação financeira.

As oportunidades, que o mercado saudita poderia trazer aos brasileiros, eram inúmeras. A Arábia Saudita na década de 1970 detinha uma elevada taxa de capital adquirida por causa do comércio de petróleo. O primeiro choque do petróleo contribuiu ainda mais para que a Arábia Saudita conseguisse enriquecer bruscamente. Todavia, no reino saudita não havia capacidade estrutural e mão de obra qualificada os quais pudessem absorver toda a riqueza e melhorar as condições do país. Os sauditas necessitavam de uma rede hospitalar, de universidades, de projetos urbanísticos, de materiais para suprimir os projetos de engenharia, de recursos naturais, de alimentos, como carne, frutas, ovos, açúcar, óleos vegetais^{123 124}.

¹²³ AHMRE-B/Ostensivo/Jeddah(1974)/Telegrama/Telegramas recebido, “Exportação brasileira de óleo refinado de milho e de soja. Pedido de regulamentação de comércio exterior”. 16/09/1974.

¹²⁴ AHMRE-B/Ostensivo/Jeddah(1974)/Telegrama/Telegramas enviados, “Açúcar. Fornecimento brasileiro à Arábia Saudita”, nº 12, 16/01/1974.

Independente das turbulências econômicas no Brasil, empresários brasileiros sentiram atraídos pelo mercado dos países árabes em geral. No que tange à abordagem desta pesquisa, a Arábia Saudita é um exemplo dos países que estiveram no radar de interesse dos empresários brasileiros. Para o governo brasileiro, estrategicamente, a negociação de produtos e serviços do Brasil poderia reduzir o déficit da balança comercial com a Arábia Saudita. Embora o Brasil não sido embargado pelos países árabes, o país não conseguiu esquivar do aumento do preço do barril de petróleo.

O que se denota a partir dos documentos oficiais é que muitas empresas brasileiras receberam apoio e auxílio diplomático para avaliarem o mercado, verificarem as condições e, inclusive, promover os serviços. Foi bastante frequente a diplomacia empresarial do ramo da engenharia e da construção quando se remete ao relacionamento comercial e diplomático do Brasil com a Arábia Saudita. O MRE esteve disposto no Governo Geisel divulgar amplamente as oportunidades que surgiam e a Embaixada brasileira em Jedá também contribuiu para a intermediação das conversas entre empresários, ou mesmo representantes comerciais, e autoridades sauditas¹²⁵. O resultado do empenho pode ser observado com a construção de hospitais, de ferrovias, e do complexo urbanístico do Projeto Yanbu ¹²⁶.

O que se pretende, assim, nas próximas seções é destacar algumas construtoras que tiveram significativa participação de projetos na Arábia Saudita, bem como essas construtoras foram explicitadas em documentos oficiais do MRE e do gabinete presidencial o trabalho de construção civil em solo saudita.

3.2.1.1 – A Construtora Rabello

Um dos ramos empresariais o qual esteve negociando no Oriente Médio foi o setor de construção civil. Construtoras brasileiras, como a Mendes Júnior e a Odebrecht, realizaram diversos empreendimentos e projetos urbanísticos em países árabes durante o governo Geisel, principalmente, após a atuação diplomática brasileira de aproximar-se do Oriente Médio. No que tange à Arábia Saudita, especificamente, a primeira construtora brasileira interessada pelo mercado saudita foi a Construtora Rabello em 1974.

¹²⁵ AHMRE-B/Ostensivo e Urgentíssimo/ Jeddah(1978)/Telegrama/Telegramas recebidos, “Comércio. Brasil-Arábia Saudita. Reconstrução da ferrovia Hijaz”, n. 47, 23/02/1978.

¹²⁶ Vide seção 3.2.2

A Construtora Rabello, representada pelo presidente Marcos Paulo Rabello, esteve na Arábia Saudita ao final de maio de 1974 para reunir com as autoridades sauditas e para conseguir fechar contratos de empreitadas¹²⁷. O empresário Marcos Paulo Rabello e o embaixador Murillo Gurgel encontraram com o chanceler saudita Omar Al-Sakkaf no dia 28 de maio de 1974, e com o Rei Faisal no dia 29 de maio de 1974¹²⁸. O intuito da visita do empresário era estabelecer a filial da construtora em Jedá a fim de atender os interesses locais no quesito de construções civis¹²⁹.

Após o encontro com as autoridades sauditas, o empresário Marcos Paulo conseguiu fechar o contrato com os sauditas para instalar a filial da construtora em Jedá. Dessa maneira, a visita de Marcos Paulo Rabello a Jedá representou historicamente o primeiro caso em que houvesse a participação da empresa privada e da técnica brasileira no processo saudita de desenvolvimento, em consonância com o esforço diplomático de aproximação e da crescente cooperação entre o Brasil e a Arábia Saudita¹³⁰.

O que se sabe é, ademais, que existiram contatos da Construtora Rabello com projetos de edificação de hospitais na Arábia Saudita e de embaixadas sauditas em diversos países. Contudo, não há relatos de quais projetos foram executados e os detalhes da negociação em documentos oficiais do MRE e da Embaixada em Jedá sobre todos os projetos realizados pela Construtora Rabello^{131 132}.

Apesar disso, os contratos da construtora Rabello com os sauditas não foram os únicos do ramo de engenharia. Outra construtora brasileira demonstrou, ademais, o interesse em executar obras na Arábia Saudita: a Construtora Odebrecht.

¹²⁷ AHMRE-B/Ostensivo/Jeddah(1974)/Telegrama/Telegramas recebidos, “Assistência a empresário brasileiro. Construtora Rabello”, nº 98, 16/05/1974.

¹²⁸ AHMRE-B/Ostensivo/Jeddah(1974)/Telegrama/Telegramas recebidos, “Assistência a empresário brasileiro. Construtora Rabello”, nº 98, 16/05/1974.

¹²⁹ AHMRE-B/Ostensivo/Jeddah(1974)/Telegrama/Telegramas recebidos, “Assistência a empresário brasileiro. Construtora Rabello”, nº 98, 16/05/1974.

¹³⁰ AHMRE-B/Ostensivo/Jeddah(1974)/Telegrama/Telegramas recebidos, “Assistência a empresário brasileiro. Construtora Rabello”, nº 98, 16/05/1974.

¹³¹ AHMRE-B/Ostensivo/Jeddah(1974)/Telegrama/Telegramas recebidos, “Assistência a empresário brasileiro. Construtora Rabello”, nº 98, 16/05/1974.

¹³² De Silveira a Geisel. Informação ao Senhor Presidente da República. In: Despachos com o Presidente Geisel sobre Relações do Brasil com os países produtores de petróleo no Oriente Médio. 23/07/1975. FGV-CPDOC, Arquivo Antônio Azeredo da Silveira, AAS mre d 1974.03.26.

3.2.1.2 – A Construtora Odebrecht

A Construtora Odebrecht, fundada pelo engenheiro baiano Norberto Odebrecht, diferentemente de outras construtoras, como a Camargo Corrêa, a Rabello, e a Mendes Júnior, começou a executar grandes obras públicas com tamanho obstáculo (GASPAR, 2020, p. 123). Segundo a jornalista Malu Gaspar (2020, p. 123-124), a empresa não havia musculatura financeira nem mesmo apoio político para realizar obras públicas. Entretanto, a Construtora Odebrecht teve um astronômico crescimento no início da década de 1970, graças ao apoio recebido do General Geisel (GASPAR, 2020, p. 130). Em 1971, a construtora baiana era a “19ª maior construtora do Brasil, segundo o ranking da revista ‘O Empreiteiro’, tradicional publicação do setor. Em 1972, com as novas obras, já era a 13ª maior. (...) Em 1973, ‘O Empreiteiro’ apontou Norberto Odebrecht como ‘homem de construção do ano’” (GASPAR, 2020, p. 130). Em 1974, ano da posse do General Geisel à Presidência da República, Norberto era conhecido por ser o “maior empreiteiro do Brasil” (GASPAR, 2020, p. 130).

O interesse da construtora baiana atentou por expandir seus serviços de empreitada para além das fronteiras do Brasil. No Governo Geisel, as construtoras brasileiras maciçamente empenharam de enviar seus representantes a diversos países do Terceiro Mundo. Empresas como a Andrade Gutierrez, a Rabello e a Mendes Júnior estiveram atuando em projetos e na realização de obras públicas para atender as necessidades dos países contratantes, que careciam de uma boa infraestrutura.

Após a Construtora Rabello conseguir firmar um contrato com as autoridades sauditas, a Construtora Odebrecht resolveu apresentar seus serviços de empreiteira à Arábia Saudita. A diplomacia brasileira, neste momento, empenhou-se incessantemente para que os empresários do ramo da construção civil tivessem contratos firmados com as autoridades estrangeiras. Contudo, a diplomacia brasileira encontrou obstáculos em chegar à conclusão das negociações entre as empresas brasileiras e a Arábia Saudita.

O primeiro contato da Construtora Odebrecht com as autoridades sauditas foi em julho de 1977. Entre o final de 1977 e o início de 1978, a construtora baiana foi uma das oito empresas mundiais classificadas em uma seleção preliminar para construção de uma cidade de 90 mil habitantes na Arábia Saudita, conhecida por “Al Kharf”¹³³. A Odebrecht estaria

¹³³“Odebrecht poderá construir cidade por 10 bilhões de dólares na Arábia Saudita”. *Jornal do Brasil*. 1º Caderno. Seção: Economia. Edição 269, ano 87. Data: 04/01/1978.

associada com mais 4 empresas, a Sam Wallace (um grupo de empresas do qual fazem parte mais quatro empresas brasileiras - Transcon e Pronom, do Rio, e Alfredo Matias e Adolfo Lindberg, de São Paulo), duas empresas norte-americanas - 3D International e AT&T - e uma francesa, Sofretu¹³⁴. O contrato dessa cidade saudita tratava, à época, o maior contrato de obras cujo valor estimava de US\$ 10 bilhões. O anteprojeto inicial da cidade é de autoria de uma firma estadunidense que prestava serviço de assessoria ao rei da Arábia Saudita¹³⁵.

Nilo Pedreira, à época, vice-presidente da Construtora Odebrecht, acompanhado de dois engenheiros, Humberto Lemos Lopes e Rubem Pinto, esteve em Jedá em meados de janeiro de 1978 a fim de discutir com as autoridades competentes o projeto “Al Kharf”¹³⁶. O que se sabe diante das fontes, textos jornalísticos e documentos oficiais do MRE, é que a Construtora Odebrecht não venceu a seleção para a construção da cidade “Al Kharf”.

No início de 1978, durante uma conversa entre o Embaixador Murillo Gurgel Valente e o Sub-Secretário dos Negócios Estrangeiros da Arábia Saudita, Abdul Aziz Al-Thunnayan, o diplomata brasileiro manifestou, aliás, que o país sentia uma frustração do relacionamento com a Arábia Saudita em razão dos esforços diplomáticos de uma cooperação técnico-financeira mais intensa. Além disso, a conversa pautou o pedido do embaixador brasileiro ao governo saudita de conceder a oportunidade de uma outra empresa brasileira, a Construtora Odebrecht para realizar outras obras na Arábia saudita, visto que a qualidade das obras executadas puderam ser vistas em outros países do Oriente Médio, como nos EAU¹³⁷.

3.2.2. – O Projeto Yanbu

O governo brasileiro empenhou-se diplomaticamente para conseguir financiamentos e/ou empréstimos de países produtores de petróleo. Era notório mundialmente, neste período,

¹³⁴ “Odebrecht poderá construir cidade por 10 bilhões de dólares na Arábia Saudita”. *Jornal do Brasil*. 1º Caderno. Seção: Economia. Edição 269, ano 87. Data: 04/01/1978.

¹³⁵ “Odebrecht poderá construir cidade por 10 bilhões de dólares na Arábia Saudita”. *Jornal do Brasil*. 1º Caderno. Seção: Economia. Edição 269, ano 87. Data: 04/01/1978.

¹³⁶ AHMRE-B/Urgente/ Jeddah (1978)/Telegrama/ Telegrama recebidos do Ministério das Relações Exteriores, “Promoção Comercial. Brasil-Arábia Saudita. Implantação de cidade. Construtora Odebrecht”, n. 17, 17/01/1978.

¹³⁷ De Silveira a Geisel. Informação ao Senhor Presidente da República. In: Despachos com o Presidente Geisel sobre Relações do Brasil com os países produtores de petróleo no Oriente Médio. 23/07/1975. FGV-CPDOC, Arquivo Antônio Azeredo da Silveira, AAS mre d 1974.03.26.

que esses países possuíam uma baixa infraestrutura, e, portanto, careciam de mão de obra qualificada, de estruturas básicas: saúde, educação, transporte etc. O Brasil não era uma grande potência, porém, transmitia o discurso de uma país em desenvolvimento que se tornaria uma potência mundial. O governo brasileiro resolveu desempenhar diplomaticamente auxílios às empresas do ramo da construção civil a fim de estabelecerem negociações comerciais com as autoridades desses países. Aliás, a Construtora Rabello é o maior exemplo ao destacar a relação bilateral entre Brasil e Arábia Saudita especificamente.

O Projeto Yanbu consistiu em um complexo portuário-industrial residencial que foi implantado nas costas do mar Vermelho. Esse projeto incluiu um oleoduto e um gasoduto (um somente para petroleiros), além de uma cidade de 200 mil habitantes com sistema de irrigação e lagos artificiais¹³⁸. Estimaram naquela época o valor de US\$ 9 bilhões, referente ao orçamento somente das obras de infraestrutura do complexo Yanbu.

Além de intermediar as negociações entre as empresas brasileiras e as autoridades sauditas, a diplomacia brasileira desempenhou fortemente a publicidade das obras realizadas no Brasil. No dia 24 de novembro de 1976 e seguintes, a convite do MRE, o diretor-geral do Projeto Yanbu, Senhor Samy Mosly, visitou o Brasil cujas autoridades mostraram as obras públicas, os polos industriais e portos brasileiros¹³⁹. Essa foi uma forma que o MRE encontrou de apresentar a capacidade das construtoras brasileiras. Essa visita abriu perspectivas para intensa participação de empresas e equipamentos brasileiros no projeto¹⁴⁰.

O Brasil conseguiu espaço para construtoras entrarem em uma seleção para a construção civil na Arábia Saudita. Contudo, sabe-se que o projeto Yanbu não fora projetado por construtoras brasileiras. Apesar da não participação da execução de obras, o arquiteto brasileiro Maurício Roberto, em janeiro de 1978, participou, a convite de Samy Mosly, como consultor de urbanística no exame da 3ª fase do Projeto Yanbu. Assim, percebe-se que houve uma pequena participação brasileira no grande projeto de Yanbu.

¹³⁸ “Arábia Saudita retoma as negociações”. *Jornal do Brasil*. 1º Caderno. Seção: Economia. Ano 86, n. 238. Data: 02/12/1976.

¹³⁹ “Informe Econômico - Pelo Mercado”. *Jornal do Brasil*. 1º Caderno. Seção: Economia. Ano 86, n. 230. Data: 24/11/1976.

¹⁴⁰ Relatório das relações internacionais do Brasil no governo Geisel (1974-1979). In: Realizações do Governo Geisel (1974-1979). [1979?]. FGV-CPDOC, Arquivo Antônio Azeredo da Silveira. Informativo. AAS mre ag 1974.01.16.

3.2.3. – A busca do setor madeireiro por mercado saudita

Em comparação ao ramo da construção civil, as empresas do seguimento madeireiro não tiveram muito impulso, porém, é possível perceber que teve uma significativa movimentação nas negociações brasileiras em geral. Em 1975, uma Missão empresarial do setor madeireiro, coordenada pelo IBDF (Instituto Brasileiro de Defesa Florestal), com a participação da CACEX (Carteira de Comércio Exterior do Banco do Brasil) e a assistência da Braspetro, esteve em Riad, capital da Arábia Saudita para promover os serviços do ramo madeireiro¹⁴¹. A empresa brasileira Madebrás S/A, cuja atividade é o ramo madeireiro, enviou um representante à Arábia Saudita para garantir a oportunidade de firmar negócios com os sauditas. No entanto, não há relatos, nem mesmo documentos oficiais, que contenham mais detalhes da negociação dessa empresa.

A empresa Madebrás, além disso, esteve presente na I Exposição Industrial Brasileira, em 1976, a fim de exibir os seus produtos. A embaixada brasileira em Jedá não conseguiu receber informações a respeito do montante das operações durante essa exposição¹⁴². A informação é de que, em geral, a exposição proporcionou resultados satisfatórios aos expositores e as vendas durante a exposição subiram a US\$ 3.500.00,00, não incluindo as vendas efetuadas pela Volkswagen, Paoletti e CICA - os quais já contavam com representantes na Arábia Saudita¹⁴³.

3.2.4. – A exportação de veículos montados no Brasil

A diplomacia brasileira no Governo Geisel empenhou-se bastante para que os empresários brasileiros conseguissem a formalização de contratos de exportação tanto de serviços quanto de produtos e bens. Em muitos países do Oriente Médio, como o Iraque e os EAU, o Brasil conseguiu ter êxito com a exportação de automóveis montados em solo brasileiro.

¹⁴¹ AHMRE-B/Ostensivo/Jeddah(1975)/Telegrama/Telegramas recebidos, “Apoio a Empresário brasileiro. Missão ao Oriente Próximo. IBDF”, nº 66, 31/03/1975.

¹⁴² AHMRE-B/ Ostensivo/ Jeddah (1976)/ Telegrama/ Telegrama encaminhados ao Ministério das Relações Exteriores, “Comércio. Brasil-Arábia Saudita. I Exposição Industrial Brasileira em Jeddah”, n. 174, 01/05/1976.

¹⁴³ AHMRE-B/ Ostensivo/ Jeddah (1976)/ Telegrama/ Telegrama encaminhados ao Ministério das Relações Exteriores, “Comércio. Brasil-Arábia Saudita. I Exposição Industrial Brasileira em Jeddah”, n. 174, 01/05/1976.

A Arábia Saudita inicialmente fez a compra de veículos da marca Volkswagen montados no Brasil. Assim, em 1974, houve a venda de 2.189 veículos da marca Volkswagen somente para Arábia Saudita, no valor de US\$ 3.436.444,34. Apenas no primeiro semestre do ano de 1975, foram exportados 268 veículos da Volkswagen, no valor de US\$ 583.335¹⁴⁴.

Em 1976, a exportação de carros montados no Brasil ganhou mais força por meio da apresentação de estantes de veículos brasileiros na I Exposição Industrial Brasileira em Jedá. Automóveis como o Puma e Gurgel foram apresentados nessa exposição. Sabe-se que, em 1978, os carros Puma, além do mais, passaram ser comercializados na Arábia Saudita. Inicialmente, houve a exportação de 10 veículos por mês, mas a empresa montadora brasileira garantiu aos importadores sauditas a chegada de 50 veículos por mês para atender as condições do mercado saudita¹⁴⁵. Dessa maneira, o Brasil intensificou o seu comércio com as exportações de veículos com destino ao Oriente Médio.

3.2.5. – Os produtos hospitalares do Brasil

Diversos ramos empresariais do Brasil buscaram o mercado saudita. Embora o relacionamento do Brasil com a Arábia Saudita seja pouco abordado por acadêmicos¹⁴⁶, a diplomacia brasileira foi essencial para impulsionar a exportação brasileira de produtos e de serviços ao Oriente Médio. Assim, por meio do apoio diplomático da Embaixada em Jedá, empresários brasileiros de diversos ramos do comércio fizeram viagens para Arábia Saudita com o intuito de apresentarem seus produtos e serviços aos sauditas.

A Arábia Saudita, enriquecida por conta da extração de petróleo, na década de 1970, carecia bastante de infraestrutura. Nesse sentido, os sauditas não tinham um grande amparo hospitalar para atender a população. O governo saudita, portanto, buscou investir na melhoria

¹⁴⁴ De Silveira a Geisel. Informação ao Senhor Presidente da República. In: Despachos com o Presidente Geisel sobre Relações do Brasil com os países produtores de petróleo no Oriente Médio. 23/07/1975. FGV-CPDOC, Arquivo Antônio Azeredo da Silveira, AAS mre d 1974.03.26.

¹⁴⁵ AHMRE-B/Ostensivo/ Jeddah(1978)/Telegrama/Telegrama recebidos do Ministério das Relações Exteriores, “ Promoção Comercial. Brasil-Arábia Saudita. Carro brasileiro. PUMA”, n. 30, 01/02/1978.

¹⁴⁶ Existem atualmente várias pesquisas acadêmicas que se preocuparam em tratar do relacionamento do Brasil com o Oriente Médio durante a década de 1970 e de 1980, porém, especificamente sobre a relação bilateral entre Brasil e Arábia Saudita as pesquisas são superficiais. Para exemplificar pesquisas acadêmicas, destacam os trabalhos de TRAUMANN (2007), de SOCHACZEWSKI (2004; 2014), de VISENTINI (2004), de SANTANA (2006), e de CASARÕES & VIGEVANI (2014).

da rede hospitalar do país. No Plano Quinquenal de Desenvolvimento saudita, era previsto em meados de 1976, a construção de 12 hospitais com um total de 5.000 leitos.

Antes mesmo dessa decisão do governo saudita, em meados do ano de 1974, a empresa Baumer Equipamento Médico Hospitalar S/A demonstrou interesse em fornecer equipamentos da sua linha de produção e, assim, buscou, através do serviço diplomático brasileira, a divulgação de um catálogo da empresa enviado pelo MRE aos sauditas¹⁴⁷. A empresa brasileira negociou com os sauditas o fornecimento de 850 unidades para os conjuntos completos com a finalidade de atender o plano de reequipamento e modernização da rede hospitalar saudita¹⁴⁸.

3.3. – COOPERAÇÃO TÉCNICA, ECONÔMICA E MILITAR

O relacionamento do Brasil com a Arábia Saudita sucintamente fomentou as relações econômicas, comerciais e inclusive militares. A segunda visita oficial do chanceler saudita Al-Sakkaf ao Brasil influenciou para fortalecer a relação bilateral ao ponto de chegarem a estabelecer futuramente uma cooperação bilateral. Por isso, no dia 02 de abril de 1975, a Arábia Saudita e o Brasil firmaram o Acordo de Cooperação Econômica e Técnica cujo teor era desenvolver uma cooperação em vários campos da economia, particularmente no desenvolvimento e utilização de recursos, além do desenvolvimento de indústrias agrícolas, de indústrias manufatureiras e dos transportes aéreos e marítimos^{149 150}. Esse acordo teve de ser submetido à apreciação do Congresso Nacional brasileiro e, assim, transformaria-se em um decreto legislativo, pois a norma constitucional brasileira exige que acordos e tratados internacionais sejam aprovados no plano interno para que o Presidente da República ratifique o acordo internacional. Portanto, o Acordo de Cooperação entre Brasil e Arábia Saudita foi ratificado em 08 de outubro de 1975, por meio do Decreto Legislativo nº 87/1975.

¹⁴⁷ AHMRE-B/Ostensivo/Jeddah(1974/1975)/Telegrama/Telegramas recebidos, “Promoção Comercial. Construção de hospitais e fornecimento de equipamentos”, nº 244, 22/11/1974.

¹⁴⁸ De Silveira a Geisel. Informação ao Senhor Presidente da República. In: Despachos com o Presidente Geisel sobre Relações do Brasil com os países produtores de petróleo no Oriente Médio. 23/07/1975. FGV-CPDOC, Arquivo Antônio Azeredo da Silveira, AAS mre d 1974.03.26.

¹⁴⁹ BRASIL. **Revista da Política Exterior do Brasil**. 5 ed. Ministério das Relações Exteriores: Brasília, 1975. Abr-jun.

¹⁵⁰ AHMRE-B/Confidencial/Arquivo Cooperação Industrial Militar Arábia Saudita/ “Acordo de Cooperação Econômica e Técnica entre o Brasil e a Arábia Saudita”, 02/06/1976.

O Acordo firmado em 1975 previa, ademais, que as Partes contratantes estimulariam investimentos de capital de uma Parte no território da outra¹⁵¹. Essa previsão contratual, dessa maneira, contribuiu para que o objetivo econômico do Brasil, apostado pelo Ministério da Fazenda, fosse alcançado: receber capitais estrangeiros. O MRE tratou de contactar com o presidente da SAMA, Abdul Aziz Al Quairishi, por meio do apoio da Embaixada brasileira em Jedá, para discutirem sobre a política financeira e de investimentos sauditas, bem como as possibilidades de investimentos e financiamentos, os quais poderiam ser destinadas aos projetos no Brasil¹⁵².

O acordo de cooperação pôde impulsionar, ademais, a exportação de material de emprego militar para a Arábia Saudita. O Brasil adotou uma íntima cooperação com os países produtores de petróleo, como o Iraque, a Argélia e a Arábia Saudita, sob a forma de *joint-ventures* por meio da Braspetro, e para o desenvolvimento tecnológico e industrial-militar (VISENTINI, 2004, p. 202). Assim, o Brasil do General Geisel realizou a venda de armas brasileiras e projetos comuns no campo dos mísseis (VISENTINI, 2004, p. 202).

No final do mandato de Geisel, a empresa brasileira Indústria e Comércio Beretta S.A. manifestou o interesse de comercializar com as autoridades sauditas e sudanesas o fornecimento da metralhadora de mão modelo 12 e da pistola modelo 92, ambas de calibre 9 mm "Parabellum", de sua fabricação¹⁵³. Contudo, não se sabe como essa negociação desenvolveu, nem mesmo existem documentos oficiais em acervos públicos e privados consultados que apresentem mais informações da exportação brasileira de materiais de emprego militares durante o governo Geisel.

Sabe-se, ademais, que as negociações com os sauditas referente a esses produtos militares tiveram mais força no Governo Figueiredo (1979-1985). Assim, o Brasil pode

¹⁵¹ AHMRE-B/Confidencial/Arquivo Cooperação Industrial Militar Arábia Saudita/ "Acordo de Cooperação Econômica e Técnica entre o Brasil e a Arábia Saudita", 02/06/1976.

¹⁵² AHMRE-B/Ostensivo/Jeddah (1975)/Telegrama/ Telegramas recebidos, "Entrevista com Presidente da SAMA", nº 14, 23/01/1975.

¹⁵³ De General-de-Brigada Gustavo Moraes Rego Reis, Secretário-Geral do Conselho de Segurança Nacional ao Embaixador Antônio Azeredo da Silveira, do Ministério das Relações Exteriores. In:Exportação de material de emprego militar - Arábia Saudita. Secreto."Exportação de material de emprego militar. Arábia Saudita e Sudão". AAN, BR DFANBSB 2M 0.0.115, vol. 3, 08/03/1979.

exportar tanto armas, como pistolas, metralhadoras, explosivos; quanto veículos blindados¹⁵⁴. O que demonstra que o vínculo comercial do Brasil com a Arábia Saudita não se enfraqueceu.

3.3.1. – Os obstáculos do relacionamento diplomático

Após o êxito do corpo diplomático brasileiro ter conseguido auxiliar as negociações de empresários do Brasil com países árabes¹⁵⁵, resolveram realizar a I Exposição Brasileira Industrial na Arábia Saudita. Com a participação de cerca de 100 empresas expositoras, o MRE promoveu, de 19 a 28 de abril de 1976, a I Exposição Industrial Brasileira em Jedá onde reuniu veículos motorizados, máquinas, ferramentas, materiais de construção, têxteis, confecções, produtos alimentícios, eletrodomésticos, móveis e serviços de engenharia e consultoria¹⁵⁶. A empresa responsável pelo evento na Arábia Saudita foi a empresa brasileira Alcantara Machado Feira de Negócios. Hodiernamente, a Alcantara Machado Feiras de Negócios e a a Reed Exhibitions formaram em 2007 uma joint-venture e originou, assim, a Reed Exhibitions Alcantara Machado¹⁵⁷.

Estimam-se que “os resultados comerciais imediatos da exposição totalizaram 3,5 milhões de dólares, excluídos os negócios fechados por empresas que mantinham representantes na Arábia Saudita” (BRASIL, 1976, p. 115). Os esforços enviados pelo governo brasileiro para mover esse evento foram compensados, e conseguiu a Exposição atingir a finalidade de expor a capacidade dos empresários brasileiros¹⁵⁸. A impressão colhida dos exibidores foi a de que estarem satisfeitos com os resultados alcançados e as perspectivas

¹⁵⁴ De General-de-Brigada Danilo Venturini, Secretario-Geral do Conselho de Segurança Nacional, ao Embaixador Ramiro Elysio Saraiva Guerreiro, do Ministério das Relações Exteriores. In: Exportação de material de emprego militar - Arábia Saudita. Secreto. “Aviso nº 9 038-2aSC/ 040/80”. AAN, BR DFANBSB 2M 0.0.115, vol. 3, 25/01/1980.

¹⁵⁵ O Brasil realizou a Exposição em Jedá após ter feito duas promoções no Coveite, ter participado da Feira Internacional de Argel, na Líbia, em 1974; da VII Feira do Cairo, em 1975; e da III Feira Internacional do Comércio em Teerã, em 1975.

¹⁵⁶ BRASIL. **Revista de Política Exterior do Brasil**. Brasília: Ministério das Relações Exteriores. Ano 3, 1976, n. 9, abr.-jun. 1976. 153 p.

¹⁵⁷ Disponível em: <<https://www.amtsbrasil.com.br/pt-br/organizacao-e-promocao.html>>. Acesso em 02 de outubro de 2021.

¹⁵⁸ AHMRE-B/Confidencial/ Jeddah (1976)/Telegrama/ Telegramas recebidos do Ministério das Relações Exteriores, “I Exposição Brasileira na Arábia Saudita”. 11/05/1976.

de vendas a médio prazo¹⁵⁹. MRE manifestou, além disso, sobre a exposição que comercialmente o evento foi um sucesso, a INTERBRAS participou com 20 empresas e os pedidos dessa parceria foram da ordem de US\$ 550.00 para US\$ 2 milhões¹⁶⁰.

Embora a diplomacia brasileira tenha se empenhado para garantir oportunidades comerciais relativamente modestas a fim de reduzir o déficit da balança comercial com os sauditas, o Brasil encontrou dificuldades de a Arábia Saudita firmar acordos e contratos com o empresariado brasileiro. Segundo Silveira, isso acontecia pelo fato da maciça presença diplomática norte-americana¹⁶¹. De fato, a relação bilateral entre Arábia Saudita e os EUA era bastante intensa, e ambos nutriam interesses comuns, tanto no quesito energético - como a empresa ARAMCO ter participação estadunidense -, quanto no quesito ideológico, em meio ao jogo da Guerra Fria, os sauditas agiam estrategicamente para atenuar a influência soviética no Oriente Médio. Dessa maneira, a Arábia Saudita, ao possuir o controle parcial da economia da maioria dos países contrários ao acordo árabe-israelense, impediam a propagação dos interesses soviéticos na região¹⁶².

Apesar da forte relação com os EUA, no começo do governo Geisel, os sauditas manifestaram explicitamente que o Brasil precisaria reaver a sua posição perante a AGNU e, com isso, a diplomacia brasileira modificou seu discurso, e adotou-se uma postura pró-árabe ao compreender o sionismo como uma forma de racismo. Essa postura diplomática garantiu que os sauditas tivessem confiança pelos brasileiros. Contudo, no decorrer do Governo Geisel, a Arábia Saudita sofreu a perda de duas grandes autoridades que estiveram presentes no início da construção da relação com o Brasil: o chanceler Omar Al-Sakkaf e o rei Faisal. O sentimento amistoso de Al-Sakkaf pelo Brasil foi evidenciado quando as autoridades sauditas durante a I Exposição Industrial Brasileira em Jedá, em 1976, manifestaram a importância do diálogo de Al-Sakkaf com o governo brasileiro e das suas duas visitas ao Brasil, em 1973 e em 1974.

¹⁵⁹ AHMRE-B/ Ostensivo/ Jeddah (1976)/ Telegrama/ Telegrama enviados ao Ministério das Relações Exteriores, "Comércio. Brasil-Arábia Saudita. I Exposição Industrial Brasileira em Jeddah". 01/05/1976.

¹⁶⁰ AHMRE-B/Confidencial/ Jeddah (1976)/Telegrama/ Telegramas recebidos do Ministério das Relações Exteriores, "I Exposição Brasileira na Arábia Saudita". 11/05/1976.

¹⁶¹ De Silveira a Geisel. Informação para Senhor Presidente da República. In: Despacho com o Presidente Geisel sobre Relações comerciais do Brasil com os países produtores de petróleo. 07/07/1976. FGV-CPDOC, Arquivo Antônio Azeredo da Silveira, AAS mre d 1974.03.26.

¹⁶² AAN. Apreciação Semanal nº 14/20/AC/78 sobre Conjuntura Internacional - Oriente Médio. Secreto. 04/11/1978.

O sucesso dos exibidores brasileiros na exposição em 1976 não conseguiu alavancar grandes projetos arquitetônicos, como é o caso do complexo “Al Kharf”, uma cidade projetada no deserto para abrigar os membros das Forças Armadas da Arábia Saudita.

Ademais, o Brasil foi pressionado durante todo o governo Geisel pelas autoridades da Arábia Saudita a conceder uma visita oficial pelo Presidente da República ou pelo Chanceler. O Presidente Geisel, em todos os casos em que esse assunto era levado para o seu Gabinete, era relutante em ceder aos sauditas. Essa postura brasileira pode ter causado receio e desconfiança às autoridades da Arábia Saudita, uma vez que o Brasil do General Geisel recebeu a visita do Chanceler Al-Sakkaf, em 1974; a visita dos representantes dos Ministérios da Agricultura, das Finanças, da Indústria e Planejamento em 1976; e a visita do Ministro das Finanças, Xequê Mohammed Abdal Khail, em contrapartida, não houve nenhuma visita oficial por parte do Brasil.

CONCLUSÃO

O envolvimento diplomático brasileiro com a Arábia Saudita iniciou-se, especificamente, a partir da primeira visita oficial do chanceler saudita Omar Al-Sakkaf, em 1973, ao Brasil. Em realidade, uma figura política importante para o fortalecimento dessa relação bilateral foi o chanceler Al-Sakkaf. Pela afinidade de Al-Sakkaf por nosso país é que o relacionamento teve mais força diplomática, visto que nem aqueles com voz na hora da tomada de decisões nutriam o que Al-Sakkaf sentia. Existiam, na verdade, autoridades sauditas que não pensava da mesma maneira que Al-Sakkaf tinha do Brasil.

Ademais, por conta da visita do chanceler Al-Sakkaf, em 1973, abrem-se uma embaixada saudita em Brasília, e uma embaixada brasileira em Jedá. Assim, essa visita de Al-Sakkaf favoreceu para criar um relacionamento mais íntimo entre ambos. Apesar de o Brasil importar bastante petróleo saudita, o governo brasileiro almejava, nesse momento, discutir a possibilidade de recebimento de investimentos e/ou financiamentos da Arábia Saudita.

O primeiro choque do petróleo ocasionou uma imensa preocupação a todos os países, pois as decisões na OPEP trouxeram prejuízos tanto na questão do abastecimento energético dos países quanto na questão econômico-financeira dos países. Destarte, a ação da política brasileira foi a de enviar imediatamente uma Missão espacial rumo à Arábia Saudita. Em dezembro de 1973, o diplomata Paulo Nogueira Batista, à época, era Chefe do Departamento Econômico do MRE, viajou a Bagdá e a Jedá, e colheu a impressão de que a Arábia Saudita estaria disposta a usar o petróleo para obter vantagens políticas, mas também vantagem econômica. Contudo, o receio de o Brasil ser embargado pelos países-membros esvaeceu-se. O governo brasileiro não representava o alvo das medidas da OPEP, porém, o Brasil foi assolado inevitavelmente com a elevação do preço do barril de petróleo.

Com o advento dos impactos do primeiro choque do petróleo, os países produtores de petróleo conseguiram acumular rapidamente capital. Todavia, esses países, com baixa infraestrutura e com escassez de pessoas qualificadas para gerenciar toda riqueza acumulada, não conseguiram absorver o montante acumulado. Assim, resolveram aplicar o excedente no estrangeiro e, também, investiram os países exportadores de petróleo nos países desenvolvidos primeiramente, visto que esses países conseguiriam ter um retorno financeiro

mais rápido do os países em desenvolvimento e conseguiram garantir uma maior segurança do capital investido (TOSCANO, 2010, p. 32).

O Brasil foi considerado, neste momento de crise, como um país amigo do mundo árabe. Não existe, a princípio, sentimento de aversão entre os países-membros da OPEP. O que se nota na relação bilateral de Brasil e Arábia especificamente é um relacionamento que se desenvolveu sem haver situações embaraçosas anteriores ao ano de 1973. A Arábia Saudita tratava o Brasil com amistosidade e cordialidade embora houvesse manifestações dos sauditas sobre as posições brasileiras na AGNU.

Destarte, o governo brasileiro, em 10 de novembro de 1975, representado pelo embaixador Sérgio Correia da Costa, Chefe da Delegação do Brasil nas Nações Unidas, encaminhou o “voto a favor do projeto de resolução da Assembleia Geral que declarava o sionismo uma forma de racismo e de discriminação racial, considerando-o historicamente esgotado” (SANTANA, 2006, p. 168). Diante desse fato, o Brasil mostrou-se internacionalmente um país próximo do mundo árabe embora o ano de 1973 se considere historicamente o marco do período pró-árabe das relações com Oriente Médio.

Já, em 1975, a preocupação do governo brasileiro com a questão do primeiro choque do petróleo não carecia mais. Exigiu-se do governo brasileiro o empenho de melhorar o aspecto da balança comercial com os países produtores de petróleo, pois o Brasil vivenciava um grande déficit do comércio. Sendo assim, os brasileiros importavam mais do que exportavam. Com isso, a diplomacia brasileira começou auxiliar empresários brasileiros para que estes fossem inseridos no mercado saudita. Vale ressaltar que a Arábia Saudita era um país extremamente carente de infraestrutura, isto é, os sauditas careciam de rede hospitalar, de redes de ensino, de mais caminhos pavimentados e dentre outras coisas.

O relacionamento entre Brasil e Arábia Saudita também resultou no Acordo de Cooperação Econômica e Técnica, firmado em 1975. O conteúdo do acordo projetou desenvolver cooperação entre ambos os países em diversos campos: economia, industrial, militar. Sob a forma de *joint-ventures*, realizaram um desenvolvimento tecnológico e industrial-militar. O Brasil conseguiu, assim, exportar armas e projetos comuns. Nesse quesito industrial-militar, coube ao Governo Figueiredo (1979-1985) dar continuidade e ainda fortalecer a cooperação estabelecida no Governo Geisel.

Após analisar os documentos oficiais, houve a constatação de que o Brasil fora pressionado pelo governo saudita seja em razão da postura na AGNU, seja em realizar uma visita oficial pelo Presidente da República ou pelo Chanceler Azeredo da Silveira. O assunto foi levado para o gabinete do Presidente Geisel emitir sua decisão, porém, este relutava em ceder ao pedido das autoridades sauditas. Não há detalhes do porquê dessa postura nem mesmo há indícios de oposição. Soa, em realidade, um ato de abstenção do Governo Geisel com o fito de demonstrar uma parcela de autonomia caracterizada pelo presidente brasileiro.

Em diversos momentos, as empresas brasileiras estiveram selecionadas para captarem serviços, bem como para firmar contratos para exportarem os produtos brasileiros. Contudo, não houve quaisquer relatos em documentos oficiais do final das negociações que envolveram as empresas selecionadas, como foi o caso da Construtora Odebrecht. A construtora esteve entre as empresas selecionadas para etapa final da escolha de uma construtora cuja função seria projetar e executar o Projeto Yanbu, um complexo portuário-industrial residencial, localizada na costa oeste da Arábia Saudita.

Destarte, denota-se que as oportunidades no campo comercial poderiam ter sido alcançadas pelos empresários brasileiros, e não foram. Conclui-se que os sauditas poderiam ter ficado descontentes com a abstenção por parte do General Geisel de proceder viagem oficial, ou realizada por ele ou realizada pelo Chanceler Silveira. Diplomáticamente, a realização de visitas oficiais ao estrangeiro tende a fortalecer o vínculo com o país receptor. Dessa maneira, o comércio com a Arábia Saudita pode não ter ficado mais intenso seguramente embora não haja evidências concretas de que negócios deixaram de ser firmados pela insatisfação das visitas.

REFERÊNCIAS

Artigos/Livros

ABREU, Marcelo de Paiva. **A Ordem do Progresso**. 2 ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2014.

AL-NAIMI, Ali. **Out of the Desert: My Journey From Nomadic Bedouin to the Heart of Global Oil**. Londres: Penguin UK, 2016.

AL-RASHEED, Madawi. **A history of Saudi Arabia**. 2 ed. Cambridge: Cambridge University Press, 2010.

ALI, Sheikh Rustum. **Saudi Arabia and oil diplomacy**. New York: Praeger, 1976.

BAER, Werner. **Dos ajustes aos choques externos à crise provocada pela dívida: 1973-1985**. In: A economia brasileira. 2 ed. São Paulo: Editora Nobel, 2003.

BARBOZA, Mário G. **Ministro de Estado**. In: Na Diplomacia, o traço todo da minha vida. 4 ed. rev. Brasília: FUNAG, 2020.

BETHELL, Leslie; CASTRO, Celso. **Politics in Brazil under military rule, 1964–1985**. In: The Cambridge History of Latin America - Volume 9: Brazil since 1930. New York: Cambridge University Press, 2008.

CASARÕES, Guilherme; VIGEVANI, Tullo. **The place of Israel and Palestine in the Brazilian foreign policy: anti-Semitism, majority vote or promoter of peace?**. *Revista História*, v. 33, n. 2, pp. 150-188, jul./dez. 2014.

CASTRO, Celso; D'ARAÚJO, Maria Celina. **Dossiê Geisel**. 3 ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2002.

CID, Mauro. **A estratégia brasileira no Oriente Médio:** uma visão histórica no século XX. *Conjuntura internacional*, v. 14, n. 1, p. 39-53, 17 ago. 2017.

CLEVELAND, William L.; BUNTON, Martin. **A history of the Modern Middle East.** 6 ed. Boulder: Westview, 2017.

CUNHA, Eleonora Schettini Martins; ARAÚJO, Carmem E. Leitão. **Process tracing nas Ciências Sociais:** fundamentos e aplicabilidade. Brasília: Enap, 2018.

ESCOREL, Sílvia. **Paulo Nogueira Batista.** In: Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro. Rio de Janeiro: Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil da Fundação Getúlio Vargas. Disponível em: <<http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/batista-paulo-nogueira>>. Acesso em 30 de outubro de 2020.

FICO, Carlos. **Espionagem, polícia política, censura e propaganda:** os pilares básicos da repressão. In: O tempo do regime autoritário: ditadura militar e redemocratização. FERREIRA, J. & DELGADO, Lucilia de Almeida Neves (org.). 9 ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2019.

GARAVINI, Giuliano. **The Rise and Fall of OPEC: In the Twentieth Century.** Oxford: OUP Oxford, 2019.

GASPARI, Elio. **A Ditadura Escancarada.** 1 ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

_____. **A Ditadura Encurralada.** 1 ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2004.

GÓES, Walder de. **O Brasil do General Geisel: estudo do processo de tomada de decisão no regime militar-burocrático.** Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1978.

HERMANN, Jennifer. **Auge e Declínio do Modelo de Crescimento com Endividamento: O II PND e a Crise da Dívida Externa (1974-1984)**. In: *Economia Brasileira Contemporânea*. GIAMBIAGI, Fábio e al. (org.). 3 ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2016.

HUDSON, Valerie M. **Foreign Policy Analysis: actor-specific theory and the ground of International Relations: a comprehensive survey**. Pearson: Addison Werley Publishing Company, 2006.

KELLY, Patrick William. **‘Magic words’: the advent of transnational human rights activism in Latin America’s Southern Cone in the long 1970s**. In: *The Breakthrough: Human Rights in the 1970s*. pp. 88–106, 2014.

LEMOS, José Késsio; PACHECO, Cristina Carvalho. **As crises do petróleo e a geoestratégia dos Estados Unidos para o Golfo Pérsico entre 1945 e 1980**. *Estudos Internacionais*, v. 4, n. 2, pp. 17-34, 2017.

LIMA, Sérgio Eduardo Moreira (Org.). **O Pragmatismo Responsável na visão da diplomática e da academia**. Brasília: FUNAG, 2018. Disponível em: <<http://funag.gov.br/loja/download/1233-O-PRAGMATISMO-RESPONSAVEL.pdf>>. Acesso em 02 de junho de 2020.

METRI, Mauricio. **A Diplomacia Monetária dos Estados Unidos nos Anos Setenta**. *Revista Tempo do Mundo*. Brasília, ISSN 2675-150X, v. 3, n. 1, jan. 2017. pp. 155-179.

PINHEIRO, Leticia. **O pragmatismo responsável no arquivo do presidente Geisel**. In: *Dossiê Geisel*. Celso Castro, Maria Celina D’Araujo (org.). 3 ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2002.

PINTO, Maria do Céu de Pinho Ferreira. **Infieis na Terra do Islão: Os Estados Unidos, o Médio Oriente e o Islão**. Coimbra: Fundação Calouste Gulbenkian & Fundação para a Ciência e a Tecnologia, 2003.

PRADO, Luiz Carlos Delorme; EARP, Fábio de Sá. **O “milagre” brasileiro: crescimento acelerado, integração internacional e concentração de renda (1967-1973)**. In: O tempo do regime autoritário: ditadura militar e redemocratização. FERREIRA, J. & DELGADO, Lucilia de Almeida Neves (org.). 9 ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2019.

RAMOS, Plínio de Abreu. **Golberi do Couto e Silva**. In: Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro. Rio de Janeiro: Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil da Fundação Getúlio Vargas. Disponível em: <<http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/silva-golberi-do-couto-e>>. Acesso em 12 de agosto de 2020.

REIS, José Roberto Franco. **O coração do Brasil bate nas ruas: a luta pela redemocratização do país**. In: PONTE, Carlos Fidélis; FALLEIROS, Ialê (orgs). Na corda bamba de sombrinha: a saúde no fio da história. Rio de Janeiro: Fiocruz/COC, 2010.

RICUPERO, Rubens. **Parte IX: Os Governos Militares e suas Políticas Externas (1964-1985)**. In: A Diplomacia na construção do Brasil: 1750 - 2016. 1 ed. Rio de Janeiro: Versal Editoras, 2017.

RIEGER, René. **Saudi Arabian Foreign Relations: Diplomacy and mediation in conflict resolution**. In: Routledge Studies in Middle Eastern Politics. New York: Routledge, 2017.

ROBINSON, Jeffrey. **Yamani: The inside story**. New York: Atlantic Monthly Press, 1989.

SARAIVA, José Flávio Sombra. **Dois gigantes e um condomínio: da guerra fria à coexistência pacífica (1947-1968)**. In: SARAIVA, José Flávio Sombra (org.) História das relações internacionais contemporâneas. 2 ed. São Paulo: Saraiva, 2015.

SANTANA, Carlos Ribeiro. **O aprofundamento das relações do Brasil com os países do Oriente Médio durante os choques do petróleo da década de 1970: um exemplo de ação pragmática**. *Revista Brasileira de Política Internacional*, vol. 49, n. 2, pp. 157-177, jul-dez,

2006. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rbpi/v49n2/a09v49n2.pdf>>. Acesso em 19 de maio de 2019.

SILVA, Francisco Carlos Teixeira. **A Modernização autoritária**. In: História Geral do Brasil. LINHARES, Maria Yedda Leite e al. (org.). 10 ed. atual. e ampl. Rio de Janeiro: Elsevier, 2016.

SILVEIRA, Antônio Francisco Azeredo da. Entrevistado por Maria Regina Soares e Monica Hirst. SPEKTOR, Matias (Org). **Azeredo da Silveira: um depoimento**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2010.

SKIDMORE, Thomas E. **The Politics of Military Rule in Brazil, 1964-1985**. New York: Oxford University Press, 1988.

SOCHACZEWSKI, Monique. **Palestine-Israel Controversies in the 1970s and the Birth of Brazilian Transregionalism**. In: The Middle East and Brazil: Perspectives on the New Global South. Bloomington: Indiana University Press, 2014.

SPEKTOR, Matias. **Origens e Direção Do Pragmatismo Ecumênico e Responsável (1974-1979)**. *Revista Brasileira de Política Internacional*, vol. 47, n. 2, pp. 191–222, 2004. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rbpi/v47n2/v47n2a07.pdf>>. Acesso em 03 de abril de 2019.

_____. **Kissinger e o Brasil**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2009

TELES, Janaína de Almeida. **Os familiares de mortos e desaparecidos políticos e a luta por ‘verdade e justiça’ no Brasil**. In: O que resta da ditadura: a exceção brasileira. São Paulo: Boitempo, 2010.

TOSCANO, Daniella Maria Barandier. **A influência do Sistema Petrobras sobre a ação externa do Governo de Ernesto Geisel (1974-1979)**. Curitiba: Juruá, 2010.

VISENTINI, Paulo Fagundes. **A política externa do regime militar brasileiro: multilateralização, desenvolvimento e construção de uma potência média (1964-1985)**. 2 ed. Porto Alegre: Editora UFRGS, 2004.

VOIGT, Márcio Roberto. **O impacto dos choques petrolíferos na diplomacia brasileira (1973-1985)**. 1 ed. Curitiba: Editora Prismas, 2016.

Dissertação/tese

SOCHACZEWSKI, Monique. **O fim da equidistância: o veto brasileiro ao sionismo e a política externa do governo Geisel para o Oriente Médio (1974-1979)**. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2004.

TRAUMANN, Andrew Patrick. **A Diplomacia dos Petrodólares: Relações do Brasil com o Mundo Árabe (1973-1985)**. 2007. 114 f. Dissertação (Mestrado em História) - Faculdade de Ciências e Letras de Assis, Universidade Estadual Paulista, Assis, 2007.

Fontes primárias (acervos)

Arquivo Ernesto Geisel, CPDOC/FGV

Arquivo Antônio Azeredo da Silveira, CPDOC/FGV

Arquivo Rubens Barbosa, CPDOC/FGV

Arquivo Paulo Nogueira Batista, CPDOC/FGV

Acervo do Arquivo Central do Ministério das Relações Exteriores, em Brasília

Acervo do Arquivo Nacional

BRASIL. **Revista de Política Exterior do Brasil**. Brasília: Ministério das Relações Exteriores. Ano 3, 1976, n. 9, abr.-jun. 1976. 153 p.

Fontes primárias (jornais)

Correio da Manhã

Correio Brasiliense

Jornal da Manhã

Página do MRE

BRASIL. Ministério das Relações Exteriores. **Reino da Arábia Saudita**. Disponível em: <<http://www.itamaraty.gov.br/pt-BR/ficha-pais/4823-reino-da-arabia-saudita>>. Acesso em 12 de maio de 2019.

ANEXO

Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior - MDIC
 Secretaria de Comércio Exterior - SECEX
 Departamento de Planejamento e Desenvolvimento do Comércio Exterior - DEPLA

INTERCÂMBIO COMERCIAL BRASILEIRO

ARÁBIA SAUDITA

US\$ 1000 FOB

ANO	EXP	IMP	Saldo (*)	Corrente (*)	Part. % sobre total Brasil		Var.% de ano para ano	
					EXP	IMP	EXP	IMP
1953	-	-	0,0	-	0,00	0,00	0,00	0,00
1954	-	-	0,0	-	0,00	0,00	-	-
1955	-	9.655,2	-9.655,2	9.655,2	0,00	0,87	-	-
1956	-	12.357,3	-12.357,3	12.357,3	0,00	1,18	-	27,99
1957	-	11.959,5	-11.959,5	11.959,5	0,00	0,93	-	-3,22
1958	-	12.345,2	-12.345,2	12.345,2	0,00	1,05	-	3,23
1959	2,6	14.725,7	-14.723,1	14.728,3	0,00	1,22	-	19,28
1960	-	15.120,3	-15.120,3	15.120,3	0,00	1,17	-100,00	2,68
1961	1,1	29.656,1	-29.655,0	29.657,2	0,00	2,30	-	96,13
1962	-	40.444,1	-40.444,1	40.444,1	0,00	3,10	-100,00	36,38
1963	352,8	39.855,1	-39.502,3	40.207,9	0,03	3,08	-	-1,46
1964	13,1	15.956,9	-15.943,8	15.970,0	0,00	1,47	-96,29	-59,96
1965	1,2	8.334,5	-8.333,3	8.335,7	0,00	0,89	-90,84	-47,77
1966	0,5	22.849,5	-22.849,0	22.850,0	0,00	1,75	-58,33	174,16
1967	0,1	41.634,0	-41.633,9	41.634,1	0,00	2,89	-80,00	82,21
1968	-	44.859,6	-44.859,6	44.859,6	0,00	2,42	-100,00	7,75
1969	32,6	30.376,9	-30.344,3	30.409,5	0,00	1,52	-	-32,28
1970	18,8	39.043,7	-39.024,9	39.062,5	0,00	1,56	-42,33	28,53
1971	96,4	86.505,0	-86.408,6	86.601,4	0,00	2,66	412,77	121,56
1972	191,7	143.733,0	-143.541,3	143.924,7	0,00	3,40	98,86	66,16
1973	1.231,1	264.959,6	-263.728,5	266.190,7	0,02	4,28	542,20	84,34
1974	5.493,1	1.186.888,4	-1.181.395,3	1.192.381,5	0,07	9,39	346,19	347,95
1975	14.379,5	975.866,5	-961.487,0	990.246,0	0,17	7,99	161,77	-17,78
1976	14.981,2	1.088.170,1	-1.073.188,9	1.103.151,3	0,15	8,81	4,18	11,51

(*) Saldo = exp-imp

(*) Corrente de comércio = exp + imp

Obs: valores nominais

